

**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**Projeto de um Equipamento Multifuncional para (Re)qualificar o Espaço Urbano  
na Cidade de Lubango, Angola**

Pedro António Bapolo

(licenciado)

Projeto Final de Mestrado Para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

**Orientadora Científica:**

Professora Doutora Maria Manuela da Fonte

**Júri:**

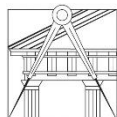
Presidente: Doutor Paulo Manuel Dos Santos Pereira de Almeida

Vogal: Doutora Maria Soledade Gomez Paiva Sousa

Orientadora: Doutora Maria Manuela da Fonte

(Documento Definitivo)

Lisboa, FAUL, Março de 2017



**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**Projeto de um Equipamento Multifuncional para (Re) qualificar o Espaço Urbano  
na Cidade de Lubango, Angola**

Pedro António Bapolo

(licenciado)

Projeto Final de Mestrado Para Obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura

**Orientadora Científica:**

Professora Doutora Maria Manuela da Fonte

(Documento Definitivo)

Lisboa, FAUL, Março de 2017

## AGRADECIMENTOS

Antes de mais, agradeço a Deus por tudo que tem feito e por tudo que fará por mim.

À minha família, em especial à minha esposa Florência Bapolo, pela compreensão e solidariedade ao longo deste percurso; aos meus filhos Melvin, Daisy e Nisean Bapolo pela constante motivação; ao meu sobrinho José Augusto pelo auxílio prestado ao longo desse percurso.

Aos meus colegas e amigos que conheci ao longo do curso, em especial ao Rider Centeio, amigo e colega de outras lutas.

À minha orientadora, a Professora Doutora Maria Manuela Afonso da Fonte, pelo incentivo e disponibilidade que demonstrou ao longo da realização deste trabalho e também por me ter mostrado o lado da Arquitetura que se fez no nosso País.

Este trabalho representa a conclusão de uma etapa no meu percurso. Foram anos de aprendizagem e trabalho intenso, o qual não teria conseguido ultrapassar sem o apoio e ajuda de quem me é mais próximo.

Obrigado a todos.

## **RESUMO**

Depois da independência Angola enfrentou um longo período de guerra civil (1975-2002) que atrasou muito o desenvolvimento do país e causou profundas alterações do sistema urbano. Um intenso êxodo populacional para as áreas urbanas do litoral, resultou numa forte pressão sobre as infraestruturas e equipamentos existentes. Lubango e a província da Huila não foram exceção os problemas são visíveis a nível de desenvolvimento urbano e ordenamento do território. Pretende-se identificar os problemas urbanos que afetam a cidade, redesenhando uma área dentro da cidade, traçada antes da independência, implementando um equipamento multifuncional e espaços de lazer a fim de criar novas vivências, de modo a minimizar as carências desses espaços na cidade.

Através de uma caracterização e análise relativamente aos aspetos geográficos, infraestruturas, sistema urbano e problemas existentes, de modo a compreender a história do crescimento ao longo do tempo por forma a tratar o tema principal, o estudo de equipamento com múltiplas valências, como elemento regenerador do espaço urbano e geradores de novas atividades na sua estreita ligação com a habitação coletiva.



## **ABSTRACT**

After independence Angola went through a long period of internal war that delayed urban development and caused deep alterations to the urban system.

With a big population exudes to littoral urban areas, resulting in a huge pressure on already existing equipment and substructures.

Lubango and all province of Huila in general wasn't exception.

Problems are prominent on development levels and territory framework.

This work is intend to study some strategies and concepts of restoration, regeneration, renewal, reorganization on identification of urban problems that affect the city, redraw a urban space inside the inherited city implementing a multifunctional equipment and leisure facilities to create new experiences in order to minimize the lack of spaces like this in the city.

Characterization was made either geographically and demographically. Was also made a characterization about the country climate. Lumbago's in especial being our study case.

It was made a detailed analysis about geographic aspects, substructures, the urban system and urban problems to try to understand its history and how it has been growing over time.

Proceed after an analysis and reflexion about urbanistic interventions and constructions with big emphases built and actual tendencies.

## ÍNDICE GERAL

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. (RE)QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	4
2.1. Áreas Periurbanas e Autoconstruídas, Exclusão Sócio Espacial no Contexto Africano.....	6
2.2. Modelos de Intervenção em Áreas Periurbanas.....	8
3. ANGOLA ENQUADRAMENTO GERAL.....	11
4. CIDADE DO LUBANGO, PROVINCIA DA HUÍLA.....	15
4.1 Localização geográfica.....	15
4.2 Análise Histórica, Socioeconómica, Cultural e Urbanística.....	17
4.3 Clima.....	26
4.5 Análise Urbanística até 1975.....	30
4.5.1 Projetos de maior relevância.....	34
4.6 Evolução Urbanística pós 1975.....	37
4.6.1 Subúrbios Urbanizados e Condomínios Fechados.....	41
4.6.3 Novas centralidades.....	45
4.6.4 Demolições.....	47
5. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MERCADOS.....	49
5.1 Mercados.....	49
5.2 A HABITAÇÃO MODERNA E DE RENDIMENTO.....	52
5.2.1. Casos de Referência em Portugal.....	55
.....	57
.....	57
5.2.2 Casos de Referência em Angola.....	58
.....	69
6. PROPOSTA.....	70
6.2 Blocos habitacionais.....	76
6.2.1 A habitação de renda baixa e média.....	77
6.3 Programa do Equipamento.....	80
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86
BIBLIOGRAFIA.....	89
LEGISLAÇÃO.....	91
ANEXOS.....	92
Anexo 1 – Vista da cidade do Lubango;.....	93
Anexo 2 – Imagens do local de estudo.....	94

Anexo 3 – Obras de Referência; .....	95
Conjunto habitacional.....	96
Anexo 4 – Fotografias das maquetes; .....	99

## ÍNDICE DE IMAGENS

Figura 1 Town, South Africa fonte: <a href="http://whenonearth.net/incredible-facts-30-worlds-notorious-slums-time/">http://whenonearth.net/incredible-facts-30-worlds-notorious-slums-time/</a> .....	7
Figura 2 Kibera, Kenya fonte: <a href="http://whenonearth.net/incredible-facts-30-worlds-notorious-slums-time/">http://whenonearth.net/incredible-facts-30-worlds-notorious-slums-time/</a> .....	7
Figura 3 Renovação urbana em Polana Caniço A (2000-2014) fonte: <a href="https://cea.revues.org/1488">https://cea.revues.org/1488</a> .....	7
Figura 4 kinshasa slums fonte: <a href="https://markduerkson.com/tag/kinshasa/">https://markduerkson.com/tag/kinshasa/</a> .....	7
Figura 5 Localização geográfica de Angola. Fonte: <a href="http://cargocollective.com/arquiteturamoderna/luanda/1-Africa">http://cargocollective.com/arquiteturamoderna/luanda/1-Africa</a> .....	12
Figura 6 Mapa de Angola. Fonte: <a href="https://c6angola.files.wordpress.com/2008/05/mapa-de-angola-beguelasmaml.jpg">https://c6angola.files.wordpress.com/2008/05/mapa-de-angola-beguelasmaml.jpg</a> .....	12
Figura 7 Localização da província da Huila, Fonte: <a href="https://en.wikipedia.org/wiki/Hu%C3%ADla_Province">https://en.wikipedia.org/wiki/Hu%C3%ADla_Province</a> .....	16
Figura 8 António Júlio da Costa Pereira de Eça (1852-1917) Fonte: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Pereira_de_E%C3%A7a">https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Pereira_de_E%C3%A7a</a> .....	18
Figura 9 Marquês de Sá da Bandeira (1795-1876) Fonte: <a href="https://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo_de_S%C3%A1_Nogueira">https://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo_de_S%C3%A1_Nogueira</a> .....	18
Figura 10 Mandume ya Ndemufayo reis dos Kuanyama (1884-1917) Fonte: <a href="https://www.google.pt/search?q=rei+mandume&amp;sav">https://www.google.pt/search?q=rei+mandume&amp;sav</a> .....	18
Figura 11 Primeiras casas familiares construídas pelos colonos madeirenses no vale do Lubango. Fonte: <a href="http://sandularte.blogspot.pt/2010_09_22_archive.html">http://sandularte.blogspot.pt/2010_09_22_archive.html</a> .....	20
Figura 12 Barracões onde instalaram os primeiros colonos que chegaram ao Lubango, no final de 1884. Fonte: <a href="http://sandularte.blogspot.pt/2010_09_22_archive.html">http://sandularte.blogspot.pt/2010_09_22_archive.html</a> .....	20
Figura 13 Moçâmedes um carro Boer a carregar Fonte: <a href="https://www.google.pt/search?q=colonos+madeirenses+no+planalto+da+huila">https://www.google.pt/search?q=colonos+madeirenses+no+planalto+da+huila</a> .....	20
Figura 14 Missão Católica da Huila. Fonte: <a href="http://sandularte.blogspot.pt/2010/05/apresentacao-do-livro-chicoronho.html">http://sandularte.blogspot.pt/2010/05/apresentacao-do-livro-chicoronho.html</a> .....	23
Figura 15 Huíla: Hospital da IESA em Caluquembe. Fonte: <a href="http://www.angop.ao/angola/pt">http://www.angop.ao/angola/pt</a> .....	23
Figura 16 ISCD DO LUBANGO. FONTE: <a href="http://www.angop.ao/angola/pt">http://www.angop.ao/angola/pt</a> .....	25
Figura 17 Licenciados do Isced em dia de consagração Fonte: <a href="http://www.portaldeangola.com/">http://www.portaldeangola.com/</a> .....	25
Figura 18 quadro da População residente por município e área de residência, segundo o sexo e índice de masculinidade, 2014. Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares.....	28
Figura 19 gráfico da distribuição percentual da população residente por município, 2014 Fonte: Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares. ....	28
Figura 20 Plano Regulador, Zonificação, Câmara Municipal de Sá-Da-Bandeira, s/d. Fonte: (FONTE, 2007) .....	31
Figura 21 Plano de Sá-Da Bandeira. Fonte: <a href="http://sandularte.blogspot.pt/2010_09_22_archive.html">http://sandularte.blogspot.pt/2010_09_22_archive.html</a> .....	31
Figura 22 Plano de Sá Da Bandeira, Fonte: Administração Municipal do Lubango.....	31

Figura 23 Rua principal do Lubango, nos fins do século XIX; corresponde a atual Rua Pinheiro Chagas “A Colonização das Terras Altas da Huila” de Carlos Alberto Medeiros. Fonte-.	33
Figura 24 Plano Geral de Urbanização de Sá-Da-Bandeia, Arranjo Da Praça. Gabinete de Urbanização Colonial. Arq.João António Aguiar.1947/49. Fonte: (FONTE, 2007) ..	33
Figura 25 Largo do Governo provincial) <a href="http://www.angolabelazebelo.com">http://www.angolabelazebelo.com</a> .....	33
Figura 26 Liceu Nacional Diogo Cão em Sá-Da-Bandeira (Vista, Planta), João António de Aguiar e Eurico Pinto Lopes, de 1949. Fonte: (FONTE, 2007) .....	35
Figura 27 Hospital Regional Sá da Bandeira (Planta) Arq Lucínio Cruz e Arq. João António Aguiar.,1950. Fonte: (FONTE, 2007) .....	35
Figura 28 Igreja de nossa senhora de assunção 1953 do Arq. Alberto Braga de Sousa fonte: (FONTE, 2007) .....	35
Figura 29 Escola comercial Artur de Paiva/ Escola 27 de Março Lubango. (anterior a 1958) Fonte <a href="http://www.angolabelazebelo.com/category/fotos-do-lubango/page/4/....">http://www.angolabelazebelo.com/category/fotos-do-lubango/page/4/....</a>	37
Figura 30 Sé. Catedral do Lubango no centro da cidade. Fernando Batalha de 1939 Fonte: <a href="http://www.redeangola.info/roteiros/lubango">http://www.redeangola.info/roteiros/lubango</a> .....	37
Figura 31 Cine Teatro Arco Iris. Aarão Pinto, 1974 Fonte: <a href="http://www.angolabelazebelo.com">www.angolabelazebelo.com</a> .....	37
Figura 32 filiar de Sporting arquiteto desconhecido 1950-60Fonte: <a href="http://mapio.net/s/57170173/">http://mapio.net/s/57170173/</a> .....	37
Figura 33 vista parcial da cidade existente. Fonte: <a href="http://www.angolabelazebelo.com/category/lubango/">http://www.angolabelazebelo.com/category/lubango/</a> .....	39
Figura 34 Vista lateral dum equipamento degradado (Largo do Governo provincial). Fonte: Autor .....	39
Figura 35 Bairro ilegais da cidade (Materiais usados na construção) Fonte: Autor .....	39
Figura 36 Fusão dos espaços Formal/ informal (Largo do Governo provincial). Fonte: Autor .....	41
Figura 37 Planta da evolução urbanística. Fonte: autor .....	43
Figura 38 Planta de equipamentos existentes na cidade do Lubango.....	43
Figura 39 Centraliza do quilamba. 2012-2015(implantação) Fonte: <a href="http://www.soapro.co.ao/pt/client/skins/portfolio.php/?id=126">http://www.soapro.co.ao/pt/client/skins/portfolio.php/?id=126</a> .....	46
Figura 40 Centralidade do Quilemba. 2012-2015 (Moradias Plufamiliares) Fonte: Autor .....	46
Figura 41 Assos, planta da Ágora de Roland Martin - l'Agora Greque. Fonte: <a href="http://www.estudoprevio.net/artigos/40/dossier-o-espaco-publico-flavio-barbini-a-agora-e-o-Forum.....">http://www.estudoprevio.net/artigos/40/dossier-o-espaco-publico-flavio-barbini-a-agora-e-o-Forum.....</a>	50
Figura 42 Roma, Fórum Romano, de Boethius e Ward-Perkins, 1970. Fonte: <a href="http://www.estudoprevio.net/artigos/40/dossier-o-espaco-publico-flavio-barbini-a-agora-e-o-forum.....">http://www.estudoprevio.net/artigos/40/dossier-o-espaco-publico-flavio-barbini-a-agora-e-o-forum.....</a>	50
Figura 43imagens ilustrativas do Mercados de Trajano em roma ( em cima a esquerda-Planta, a esquerda vista geral , a direita vista interior.Fonte: <a href="http://moleskinearquitectonico.blogspot.pt/2010/02/el-mercado-de-trajano-roma.html">http://moleskinearquitectonico.blogspot.pt/2010/02/el-mercado-de-trajano-roma.html</a>	50
Figura 44 Perspetiva explicativa da localização dos vários serviços. Fonte: (LAMAS, 2004) .....	54
Figura 45 Vista unidade Habitacional de Marselha. Fonte: <a href="http://pef2603grupo16.wix.com/pre-fabricados#!historico">http://pef2603grupo16.wix.com/pre-fabricados#!historico</a> .....	54

Figura 46 Bairro das Estacas, Lisboa, Ruy d'Athouguia e Sebastião Sanchez (1949-1955. Fonte: <a href="http://bric.k-tank.org/2016/05/23/bairro-das-estacas-housing-project-in-lisbon-alvalade-lisbon-portugal-1949-55">http://bric.k-tank.org/2016/05/23/bairro-das-estacas-housing-project-in-lisbon-alvalade-lisbon-portugal-1949-55</a> .....	57
Figura 47 conjunto habitacional Av. Infante Santo, Lisboa, Alberto Jose Pessoa, Hermáni Gandra e João Abel Manta (1950-1960). Fonte: <a href="http://agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.148/4490">http://agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.148/4490</a> .....	57
Figura 48 Edifício das Águas Livres, Lisboa, Nuno Teotónio Pereira, Bartolomeu Costa Cabral. Fonte: <a href="http://www.wext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/prjobr/img/aguaslivres.jpg">http://www.wext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/prjobr/img/aguaslivres.jpg</a> .....	57
Figura 49 Mercado do kinaxixe, vista frontal .....	59
Figura 50 Mercado do Kinaxixe, vista exterior Vasco Vieira da Costa, 1960. Demolido em 2008.....	59
Figura 51 Mercado do Kinaxixe, corte Longitudinal.....	59
Figura 52 Planta piso mercado kinaxixe.....	59
Figura 53 Mercado da Encarnação Norte. Fonte: <a href="http://www.cm-lisboa.pt">http://www.cm-lisboa.pt</a> .....	62
Figura 54 Planta do Mercado do Lobito Francisco Castro Rodrigues 1963.....	62
Figura 55 Interior do Mercado do Lobito Francisco Castro Rodrigues 1963.....	62
Figura 56 Planta Mercado do Lobito. Francisco Castro Rodrigues 1963.....	62
Figura 57 Mercado de Caputo, vista exterior. Fernão Simões de Carvalho, 1962.Fonte: <a href="http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/filter/Obras/Mercado-de-CaputoFernao-Simoes-de-Carvalho-1962En-uso">http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/filter/Obras/Mercado-de-CaputoFernao-Simoes-de-Carvalho-1962En-uso</a> .....	63
Figura 58 Planta mercado de Caputo .....	63
Figura 59 Hotel Presidente, Luanda, António Campino (anos 1960). Fonte: <a href="https://pt.pinterest.com/gingeira/luanda/">https://pt.pinterest.com/gingeira/luanda/</a> .....	65
Figura 60 Bairro Preda, Luanda, edifício ainda em obras Arq. Simões de Carvalho. Fonte: <a href="http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/filter/Obras/Radio-Nacional-de-Angola-Fernao-Simoes-de-Carvalho-y-Jose-Pinto-da1">http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/filter/Obras/Radio-Nacional-de-Angola-Fernao-Simoes-de-Carvalho-y-Jose-Pinto-da1</a> .....	65
Figura 61 Centro de Radiodifusão de Angola, Luanda, Simões de Carvalho (1965-1967).Fonte: <a href="http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/filter/Obras/Radio-Nacional-de-Angola-Fernao-Simoes-de-Carvalho-y-Jose-Pinto-da">http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/filter/Obras/Radio-Nacional-de-Angola-Fernao-Simoes-de-Carvalho-y-Jose-Pinto-da</a> .....	65
Figura 62 Os Arcos da cidade do Lubango .....	67
Figura 63 entrada pórtico do recinto da Feira e respetivo Pavilhão de Exposições.....	67
Figura 64 Monumento ao general João de Almeida/ atual monumento da Liberdade, 1963 .....	67
Figura 65 Pórtico-Esplanada para da Senhora do Monte. Fonte: imagens da página.	67
Figura 66 Esplanada do miradouro da Tundavala. Foi projetado por Ludovice para ser um casino, em 2012 foi restaurado e agora é um Restaurante. Fonte: <a href="http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html">http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html</a> .....	69
Figura 67 Fábrica de vela e cera de Sá da bandeira, 1970. Projetado por Ludovice. Fonte: <a href="http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html">http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html</a> .....	69
Figura 68 Casino do Lubango. Projetado por Ludovice Fonte: <a href="http://www.hpip.org/def/pt/Página de entrada/Obra?a=2010">http://www.hpip.org/def/pt/Página de entrada/Obra?a=2010</a> .....	69
Figura 69 A casa do Arq. José Frederico Ludovice. 19Fonte: <a href="http://www.hpip.org/def/pt/Página de entrada/Obra?a=2010">http://www.hpip.org/def/pt/Página de entrada/Obra?a=2010</a> .....	69
Figura 70 local de intervenção. Fonte .....	71
Figura 71 planta da cidade local de intervenção Fonte: autor .....	71
Figura 72 Fotografias da maquete de estudo Fonte: autor.....	73

Figura 73 Planta, alçado e corte Habitação rendimento alto Fonte: autor .....	79
Figura 74 Esquemas ilustrativo dos usos. Fonte autos .....	81
Figura 75 Plantas equipamento. Fonte autor .....	83
Figura 76 Alçados e cortes do equipamento. Fonte: autor .....	85

## 1. INTRODUÇÃO

Em Angola houve uma guerra civil entre 1975 e 2002 que causou o êxodo de população civil para os maiores centros urbanos. As cidades expandiram-se sem qualquer regra urbanística e o crescimento informal não foi acompanhado de infraestruturas nem de equipamentos sociais, o que tornou difícil por em prática uma ação de planeamento, pois as construções ilegais, básicas, constituem uma grande parte da mancha urbana. Existem duas realidades completamente opostas, por um lado as áreas residenciais clandestinas e por outro a cidade planeada em solo urbanizado.

A marginalidade repercute-se em outros sectores como a obtenção ilegal de eletricidade e falta de saneamento básico que constitui um problema grave de saúde pública com maior evidência na época das chuvas.

A escolha do Projeto de um Equipamento Multifuncional para (Re) qualificar o Espaço Urbano na Cidade de Lubango, para o projeto de final de mestrado é pertinente dado que existe falta de espaços qualificados para responder à procura da população, intervindo deste modo numa realidade diferente, em função do interesse científico e cultural. É importante abordar o tema aproveitando a oportunidade de interagir no meio com o qual me identifico.

Questão de partida:

Pode um equipamento multifuncional potenciar e contribuir para a (re) qualificação do espaço urbano, em Angola?

Pode esse equipamento promover locais de convívio e permanência da população?

O processo de qualificação de uma malha urbana autoconstruída supõe a reciprocidade entre o existente e o novo e a articulação com o tecido urbano envolvente, para lograr uma cidade coesa, mas em que cada parte tenha o seu aspeto singular.

Esta reciprocidade também se aplica na relação entre o espaço público e as relações sociais, ou seja, o espaço tem de ser propício para a interação das diferentes personagens do cenário quotidiano. Portanto, o projeto não deverá ter em conta apenas o espaço físico, mas também as transformações sociais que a sua qualificação irá gerar e as novas vivências espaciais que permitirá.

Deste modo os objetivos para o trabalho abarcam duas componentes: social e urbanística de modo a valorizar esta parte da cidade e melhorar a vida da população residente.



- Propor um equipamento multifuncional composto por: mercado serviço e restauração e proposta urbana que contemple também habitação de renda baixa, média e alta.
- Criação de espaços públicos com qualidade ambiental e de conforto de modo a criar uma identidade que traga atratividade ao local;
- Criação de uma articulação com a cidade existente através da melhoria de acessibilidade e mobilidade incluindo a circulação (automóvel e pedonal) e os espaços para estacionamento;
- Reforçar a coesão territorial e social com a dinamização das atividades económicas através de iniciativas locais.
- Reforçar a identidade da área e valorizá-la perante o resto da cidade através de uma metodologia que permita uma transição gradual entre a cidade formal e a cidade informal ou autoconstruída.

## METODOLOGIA

Propõe-se como metodologia de trabalho realizar, num primeiro momento, uma reflexão teórica dos problemas a partir da recolha bibliográfica e construção dum quadro teórico. Num segundo momento, elabora-se uma reflexão prática a partir dos problemas encontrados na sociedade em causa, através duma leitura do território, recolha de informações e levantamento no local. Depois de confrontadas estas duas abordagens segue-se o projeto, que engloba a análise e definição de soluções, através de sucessivas escalas e com recurso a modelos tridimensionais, maquetas, esquiços.

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este documento encontra-se dividido em sete capítulos e anexos, que permitem estruturar o seu conteúdo.

O primeiro capítulo é essencialmente de carácter introdutório e funciona como apresentação e contextualização do trabalho, clarificando os objetivos e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo estudam-se os espaços urbanos e modelos para sua requalificação assim como as perspetivas de abordagem que lhe estão inerentes.

O terceiro capítulo fala sobre a caracterização de Angola e em especial a cidade do Lubango, bem como todas as transformações históricas e urbanísticas que aconteceram até os dias de hoje.

O quarto e quinto capítulo estão relacionados com o tema dos equipamentos, o seu papel e importância na cidade e sociedade com a sua caracterização programática e morfológica, assim como uma análise da evolução do mercado ao longo do tempo. Analisam-se vários casos de estudo tanto em países Africanos de expressão portuguesa como em Portugal, projetos habitacionais e equipamentos sociais, as suas localizações nas diferentes malhas urbanas e compreender a sua importância na génese das cidades e da sociedade. Posteriormente são focadas as características espaciais e programáticas dos espaços dos mercados, analisando vários aspetos das tipologias, tomando como referência as obras de alguns Arquitetos Portugueses que trabalharam em Africa e Angola em particular.

O sexto capítulo é dedicado à justificação da proposta, desenvolvendo-a sobretudo a dois níveis, um mais teórico – de caracterização do mercado equipamento social e habitação – e outro nível mais prático, de classificação dos aspetos espaciais e formais.

O sétimo e último capítulo consiste nas considerações finais do trabalho.

**Palavras-chave – requalificação, Espaço Urbano, Lubango, mercado, habitação**

## **2. (RE)QUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Existem várias noções ligadas a operações de transformação urbana que indicam diferenças no tipo de intervenção que se pretende fazer: reabilitação, regeneração, revitalização, renovação, reconversão, (re) qualificação.

Entende-se a qualificação como um modelo de intervenção adequado para intervir nas áreas urbanas degradadas e instaladas em terrenos alheios. O modelo envolve um conjunto de operações que abrangem o reaproveitamento, a readaptação e a transformação com o objetivo de melhorar as condições de habitabilidade e o uso dos espaços, quer privados, quer públicos, da área em questão visando a atribuição de um novo carácter ao tecido económico e social. (FERNANDES N. , 2013, p. 1)

Dado o crescente consumo do espaço e dos recursos disponíveis, verificou-se um aumento da degradação do território, levando à adoção de processos que coresponsabilizem a população e contribuam para um retrocesso nesta tendência. A requalificação urbana é vista como um instrumento de intervenção que deve ser aplicado de modo a solucionar os problemas verificados no seio das cidades. Atualmente, a requalificação urbana é considerada como um eixo prioritário nas intervenções urbanas, possibilitando uma operacionalização no tecido físico e social, ou seja, permite (re) criar uma nova estética em função do desenho já existente de uma cidade. A requalificação permite ainda uma revitalização das áreas mais antigas das cidades, que correspondem aos centros históricos, e que se encontram em risco de decadência, de abandono e de degradação. Todavia, a requalificação urbana não pode canalizar as suas intervenções só para o centro histórico, mas também para as áreas envolventes a esta e que se encontram sujeitas à ação interventiva do Homem. Neste sentido, o conceito de requalificação urbana tem evoluído constantemente em função dos atuais problemas verificados no espaço urbano. (SILVA A. M., 2011, p. 46)

A requalificação urbana é atualmente um tema incontornável quer se fale de conservação e defesa do património, de desenvolvimento sustentável, de ordenamento do território ou de coesão social. No entanto, o conceito de reabilitação urbana sofreu uma enorme evolução desde os anos 60 até aos nossos dias, no que respeita aos seus objetivos, princípios, âmbito de atuação, metodologia e abordagem. Emerge da política de conservação do património arquitetónico, mas rapidamente ultrapassa esse âmbito, em reposta a novos desafios de natureza social, económica, ambiental e cultural. Devido

à sua rápida evolução e crescente complexidade, é frequente o conceito de reabilitação urbana ser usado de forma equívoca e redutora e os processos de intervenção não terem em conta os pressupostos que lhe estão subjacentes. Apesar de a informação existente sobre a matéria ser vasta, esta é de natureza sectorial, dispersa e fragmentada, não tendo sido alvo de compilação e sistematização até à data.

### **2.1. Áreas Periurbanas e Autoconstruídas, Exclusão Sócio Espacial no Contexto Africano**

A segregação social e espacial tem sido um dado que acompanha o desenvolvimento urbano desde a revolução industrial e permanece ainda hoje como materialização de situações económicas e sociais que lhe são externas.

A explosão urbana das últimas décadas, nos países em desenvolvimento e especificamente em África, deriva do persistente e elevado crescimento natural resultante da diminuição da taxa de mortalidade e da permanência de altas taxas de fecundidade e natalidade, típica de países em desenvolvimento e de contextos de pobreza, o qual se conjuga com forte migração para as cidades, crise persistente das economias nacionais recém-independentes, de aumento da dívida externa, de desaceleração industrial, de predomínio do sector terciário informal da economia e de microactividade. (OPPENHEIMER, 2007, p. 26).

Esta situação agrava-se nas últimas três décadas e encontra a sua origem na incapacidade crescente da desorganização socio capitalista em assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo indispensáveis à vida quotidiana da população das cidades, indo dos alojamentos aos equipamentos, espaços verdes e transporte. Este problema é marcado também pela afirmação da globalização económica neoliberal, acentuando-se a complexidade, o desequilíbrio e a precariedade do fenómeno urbano e a incapacidade de lhe fazer face. Neste contexto, o crescimento acelerado e a concentração urbana, não sendo acompanhados pelo correspondente desenvolvimento urbano nem pelo aumento da capacidade financeira e técnica da gestão pública municipal e ambiental, contribuem, como muitos autores têm sublinhado, para a degradação dos serviços sociais, das infraestruturas e da habitação, quadro indicador e reprodutor da pobreza. (OPPENHEIMER, 2007, p. 27).

As novas modalidades de gestão urbana, desde os anos 1990 orientadas pela reforma liberal, assentes na redução da intervenção do estado, na descentralização, na democratização e no papel crescente do sector privado e da sociedade civil, incluem uma grande diversidade de dispositivos, entre a espacialização e a territorialização dos serviços, com impactos variados ao nível da redistribuição e da coesão social. (OPPENHEIMER, 2007, p. 28).



Figura 1 Town, South Africa fonte:  
<http://whenonearth.net/incredible-facts-30-worlds-notorious-slums-time/>



Figura 4 Kinshasa slums fonte:  
<https://markduerksen.com/tag/kinshasa/>



Figura 3 Renovação urbana em Polana Caniço A (2000-2014)



Figura 2 Kibera, Quênia fonte:  
<http://whenonearth.net/incredible-facts-30-worlds-notorious-slums-time/>

## 2.2. Modelos de Intervenção em Áreas Periurbanas

O modelo de renovação urbana remonta ao século XIX nos países industrializados, visava responder aos problemas de densificação urbana e de precarização dos bairros populares das cidades industriais, justificando-se as intervenções de demolição de áreas degradadas a vários níveis: estético, de embelezamento, de progresso, de eficiência, de saúde (propósitos higienistas). Muitas experiências de renovação urbana foram implementadas a partir dos anos 40 do século XX, em resposta à pressão do progresso tecnológico, ao crescimento populacional, às novas necessidades de consumo, à degradação das áreas centrais e às pressões imobiliárias.

Na verdade, a maioria dos países intensamente urbanizados adotaram desde finais da década de sessenta políticas de reabilitação urbana das zonas centrais visando deste modo travar explosão demográfica e sobretudo revitalizar esses espaços através de estruturas comerciais, equipamentos públicos e áreas de lazer. (FARIA, 2009, p. 42)

São conhecidos dois modos distintos de intervenção: o paradigma higienista, racionalista e funcionalista que suporta as operações de renovação urbana assente em geral na demolição do edificado existente e na sua substituição por construção nova, e o paradigma emergente e integracionista, em que se enquadra o construir no construído.

Na América do Norte, o desenvolvimento urbano, expresso no *Housing Act* de 1949,<sup>1</sup> Visa a construção de grandes infraestruturas, autoestradas, parques, equipamentos, ou conjuntos habitacionais de luxo, a partir da remoção de bairros precários mais ou menos centrais em terrenos de alto valor fundiário que são apropriados por promotores privados. A partir de 1954, Com a introdução no *Housing Act* do conceito de renovação urbana, intensificam-se as grandes intervenções urbanas em várias cidades americanas assentes na terciarização e na remoção de muitos habitantes especificamente de minorias étnicas, que provocaram vários movimentos de contestação social contra os planos de renovação urbana e de tábuas rasas e suscitaram acesas críticas pelo aumento de segregação e de conflitos sociais, pela diminuição de coesão social e pela expulsão dos mais desfavorecidos (RAPOSO, Isabel, 2012, p. 113).

---

<sup>1</sup> Lei de Habitação dos Estados Unidos da América

A renovação foi também intensamente aplicada na Europa, no período da Reconstrução, prolongando-se pelos anos 60 e 70 do século XX. O pó Segunda Guerra Mundial ofereceu o cenário ideal para a experimentação dos princípios do urbanismo moderno expressos na Carta de Atenas de 1933<sup>2</sup>, que visavam a criação de uma cidade moderna industrial e o seu bom funcionamento. O zonamento, a adequada distribuição e separação das quatro principais funções urbanas, a construção em altura, a hierarquização viária e a separação entre tráfego pedonal e automóvel, são as principais linhas que orientam os arquitetos modernos. Elas serviram de suporte às grandes operações de renovação urbana, das cidades europeias destruídas pela guerra, e também justificaram novas operações massivas de demolição de áreas urbanas antigas e de bens patrimoniais. A Carta de Atenas, defende expressamente a destruição de bairros que não ofereçam condições sanitárias, para evitar o sacrifício das populações. De acordo com os princípios modernos funcionalistas e com os parâmetros de qualidade traçados na Carta de Atenas, toda a cidade dita informal e de gênese ilegal que se estende nas periferias das cidades dos países em desenvolvimento e de alguns países semiperiféricos, como Portugal, vai contra as normas da cidade moderna e teria de ser eliminada. Mas, nela vivem hoje, nos países africanos, cerca de 70% dos cidadãos, sendo no Brasil cerca de 30% e na Área Metropolitana de Lisboa poderão estar próximos dos 10% (se incluirmos os bairros de ocupação e os loteamentos de gênese ilegal (RAPOSO, Isabel , 2012, p. 114).

O modelo da Carta de Atenas permitiu responder em quantidade a uma necessidade massiva até aí desconhecida. As consequências sociais de grandes conjuntos habitacionais segregados, homogeneizados, indiferenciados, estigmatizados são visíveis desde os anos cinquenta, têm sido objeto de profundas pesquisas, conduzindo a mudanças nas práticas e nas teorias urbanas, mas as reações da sociedade civil só

---

2 A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. É um texto, onde estão estabelecidos as exigências e critérios para a organização e gestão das cidades, pelo que não decorreu de um estudo aprofundado sobre planeamento urbano moderno, mas apenas de um conjunto de constatações, por vezes evidentes, de recomendações, algumas de simples bom senso, e de exigências que os arquitetos deveriam formular as instâncias administrativas e governamentais. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta\\_de\\_Atenas](https://pt.wikipedia.org/wiki/Carta_de_Atenas)

Cronologia dos vários congressos do CIAM e temas abordados: 1º Congresso – 1928 – La Sarraz. 2º Congresso – 1929 – Frankfurt – A vivenda mínima. 3º Congresso – 1930 – Bruxelas – A estrutura e dimensão do bairro. 4º Congresso – 1933 – navio Patris – Atenas – Marselha - «Acidade funcional» do qual resulta a Carta de Atenas. 5º Congresso – 1937 – Paris – Habitação e lazer 6º Congresso – 1947 – Brigwater – O ambiente físico que satisfaça as necessidades emocionais e materiais do homem. 7º Congresso – 1949 – Bergamo. 8º Congresso – 1951 – Hoddesdon – O coração da cidade. 9º Congresso – 1953 – Aix-en-Provence – crítica as quatro categorias fundamentais da Carta de Atenas. 10º Congresso – 1956 – Dubrivnik aborda o tema da «Relação entre a forma física e a necessidade sociológica. fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso\\_Internacional\\_da\\_Arquitetura\\_Moderna](https://pt.wikipedia.org/wiki/Congresso_Internacional_da_Arquitetura_Moderna)



eclodem de forma violenta, umas décadas depois, nas movimentações sociais que varreram os subúrbios de França em 2005, a Grécia em 2008, ou a Inglaterra em 2011. Apesar das críticas de que têm sido alvo, os realojamentos massivos em grandes conjuntos habitacionais continuaram a ser aplicados nas últimas décadas do século XX, indiferentes aos maus resultados alheios: eles servem de modelo para o Programa Especial de Realojamento (PER) em Portugal, nos anos 90, e continuam a servir de referência ainda hoje, em outros contextos, de forte poder político e económico, como por exemplo em Luanda. (RAPOSO, Isabel , 2012, p. 114)

As críticas que surgem às premissas e aos resultados dos princípios do urbanismo moderno, desde logo no seio do próprio Congresso Internacional dos Arquitetos Modernos de 1947, a redescoberta dos valores da cidade tradicional, os estudos socio-urbanísticos sobre as consequências nefastas das operações de renovação urbana e dos grandes conjuntos habitacionais, conduzem a novas maneiras de olhar e intervir nestes territórios. Na defesa incondicional da renovação, no quadro do paradigma funcionalista e do modelo de desenvolvimento urbano baseado na expansão e no crescimento económico, emergem desde os anos 70 e 80 os conceitos de reabilitação integrada e de revitalização, no quadro do paradigma integracionista, que assentam numa nova atenção às pré-existências do lugar, construídas, ambientais e também culturais e sociais. Em vez da expulsão, realojamento e renovação, delineiam-se outras políticas que visam a melhoria das condições de vida, a qualificação do existente, como a beneficiação in situ e a autoajuda, que se baseiam nos direitos dos beneficiários, no direito à cidade, ao lugar e à habitação. São centradas nos sujeitos, adaptadas às realidades sociais, na luta contra a pobreza e a exclusão social. (RAPOSO, Isabel , 2012, p. 115)

### 3. ANGOLA ENQUADRAMENTO GERAL

Angola localiza-se na costa do Atlântico Sul da África Ocidental, abaixo do Equador e a norte do Trópico de Capricórnio, possui uma superfície de 1.246.700 km<sup>2</sup>. Os seus limites fronteiriços são: a norte com as Repúblicas do Congo e a do Congo Democrático, a leste as Repúblicas Democrática do Congo e a da Zâmbia, a sul a República da Namíbia, e a oeste o Oceano Atlântico. O território tem um comprimento máximo de 1.277 Km no sentido norte/sul e 1.236 Km de leste a oeste, uma fronteira marítima de 1.680 Km e terrestre de 4.928 Km. A província de Cabinda constitui um enclave separado do restante território. O país foi delimitado como colónia portuguesa na Conferência de Berlim de 1885, tendo conquistado a sua independência em novembro de 1975 depois de dez anos de luta de libertação anticolonial. Pouco depois da declaração de independência iniciou a guerra civil, que durou quase 30 anos e só terminou em 2002, após a morte do líder do maior partido da oposição.

O território angolano está dividido em 18 províncias. Angola possui duas estações climáticas que prevalecem ao longo do ano: a do Cacimbo, seca e fria, normalmente de maio a setembro, e a das Chuvas, húmida e a mais quente, em regra de setembro a abril, com o início tardio ou com antecipado em algumas regiões do país. O regime das chuvas e a variação anual das temperaturas são as duas características climáticas, comuns a todas as regiões. A localização do País, na zona intertropical e subtropical do hemisfério sul, a sua proximidade ao mar, a corrente fria de Benguela, as características do relevo no interior e a dimensão do seu território são os fatores que determinam as variações climáticas e caracterizam as duas estações climáticas distintas: no litoral a precipitação média anual é inferior a 600 mm, mas a província de Cabinda, a norte, chega a atingir valores na ordem dos 800 mm, enquanto a província do Namibe, no litoral sul, atinge apenas 50 mm. Isto porque o litoral norte apresenta um clima tropical seco e o litoral sul um clima desértico, as temperaturas médias varia de 17° (mínimas) e 27° C (máximas). <sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Estas informações foram consultadas em <http://www.governo.gov.ao/historia.aspx>

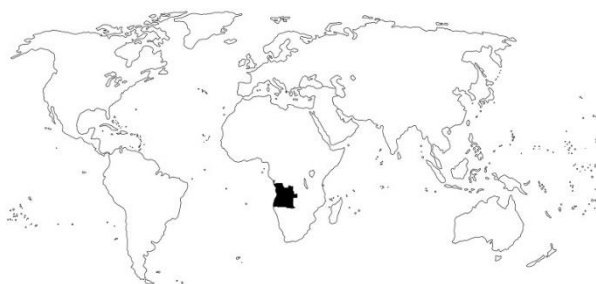


Figura 5 Localização geográfica de Angola.  
 Fonte  
<http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/1-Africa>

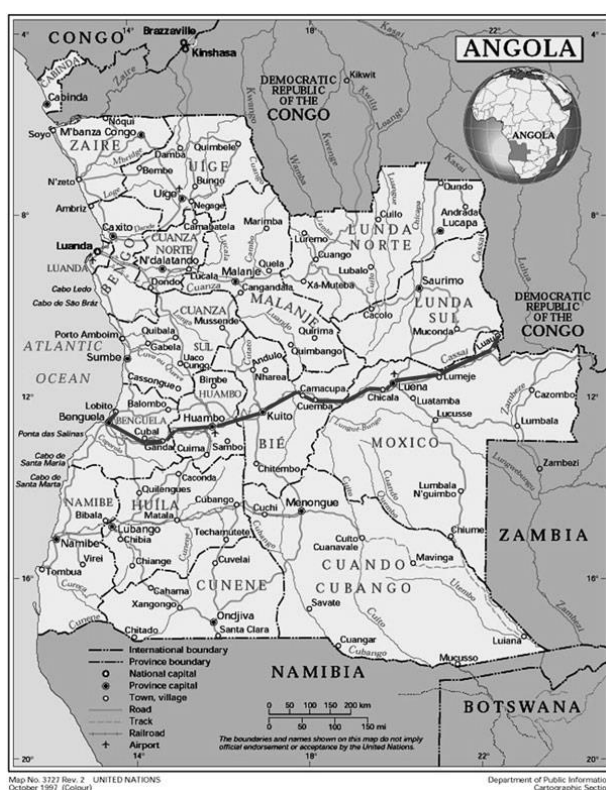


Figura 6 Mapa de Angola. Fonte:  
<https://c6angola.files.wordpress.com/2008/05/mapa-de-angola-beguelasmaml.jpg>

O litoral sofre a influência da corrente fria de Benguela e caracteriza-se por temperaturas médias anuais superiores a 23º C. A humidade relativa média anual é superior a 30% e a pluviosidade diminui de norte para sul. Nas regiões do interior a precipitação varia entre 600 mm e 1000 mm. A norte e a nordeste o país apresenta clima tropical húmido, com temperatura e pluviosidade elevadas. Nos planaltos, por influência da altitude, o clima modifica-se: a temperatura média desce abaixo do 19º C, ou ainda menos, durante a estação seca, com amplitudes térmicas diárias acentuadas. Este é também o clima que caracteriza o sudeste do país. Já o Sudoeste (Benguela, Namibe) é árido, sub-desértico e semiárido, com pluviosidade anual que varia entre 100 e 600 mm, com temperaturas da ordem dos 23ºC à 24ºC. O Leste apresenta um clima tropical moderado. Angola é um país planáltico, sendo a maior altitude o Moro do Moco situado na província do Huambo, com 2.620 metros de altura.

A hidrografia de Angola está intimamente ligada ao seu relevo. Os rios têm a sua origem nas zonas montanhosas e planálticas do interior e correm para as regiões mais baixas, descendo em vales profundos, alargando-se nas proximidades do oceano, formando baías e portos naturais como os de Luanda, Lobito e Namibe. A maior parte dos leitos são irregulares, com quedas de água, cachoeiras, e margens mais largas nas zonas costeiras. As principais bacias hidrográficas são (de Norte para Sul e de Oeste para Leste) as dos rios Zaire, Mbridge, Queve, Cunene, Cuando, Kwanza. O rio Kwanza é o maior de todos (o mais navegável) que nasce e desagua em território angolano com 1000 Km de extensão. O principal lago é o lago Dilolo (província do Moxico), seguido das lagoas do Panguila (província de Luanda) e da Muxima (província do Bengo). Existem várias quedas de água em rios como Mbridge, Cambambe, Kwanza, destacando as grandes Quedas de Calandula, com mais de 100 metros de altura no Lucala, afluente do rio Kwanza. Apesar da dimensão dos recursos acima mencionados, o país também apresenta riscos naturais preocupantes desde as fortes descargas pluviométricas locais que têm causado inundações, a par dos problemas ambientais como: erosão dos solos, desertificação, O País possui vastos recursos florestais, principalmente na província de Cabinda (floresta do Maiombe), onde se encontram madeiras de valor económico elevado como o pau-preto, ébano, sândalo, pau-raro e pau-ferro. Os recursos minerais são os que melhor se conhecem, principalmente o petróleo (Cabinda, Soyo e Kissama) e os diamantes (Lundas e Malange). Além destes, existem grandes jazidas de ferro, cobre, ouro, chumbo, zinco, manganês, volfrâmio, estanho e urânio. Apesar dos abundantes e valiosos recursos naturais no solo, subsolo

e mar, a economia continua bastante dependente do petróleo, sendo um grande desafio a diversificação da base económica.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Sobre esta temática, e algumas informações que dela constam foram consultadas em <http://www.embangola.at/dados.php?ref=dados-geograficos>

## **4. CIDADE DO LUBANGO, PROVINCIA DA HUÍLA**

Este capítulo corresponde à caracterização da região da implantação do caso de estudo. Aborda os aspetos históricos, geográfico, ambiental, base económica, produtiva e cultural, população, infraestruturas e problemas urbanos. Depois identifica os principais desafios do desenvolvimento e da requalificação do espaço urbano, procura possíveis soluções com vista a garantir a qualidade de vida das populações na cidade.

### **4.1 Localização geográfica**

A província da Huíla localiza-se a sudoeste do território angolano e confina a norte com as províncias de Benguela e Huambo, a nordeste com a província do Bié, a sudeste com a província do Cuando Cubango, a sul com a província do Cunene e a sudoeste com a província do Namibe. O Território integra-se no vasto conjunto de superfícies planálticas do interior angolano com altitudes entre os 1000 e os 2300 metros.<sup>5</sup> As altitudes menores correspondem a nivelamentos de transição, quer para o Oeste e Noroeste quer para Sul e Sudoeste, sendo a zona de altitudes intermédias, 1400-1800 metros, correspondente à parte Sul do Planalto Central. As superfícies de altitudes mais elevadas, 1900-2300 metros, fazem parte do Planalto da Humpata, destacando-se a do Bimbe, que constitui a mais elevada aplanção do Sudoeste Angolano. A Província contabiliza uma área aproximada de 79.023 km<sup>2</sup>. Do ponto de vista administrativo, encontra-se dividida em 14 municípios: Lubango, Caconda, Cacula, Caluquembe, Chibia, Chicomba, Chipindo, Cuvango, Gambos, Humpata, Jamba, Matala, Quilengues e Quipungo. Destas capitais de município, quatro são cidades: Lubango, Humpata, Matala e Chibia. A cidade do Lubango denominada Sá da Bandeira até 1975 constitui a capital da província pela sua história, antiguidade e localização onde se encontra sediado o Governo da Província da Huíla, é limitado a norte pelo município de Quilengues, a Este pelo município de Cacula, a Sul pelos municípios de Chibia e Humpata, e a Oeste pelo município da Bibala. É constituído pelas comunas de Lubango, Arimba, Hoque e Huila.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Sobre esta temática, e algumas informações que dela constam foram consultadas em <http://www.huila.gov.ao/InformacoesProvinciai>

<sup>6</sup> Idem

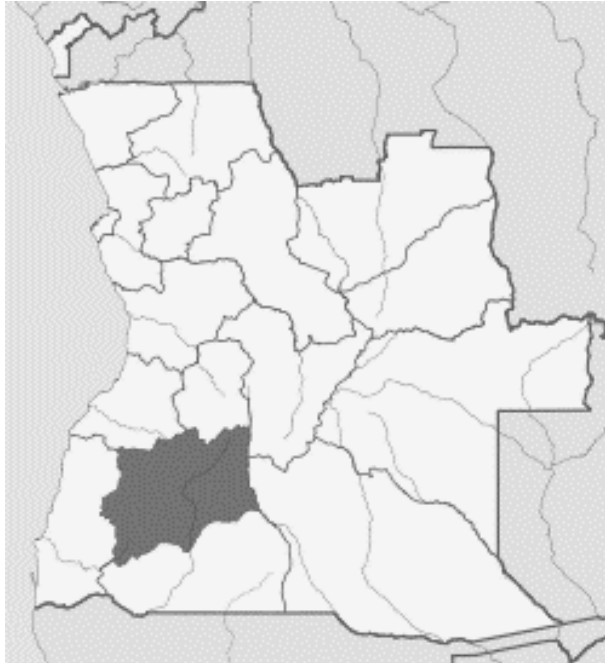


Figura 7 Localização da província da Huila,  
Fonte:  
[https://en.wikipedia.org/wiki/Hu%C3%ADla\\_Province](https://en.wikipedia.org/wiki/Hu%C3%ADla_Province)

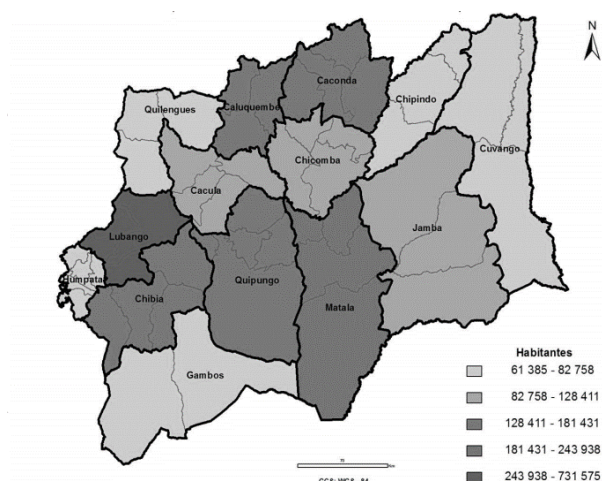


Figura 8 Mapa da província de Huila Fonte: INE, RGPH 2014, Resultados Preliminares. Cartograma – Distribuição da população residente, por município, 2014

## **4.2 Análise Histórica, Socioeconómica, Cultural e Urbanística**

Em 1785, o Governador de Angola, Barão de Moçâmedes, preocupado em acautelar a efetiva ocupação do sul de Angola, envia duas expedições, a partir de Benguela: uma por mar e a outra por terra. A primeira, atracando na antiga Angra do Negro, logo a rebatiza com o nome de Moçâmedes, em homenagem ao Governador em exercício; a segunda, realizada por via terrestre é capitaneada por Gregório José Mendes, chegou também a Moçâmedes, mas, no seu regresso a Benguela, passou pelo Planalto da Huíla, do qual faz uma descrição em termos favoráveis. Os relatórios das missões registam manifestos sinais da passagem de portugueses por ali, mas não a sua presença, ao tempo. a primeira tentativa consistente de colonização do Sul (abaixo dos reinos de Benguela e dos do Planalto Central) remonta ao desembarque na costa de Moçâmedes de uma pequena colónia de portugueses, liderados por Bernardino Freire. (PADRÃO, 1998, p. 43)

Por volta de 1850, consolidada a presença portuguesa no litoral (colonos algarvios, oriundos de Olhão, a partir de 1860), o Governo da Metrópole resolveu acelerar o povoamento do interior, por pressão estrangeira e por julgar que ali havia importantes jazidas de cobre. Para este efeito, o Marquês de Sá da Bandeira, defensor do povoamento do sul de Angola, tenta várias soluções para criar uma colónia agrícola próxima de Moçâmedes (Huíla). Em 1857, com a instalação da colónia de Kruss (constituída por 12 alunos da Casa Pia e 29 colonos alemães); e em 1858 com o envio da Companhia Agrícola de Moçâmedes. Ambas redundaram em fracasso devido à falta de enquadramento oficial e, pelo que se depreende dos relatórios da época, devido também à fraca natureza dos portugueses enviados completamente desenraizados e desenquadrados institucionalmente, estes colonos tiveram que socorrer-se dos expedientes possíveis para sobreviver. (FERNANDES J. M., 2013, p. 160)





Figura 8 Pereira de Eça (1852-1917)

Fonte:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_Pereira\\_de\\_E%C3%A7a](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Pereira_de_E%C3%A7a)



Figura 9 Marquês de Sá da Bandeira (1795-1876) Fonte:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo\\_de\\_S%C3%A1\\_Nogueira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo_de_S%C3%A1_Nogueira) António Júlio da Costa



Figura 10 Mandume Ya Ndemufayo reis dos Cuanhama (1884-1917) Fonte:

<https://www.google.pt/search?q=rei+mandume&sav>

Bem diferente da colónia de boers que por esta mesma altura, a partir de 1880 data da guerra entre os ingleses e boers na África do Sul, começaram a afluir em número crescente ao território angolano. Em 1 de Outubro de 1880, por despacho do titular do Ministério da Marinha e Ultramar, Visconde de São Januário, são criadas as condições legais para o estabelecimento da numerosa colónia boer de São Januário - em atenção ao titular da pasta ministerial na Humpata. Dois anos depois é inaugurada pelo Governador de Moçâmedes, Coronel Nunes da Mata, acompanhado do seu Ajudante de Campo, Alferes Artur de Paiva, a quem nomeia seu representante junto dos boers. Estes, agradecidos pela hospitalidade recebida e portadores de uma experiência, cultura e religião diferentes, em pouco tempo criaram infraestruturas e mostraram resultados muito positivos que contrastavam claramente com a situação estagnada da colónia portuguesa. Apesar dos esforços despendidos por Artur de Paiva e, posteriormente, pelo Governador Paiva Couceiro, a colónia boer desagregou-se paulatinamente e acabou por não ter os resultados que o seu início augurava. (PADRÃO, 1998, p. 97)

Com o propósito de contrabalançar esta experiência da colónia de São Januário e dar-lhe um cunho mais nacional, Sá da Bandeira e Pinheiro Chagas envidaram esforços, na Metrópole, para continuar a colonização do sul de Angola. Desta vez, recorreu-se a colonos madeirenses, gente trabalhadora e habituada à dureza da ilha. Teoricamente tudo estava previsto, assinavam um contrato na Madeira, com direito a um subsídio diário, assistência médica e medicamentosa, ferramentas e sementes, além da concessão do terreno, e passagem gratuita, ao fim de seis anos. Na prática, porém, quase nenhum apoio lhes foi dado. A colónia de Sá da Bandeira consegue implantar-se à custa de muitos sacrifícios e estabelecer-se como base para a posterior pacificação ou dominação militar do sul de Angola e do seu povoamento branco. Em 1901 é elevada a vila e cabeça do novo distrito da Huíla, criado por desmembramento do distrito de Moçâmedes e, em 31 de maio de 1923, agraciada a cidade - no mesmo dia em que o caminho-de-ferro atinge finalmente o Planalto, João António de Aguiar realizou o plano de urbanização da cidade. (FERNANDES J. M., 2013, p. 160)

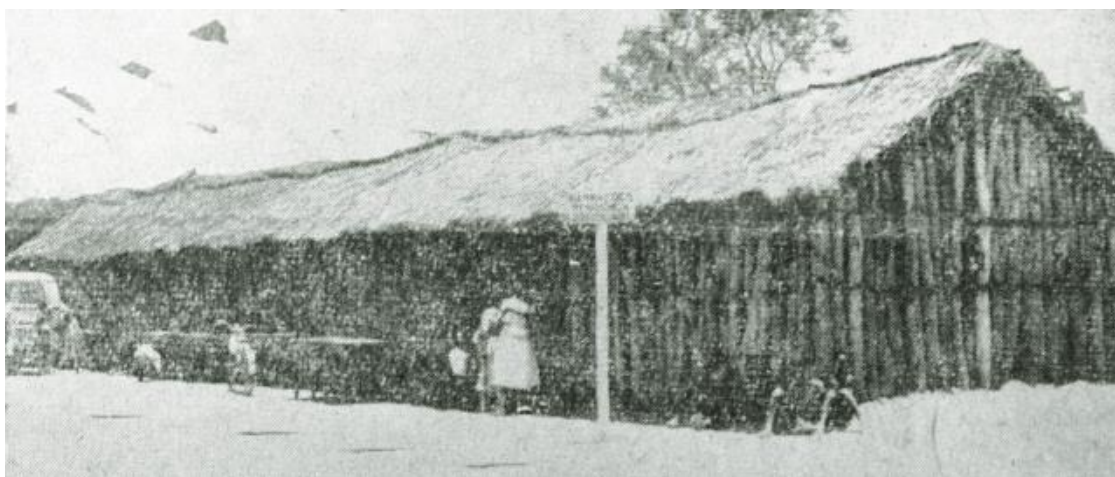


Figura 11 Barracões onde instalaram os primeiros colonos que chegaram ao Lubango, no final de 1884. Fonte: [http://sandularte.blogspot.pt/2010\\_09\\_22\\_archive.html](http://sandularte.blogspot.pt/2010_09_22_archive.html)



Figura 12 Primeiras casas familiares construídas pelos colonos madeirenses no vale do Lubango. Fonte: [http://sandularte.blogspot.pt/2010\\_09\\_22\\_archive.html](http://sandularte.blogspot.pt/2010_09_22_archive.html)



Figura 13 Moçâmedes um carro Boer a carregar Fonte: <https://www.google.pt/search?q=colonos+madeirenses+no+planalto+da+huila>

Dado a penetração civil, muitas vezes inconsequente e quase sempre desenquadrada de qualquer política colonizadora bem planeada, há a considerar o concurso de outros dois importantes pilares institucionais: a ação pacificadora do exército e da civilizadora das missões (católicas e protestantes). Foram trinta anos de lutas constantes entre o exército português e os povos das regiões do Sul e do leste de Angola - que atualmente constituem as províncias da Huíla, Cunene e Cuando-Cubango. De todos, o povo mais difícil de subjugar foi o cuanhama, devido ao seu valeroso e indomável caudilho, o soba Mandume, que sempre contou com o apoio logístico dos alemães no fornecimento de armas mais modernas, interessados que estavam em ocupar as terras reivindicadas por Portugal a sul. (PADRÃO, 1998, p. 244)

Só em 1915 se tomam medidas enérgicas para pôr termo a uma situação que deixava a soberania portuguesa mal colocada, no plano interno e externo. O Governo incumba, então, o general Pereira d'Eça que acumulará pela primeira vez as funções de Governador-Geral de Angola com as de Comandante-Chefe do exército - de organizar uma expedição com o objetivo de resolver definitivamente os problemas da fronteira sul de Angola: dominar os cuanhamas e repelir os alemães. Tendo, entretanto, beneficiado da rendição dos alemães da Damaralândia<sup>7</sup> às tropas sul-africanas do general Botha, tal empresa foi meticulosamente preparada e culminou com a tomada de Ondjiva (N'Djiva), quartel-general do soba Mandume<sup>8</sup>. O desaparecimento de Mandume significou, para os portugueses, o domínio dos povos ovambo e o encerramento dos conflitos no sul passando finalmente a vigorar as fronteiras do sul de Angola negociadas na Convenção Luso-Alemã, em 1886, e mantidas sem qualquer alteração pelo novo Estado angolano a partir de 1975 - ainda que com elevado custo de vidas humanas angolanas e, desta vez, cubanas, particularmente durante as sangrentas batalhas contra o exército sul-africano, nos mesmos sítios onde, quase um século antes, haviam caído tantos portugueses e autóctones. (PADRÃO, 1998, p. 245)

---

<sup>7</sup> Damaralândia (neologismo de origem alemã: terra dos dâmaras) foi o nome dado de finais do século XIX até ao final da Primeira Guerra Mundial ao norte da região central do Sudoeste Africano Alemão. Retiradas in <https://pt.wikipedia.org/wiki/damaral%c3%a2ndia>

<sup>8</sup> O Rei Mandume Ya Ndemufayo foi o último dos reis cuanhama, teria nascido no ano de 1884 e morreu a 6 de fevereiro de 1917. Ndemufayo cresceu durante um período de significativa agitação no reino Kwanyama, devido à presença de comerciantes europeus e missionários. Terceiro na linha de sucessão para o trono Kwanyama assumiu o trono de forma pacífica (para as normas Kwanyama). Expulsou do território Kwanyama os comerciantes portugueses, denunciando a inflação dos preços que estes praticavam. Internamente, ele emitiu decretos proibindo a apanha de fruta não amadurecida, para se proteger contra as secas, e o uso desnecessário de armas de fogo, um produto importante obtido de comerciantes europeus. Significativamente, ele também estabeleceu duras penas para o crime de estupro e permitiu que as mulheres tivessem o seu próprio rebanho, o que anteriormente era ilegal. De modo geral, o rei Ndemufayo procurou restaurar a riqueza e a anterior prosperidade Kwanyama contra um sistema decadente da liderança local. fonte: <https://mandumekwanhama.wordpress.com/historia-de-mandume-o-rei-dos-kwanhamas/>

No sul de Angola, a presença religiosa recapitula o processo da penetração europeia. Também ele se orientou do litoral para o interior, acompanhando o progressivo estabelecimento das colónias. Da parte católica, constata-se que os grandes núcleos populacionais que se iam constituindo (Moçâmedes, Capangombe, Huíla, Sá da Bandeira, Humpata, S. Pedro da Chibia, Pereira d'Eça, ...) eram servidos principalmente pelo clero secular, muitas vezes autóctone, enquanto nas zonas rurais do interior se instalava o clero regular, através das missões. Ainda hoje a missão da Huíla é a mais importante e imponente da região sul, sendo a casa-mãe de todas as outras missões que se seguiram. (CRUZ A. d., 2013, p. 26)

Apesar da sua pouca visibilidade atual, as missões desempenharam um relevante papel na primeira metade do século XX, como postos avançados no processo do povoamento europeu no sul de Angola sofrendo, por isso, frequentes contrariedades. Paralelamente, deram um grande contributo para o fomento rural junto das populações autóctones e para a educação básica, profissional e, até, secundária das mesmas através das escolas da missão e dos seminários (Huíla e Jau), que funcionaram como verdadeiros liceus rurais para os estudantes que, sobretudo pela sua origem humilde e baixo estatuto socioeconómico, não tinham acesso aos da cidade. Curiosa e paradoxalmente, muitos desses alunos (protestantes e católicos) e ex-seminaristas são hoje importantes quadros da sociedade angolana: políticos, magistrados, professores, empresários, advogados, militares, entre outros. A maioria dos que frequentaram os liceus e as escolas comerciais ou industriais saiu do país depois de 1975. As missões protestantes, durante o tempo colonial, sempre estiveram numa situação de maior aperto por dois motivos fundamentais: em primeiro lugar, porque eram de outra confissão religiosa, que não a católica; e, em segundo, porque eram, na sua maioria, constituídas por estrangeiros e oriundos de países contestatários do poder colonial. No sul de Angola merecem destaque as missões de Caluquembe, Chambagala e Bunjei pelo importante contributo (ainda hoje notável) que dão na área da Educação e da Saúde. (CRUZ A. d., 2013, p. 27)





Figura 13. Igreja da Missão da Huila Fonte:  
<http://sandularte.blogspot.pt/2012/04/odisseia-de-uma-gente-ii.html>



Figura 14 Missão Católica da Huila. Fonte:  
<http://sandularte.blogspot.pt/2010/05/apresentacao-do-livro-chicoronho.html>



Figura 15 Huila: Hospital da IESA em  
 Caluquembe. Fonte:  
<http://www.angop.ao/angola/pt>

O Lubango foi uma das primeiras cidades do interior a possuir ensino de segundo grau (liceu), não só o Liceu Nacional Diogo Cão, mas também a Escola Industrial e Comercial Artur de Paiva, o Instituto Agrícola do Tchivinguiro (Escola de Agronomia). Desde então Lubango passou a ser conhecido como a cidade das escolas, não só pelo exposto acima, mas também pela própria cultura de estudos que uma parte significativa da sua população adquiriu. Não fugindo a regra, a cidade foi uma das capitais de província onde o campus da Universidade Agostinho Neto foi transformado em universidade pública autónoma, com vocação regional. Trata-se da Universidade Mandume Ya Ndemufayo (situada no edifício da antiga escola do II Nível Mandume) cuja área de competência abrange as províncias da Huíla, do Namibe, do Cunene e do Cuando Cubango e que, para já, tem um polo em Ondjiva. Existe também no Lubango um campus da Universidade Privada de Angola onde o domínio mais destacado é o da Psicologia. (CRUZ A. d., 2013, p. 28)



Figura 16 ISCD DO LUBANGO.  
FONTE:  
<http://www.angop.ao/angola/pt>



Figura 17 Licenciados do Isced  
em dia de consagração Fonte:  
<http://www.portaldeangola.com/>



### 4.3 Clima

O estabelecimento de populações europeias no planalto da Huíla foi ditado pela sua privilegiada localização geográfica e pela bondade do seu clima. Não se estranha, por isso, que tenham sido os colonos madeirenses, habituados às altas escarpas da ilha, os primeiros a fixar-se neste recôncavo elevado a quase dois mil metros acima do nível do mar. Estando aproximadamente a 1.790 metros acima do nível do mar, Lubango é a cidade mais elevada de Angola. Possui um Clima Oceânico ou Tropical de Altitude tipo por consequência de sua própria altitude que o modifica. Durante o dia o clima é moderadamente abafado, mas à noite as temperaturas são consideravelmente mais baixas. Com temperatura média anual de 18°C é provavelmente a cidade com o clima mais ameno e temperado de Angola. Anualmente é comum a ocorrência de extremos de 1°C até 34°C. junho e julho são os meses mais frios, com eventuais geadas. As chuvas mais intensas ocorrem geralmente entre dezembro e março, os meses mais quentes são setembro, outubro e novembro. Em zonas de altas altitudes como a serra da Leba e serra da Chela as temperaturas podem baixar bruscamente de 10 a -5 graus durante a noite.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lubango#Clima>

#### 4.4 População

A província da Huíla, é a segunda mais populosa de Angola, apresenta uma grande diversidade linguística e cultural, devido à sua localização raiana entre povos bantos e não bantos. A norte, o grupo etnolinguístico Ovimbundo a este, o Tchokwe e o Vangagela a sul, o Ovakwanhama a oeste. A população original da província da Huila compunha-se de khoisan, dos quais ainda existem pequenos grupos remanescentes. As etnias agro-pastoras fazem parte do grupo relativamente heterogéneo dos Nhaneca-Humbe, com destaque para os mwila, que são os mais numerosos e de cujo nome o planalto e a província da Huíla derivam as suas designações. Os resultados do Censo 2014 indicam que em 16 de maio residiam na província da Huíla 2.354.398 pessoas, sendo 1.117.342 do sexo masculino e 1.237.056 do sexo feminino.<sup>10</sup>

O município do Lubango é o mais populoso, concentrando 31% do total da população da província (731,575 habitantes). O Lubango além de ser o município com o maior número de habitantes, é igualmente o município com maior densidade populacional (233 habitantes por quilómetro quadrado). Em termos gráficos, a população do Lubango apresenta uma estrutura bastante jovem. Composta por um lado, de indivíduos naturais ou vindos de outras cidades que habitam e trabalham no espaço urbano, e por outro, da população rural instalada que migraram do campo para a cidade e que se fixaram, em termos físicos (através de construções precárias) e económicas (por via de biscates, do mercado informal e de pequenos negócios) no espaço urbano. Este segmento populacional é o principal responsável pelo grande aumento das construções anárquicas e de má qualidade que constituem cerca de 84,8% da malha edificada urbana, contra 15,2% das construções em alvenaria, dotadas de infraestruturas, ainda que degradadas

---

<sup>10</sup> Todas as informações disponíveis sobre os dados populacionais do Lubango foram consultadas no Portal do INE ([www.ine.gov.ao](http://www.ine.gov.ao)), e são os Resultados Preliminares do Censo 2014

Provincia/Município Área de Residência	Total		Homens		Mulheres		Índice de Masculinidade
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
<b>Huíla</b>	<b>2 354 398</b>	<b>100,0</b>	<b>1 117 342</b>	<b>100,0</b>	<b>1 237 056</b>	<b>100,0</b>	<b>90,3</b>
<b>Área de residência</b>							
Urbana	781 380	33,2	371 853	33,3	409 527	33,1	90,8
Rural	1 573 018	66,8	745 489	66,7	827 529	66,9	90,1
<b>Município</b>							
Lubango	731 575	31,1	349 818	31,3	381 757	30,9	91,6
Cacula	128 411	5,5	61 074	5,5	67 337	5,4	90,7
Chibia	181 431	7,7	84 654	7,6	96 777	7,8	87,5
Caconda	159 908	6,8	76 550	6,9	83 358	6,7	91,8
Caluquembe	169 420	7,2	81 508	7,3	87 912	7,1	92,7
Quilengues	68 682	2,9	32 660	2,9	36 022	2,9	90,7
Cuvango	75 805	3,2	36 578	3,3	39 227	3,2	93,2
Quipungo	146 914	6,2	67 431	6,0	79 483	6,4	84,8
Matala	243 938	10,4	115 105	10,3	128 833	10,4	89,3
Chicomba	127 273	5,4	60 783	5,4	66 490	5,4	91,4
Jamba	100 910	4,3	47 667	4,3	53 243	4,3	89,5
Chipindo	61 385	2,6	29 267	2,6	32 118	2,6	91,1
Gambos (ex-Chiange)	75 988	3,2	34 831	3,1	41 157	3,3	84,6
Humpata	82 758	3,5	39 416	3,5	43 342	3,5	90,9

Figura 18 quadro da População residente por município e área de residência, segundo o sexo e índice de masculinidade, 2014. Fonte: INE, RGP 2014, Resultados Preliminares.

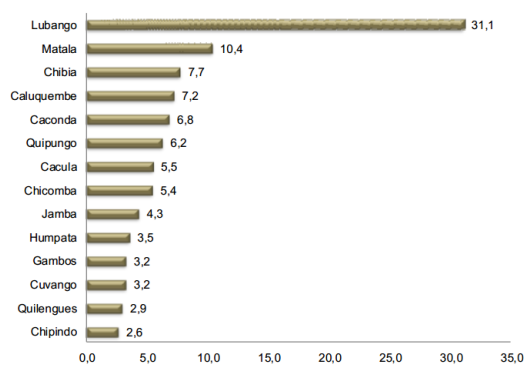


Figura 19 gráfico da distribuição percentual da população residente por município, 2014 Fonte: INE, RGP 2014, Resultados Preliminares.

Nos últimos trinta anos a população da cidade do Lubango duplicou e rejuvenesceu ao mesmo tempo que as infraestruturas da cidade formal foram se degradando e encontrando-se completamente cercadas por uma teia de construções anárquicas relativamente recentes.

Em 2002 surgiu novo Plano Diretor da Cidade do Lubango (PDL): 2003-2020 que substitui e atualiza os dois projetos que o antecederam, o primeiro de 1957 e o segundo de 1988. O PDL traduz as profundas mudanças operadas na cidade, a partir da década de 70, decorrentes da recomposição da população urbana, da reconfiguração da malha urbana e da reorganização das estruturas político-administrativas.

O PDL destaca quatro aspetos fundamentais na caracterização da atual situação socioeconómica da cidade. São eles:

- Grande acréscimo da população residente e da densidade populacional, verificado sobretudo nas últimas duas décadas;
- Transformação da estrutura etária da população residente;
- Degradação do tecido económico local e diversificação das fontes de rendimento (economia paralela);
- Infraestruturas sociais degradadas e desajustadas à população atual. Segundo os autores deste estudo, há a considerar três fases na evolução urbana do Lubango.

A primeira fase situa-se entre os anos 30 e 70 do séc. XX. Durante este período, a taxa de variação anual da população não excedeu 40%. De 1970 a 1987 e de 1987 até 2002 (data do estudo) temos a segunda e terceira fase que se caracterizam pelo grande aumento populacional, com taxas de variação progressivamente mais elevadas 231% e 316,9%, respetivamente. Esta tendência de crescimento deverá manter-se, atendendo ao aumento da população urbana, Decréscimo da natalidade e mortalidade infantil ao aumento da taxa de sobrevivência entre a população jovem não ativa e a população em idade ativa e a e estabilização ou decréscimo da taxa de fecundidade. (CRUZ A. d., 2013, pp. 32-33-34)

#### **4.5 Análise Urbanística até 1975.**

Como atrás referido, de 1884 a 1890 chegaram ao Lubango aproximadamente 1300 pessoas oriundos da Madeira. Tinham uma atividade exclusivamente agrícola e aí se instalaram e floresceram. Em pouco tempo a localidade foi elevada a vila, capital de distrito (1901) e pouco depois a cidade (1923), com o nome de Sá da Bandeira em homenagem ao grande promotor da colonização do sul de Angola. A partir da década de 1950, graças ao desenvolvimento das povoações rurais, pelas ligações ferroviárias, pela abertura de novas vias rodoviárias Sá da Bandeira não parou de crescer. Verificou-se, como noutras cidades angolanas, uma proliferação dos serviços e comércio, o desenvolvimento da indústria e, naturalmente, um forte crescimento demográfico e urbano. Data deste período a maioria das infraestruturas que ainda hoje a cidade aproveita: escolas desde primárias às universidades, hospitais, arruamentos, prédios e moradias, instalações desportivas e de lazer, etc. (FERNANDES J. M., 2013, p. 160)

Em 1947, foi elaborado para Se da Bandeira, um plano de urbanização da autoria do Arq. João António de Aguiar, no então Gabinete de Urbanização Colonial. Analisando este projeto o seu desenho geral identifica-se o carácter da estrutura da cidade de pequenas dimensões cujo perímetro está perfeitamente definido como está também a sua relação com o caminho-de-ferro, bem como as ligações as outras cidades, Humpata/Tchivinguiro, Benguela, Moçâmedes/ Namibe, Nova Lisboa/ Huambo. Assinalam-se ainda as zonas de expansão com o parque urbano e os equipamentos desportivos a funcionar com remate para sudoeste após o limite da linha de caminho-de-ferro. (FONTE, 2007, p. 270)



Figura 20 Plano Regulador, Zonificação, Câmara Municipal de Sá-Da-Bandeira, s/d. Fonte: (FONTE, 2007)

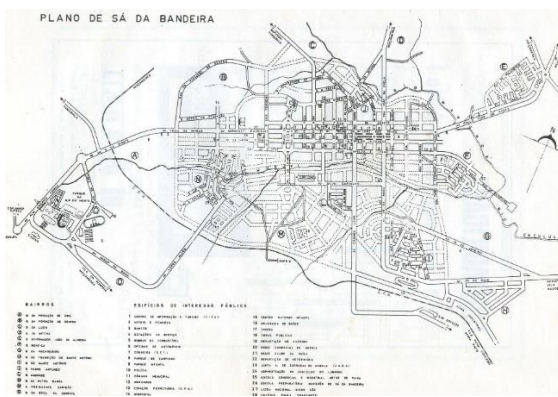


Figura 21 Plano de Sá - Da Bandeira. Fonte: [http://sandularte.blogspot.pt/2010\\_09\\_22\\_archive.html](http://sandularte.blogspot.pt/2010_09_22_archive.html)

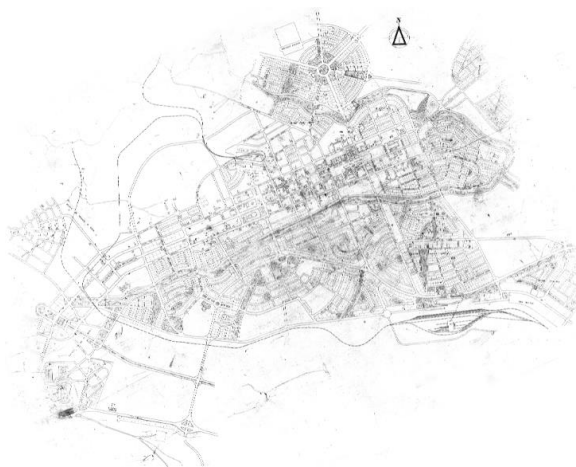


Figura 22 Plano de Sá Da Bandeira, Fonte: Administração Municipal do Lubango

A cidade está dividida a meio por um pequeno curso de água na direção nascente poente. No entanto o núcleo pré-existente situa-se a norte deste curso de água, organizando-se segundo uma quadrícula que agarra as construções antigas, também estruturadas uma logica de quadrícula, marcando a longitudinalidade do seu desenho. Praticamente no topo a poente surge como remate desta estrutura em quadrícula e transversalmente uma praça, ajardinada e ladeada nomeadamente de habitação, comércio e assumidamente de interesse publico (correios, palácio do governo, banco de Angola, maternidade). Importa referir a forma laboriosa como se cose o velho e o novo. Os planos são elementos de referenciação na relação da cidade entre si, refletindo-se no seu desenho. No caso concreto, Sá da Bandeira mostra se como uma grande cidade de grande centralidade radial que lança tentáculos que lhe permite estabelecer ligações com outros centros urbanos. Já nos anos 70 há registo de outro plano, o plano regulador feito na camara municipal da cidade, que em termos de indicadores se vai apoiar no plano anteriormente referido. Reforça a estrutura nele proposta no que diz respeito na expansão da cidade dando mais destaque ao respetivo zonamento. Ainda há referência a um terceiro plano, parte do plano de urbanização, onde já é apresentada a proposta de projeto urbano, reforçando o crescimento da cidade para além do curso de água, tratando e limitando o seu enquadramento. Esta proposta pelo seu desenvolvimento, quase se assemelha a um desenho prévio de um plano de pormenor, estabelece critérios para as vias de ligação estruturantes, criando uma rede viária hierarquizada, que resulta numa estrutura de quarteiro definida por um serpentear pelo terreno mais ao menos regular, mas com um limite de expansão definido. (FONTE, 2007, pp. 272-274)

De fato algumas cidades desde a sua criação parecem ter crescido ao acaso sem qualquer plano diretor, aparecendo mais tarde apenas por força da necessidade de disciplinar o seu crescimento e estrutura urbana. São os casos de Luanda e Benguela por sinal as mais antigas. Outras como Sá da Bandeira atual Lubango e Nova Lisboa atual Huambo parecem dever a sua génese a planos diretores prévios, destacando-se a sua planta quadrangular e a definição de áreas funcionais. (TRINDADE, 2000, p. 333)



Figura 23 Rua principal do Lubango, nos fins do século XIX; corresponde a atual Rua Pinheiro Chagas “A Colonização das Terras Altas da Huila” de Carlos Alberto Medeiros. Fonte- [Http://sandularte.blogspot.pt](http://sandularte.blogspot.pt)

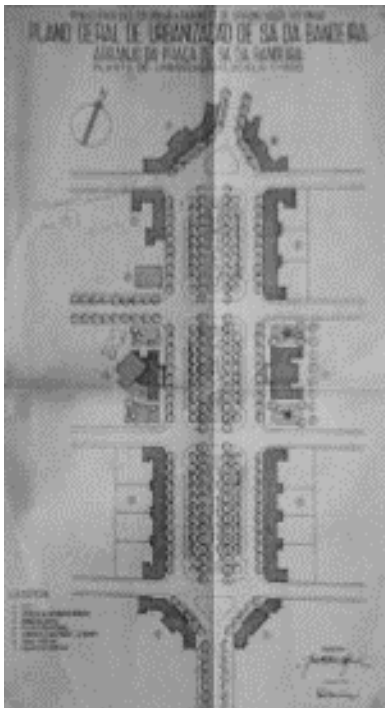


Figura 24 Plano Geral de Urbanização de Sá-Da-Bandeia, Arranjo Da Praça. Gabinete de Urbanização Colonial. Arq. João António Aguiar.1947/49. Fonte: (FONTE, 2007)



Figura 25 Largo do Governo provincial) <http://www.angolabelazebelo.com>



#### **4.5.1 Projetos de maior relevância**

A capital da Huila, Sá da bandeira/ Lubango, foi o local onde o arquiteto Fernando Batalha colaborou no projeto do Grande Hotel da Huíla, originalmente do arquiteto austríaco Franz schacher, mencionado também o edifício do Hotel Império. A cidade do Lubango, cujo subsolo possui uma pedra arrochada a fazer lembrar a pedra do funchal na Madeira/Portugal, permitiu que essa matéria-prima fosse empregue em inúmeros edifícios, o Casino da Nossa Senhora do Monte, desenho modernista possui as características varandas cilíndricas, refira-se também a pousada de turismo da Huíla. Já a Sé do Lubango (Igreja Católica) pelo contrário, foi décadas antes edificada num gótico modernizado, com duas torres de coberturas piramidais com projeto de Fernando Batalha de 1939. A Escola Agropecuária Doutor Francisco vieira Machado em Tchivinguiro, na Huíla, atribuída ao Arq. Vasco Regaleira, em arquitetura regionalista de frontão triplo e beiral com projeto de 1942 e ainda a igreja da Missão católica de Caconda, um vasto mole imponente gosto neorromântico. Mencione-se o Liceu Diogo Cão (Atual universidade Mandume), foi iniciado nos anos vinte (1922), de autor desconhecido e concluído em 1939, foi ampliado com projeto por João Aguiar e Eurico Pinto Lopes em 1949, com fachada de frontão e pináculos em desenho neo-setecentista, foi elaborado pela missão de estudos e construção de edifícios da quarta circunscrição de obras públicas. Localiza-se numa zona da cidade a que estão destinadas outras construções escolares bem como um grande núcleo desportivo ligado a um ensino com expressões arquitetónicas diversas (FERNANDES, J. M. , 2015, pp 119-120)

A Igreja de nossa senhora de assunção, construída em 1953 da autoria do Arq. Alberto Braga de Sousa, conta com um desenho muito simples, mas não isento de ambiguidades, justificadas pelo autor. (FONTE, 2007, p. 487)

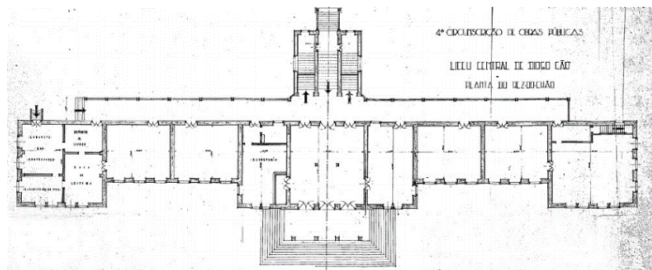


Figura 28 Liceu Nacional Diogo Cão em Sá-Da-Bandeira (Vista, Planta), João António de Aguiar e Eurico Pinto Lopes, de 1949. Fonte: (FONTE, 2007)

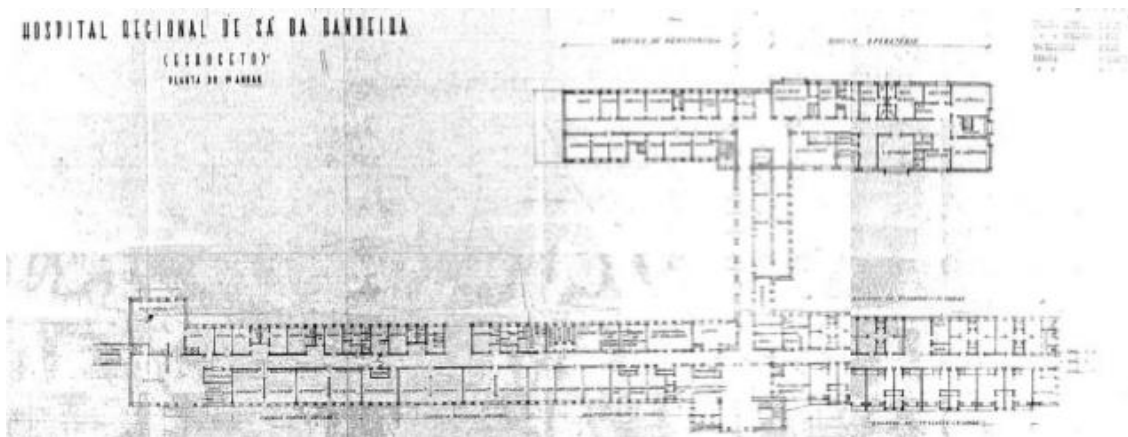


Figura 27 Hospital Regional Sá da Bandeira (Planta) Arq. Lucínio Cruz e Arq. João António Aguiar., 1950. Fonte: (FONTE, 2007)

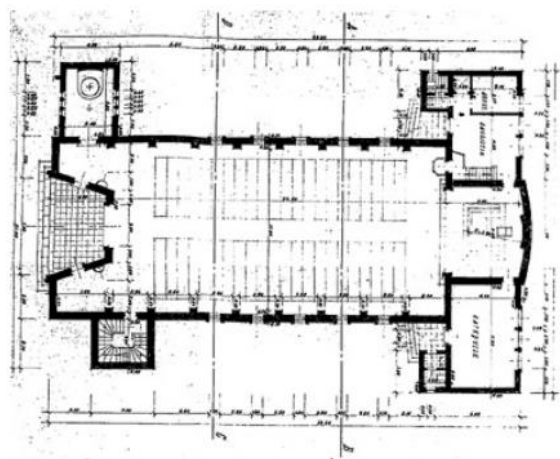
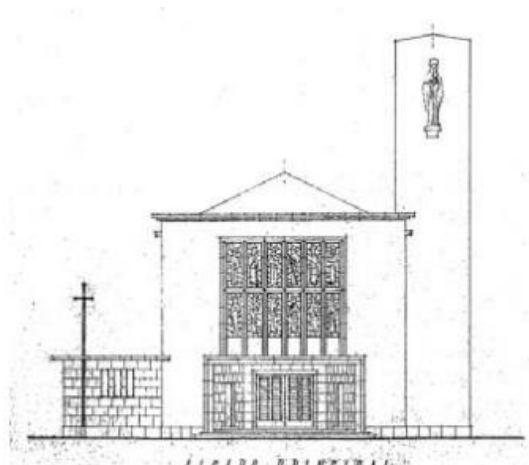


Figura 26 Igreja de Nossa Senhora da Assunção 1953 do Arq. Alberto Braga de Sousa fonte: (FONTE, 2007)

Novamente inovadora na sua elegante curva geradora, a original esplanada capela de Nossa Senhora do Monte, no parque homónimo conhecida como a harpa do Lubango, uma obra de 1962 pelo arquiteto Frederico Ludovice (Lisboa 1919-2007), A escola comercial Artur de Paiva/ Escola 27 de Março, igualmente num gosto pesado de revivalismo “solarengo”, com arcadas e pináculos (anterior a 1958). O imóvel da filial de Sporting é prédio de gaveto, próprio da estética dos anos 1950-60, tal como o cineteatro Arco-íris. (FERNANDES, J. M. , 2015, p 120)

Na linhagem do estilo modernista temos o Hospital Regional Sá da Bandeira, elaborado com base num programa enviado pela direção dos serviços de saúde e higiene de angola ao gabinete de urbanização do Ultramar em 1950, pelos arquitetos Lúcio Cruz e João Aguiar, o projeto, teve como objetivo servir europeus e africanos. Este edifício seria construído em altura pois no decorrer dos vários estudos, concluiu-se que seria a opção mais logica pelas razões que se apontam:

- Maior economia de construção
- Redução dos percursos interiores a fazer pelo pessoal de serviço, nomeadamente dos médicos.
- Separação completa do interior dos africanos
- Acessos independentes das visitas destinadas a europeus e africanos
- O bloco hospitalar compor-se-ia de rés-de-chão e mais quatro pisos. (FONTE, 2007, p. 439)

Outros edifícios não urbanos, espalhados pelo vasto território planáltico merecem uma referência. São quase sempre obras ligadas a iniciativa de colonização agrária, no campo da educação, da assistência e da religião, como por exemplo a estação geotécnica da Humpata, no planalto da Huíla. (FERNANDES J. M, 2015, p 120)



Figura 29 Escola comercial Artur de Paiva/ Escola 27 de Março Lubango. (anterior a 1958) Fonte <http://www.angolabelazebelo.com/category/fotos-do-lubango/page/4/>



Figura 30 Sé. Catedral do Lubango no centro da cidade. Fernando Batalha de 1939 Fonte: <http://www.redeangola.info/roteiros/lubango>



Figura 31 *Cine Teatro Arco Iris*. Aarão Pinto, 1974 Fonte: [www.angolabelazebelo.com](http://www.angolabelazebelo.com)



Figura 32 filial de Sporting arquiteto desconhecido 1950-60 Fonte: <http://mapio.net/s/57170173/>

#### **4.6 Evolução Urbanística pós 1975**

A independência de Angola, em 1975, marca um novo ciclo de mudança visto que depois da independência se seguiu um longo período de guerra que obrigaram a grandes deslocações da população. A província da Huíla em geral, e a cidade do Lubango, em particular, poucos ataques sofreram, pelo que se tornaram centros de acolhimento para as populações em fuga. O número de habitantes cresceu exponencialmente mas este aumento populacional não foi acompanhado com devidas alterações urbanísticas, tendo sido efetuado sem qualquer controlo, conduziu não só à ocupação (muitas vezes por moradores rurais carentes das mais rudimentares noções de urbanidade) das casas abandonadas pelos colonos, como à proliferação desenfreada de bairros na periferia que, sem qualquer ordenação urbanística, nem qualidade arquitetónica tornando-se hoje um dos grandes quebra-cabeças dos responsáveis pelo ordenamento da cidade. Estas populações foram também ocupando zonas já destinadas à urbanização que ainda não eram servidas por infraestruturas devidamente concluídas bem como as zonas previstas para cintura verde. Os tipos mais comuns das habitações eram cubatas, e o material de construção usado eram pau-a-pique, blocos de cimento, adobe, madeira e cobertura em chapa de zinco ou fibrocimento. Estes tipos de casas encontram-se igualmente nas sanzalas do interior de Angola.

Em contrapartida o centro urbano existente é composto por edifícios construídos no período colonial que terminou há mais de 40 anos. Apresentam um padrão de construção de acordo com o modelo convencional urbano moderno da cidade ocidental. Muitos dos edifícios encontram-se em estado deteriorado devido à fraca manutenção. O acelerado crescimento urbano e a grande procura originaram uma oferta e distribuição inadequadas. Verificam-se constantes e consideráveis alterações a estruturas originais dos edifícios antigos no sentido de maximizar o uso dos espaços: elevação dos muros, construção de anexos, ocupação dos espaços vazios entre edifícios e entre casas, ampliação vertical das moradias, etc., (BETTENCOURT, 2011, p. 60)



Figura 33 vista parcial da cidade existente. Fonte: <http://www.angolabelazebelo.com/category/lubango/>



Figura 34 Vista lateral dum equipamento degradado (Largo do Governo provincial). Fonte: Autor



Figura 35 Bairro ilegal da cidade (Materiais precários usados na construção) Fonte: Autor

Percorridos 40 anos o parque habitacional da cidade formal herdado encontra-se da seguinte forma:

- Sobrelotação dos edifícios
- Inversão de funções e usos dos imóveis
- Degradação do parque imobiliário
- Rotura das redes técnicas e elevadores destruídos
- Ocupação informal em área urbanizada
- Abastecimento de água e energia insuficiente
- Rede de saneamento básico (esgotos) tornou-se obsoleto
- Depósito e recolha de resíduos sólidos ineficientes
- Rede viária insuficiente
- Transportes públicos deficitários
- Parques de estacionamento inexistentes.

O tecido urbano atual, densificado e complexo desenha passagens muito estreitas e parcelas irregulares que dificultam o acesso de viaturas e aos serviços urbanos, disponíveis nos bairros vizinhos. Estes locais resultam do crescimento dos assentamentos da população nativa, desde o tempo colonial, e foram crescendo ao mesmo tempo que a cidade formal. Na altura da independência já tinham dimensões consideráveis e continuam a densificar-se e a expandir-se para as áreas livres disponíveis. O preenchimento dos espaços livres foi de tal forma que atingiram a fronteira da cidade formal, chegando mesmo a misturar-se. Este fenómeno acontece muitas vezes porque os cidadãos procuraram segurança junto das grandes cidades e com escassos recursos, apropriam-se e constroem suas habitações à margem das regras urbanas. Importa realçar que na maioria dos casos, os mesmos estão situados em zonas de risco, nomeadamente encostas, no perímetro dos caminhos-de-ferro, das linhas de passagem de água, nas lixeiras etc. A localização destas áreas de transição bem como o valor do solo, constituem uma oportunidade para atrair investimentos privados com vista à sua qualificação, ainda que lenta. (BETTENCOURT, 2011, pp. 61-62)<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Sobre esta temática e algumas informações que dela constam foram informadas em (BETTENCOURT, 2011)



Figura 36 Fusão dos espaços Formal/  
informal (Largo do Governo provincial).  
Fonte: Autor



#### **4.6.1 Subúrbios Urbanizados e Condomínios Fechados**

Os Novos Subúrbios urbanizados, desenvolvidos segundo projetos imobiliários de parcerias público-privadas, apesar de bem-intencionados, ficam muitas vezes inacabados, muito aquém das necessidades. Os terrenos são loteados e legalizados pela administração Municipal, mas as infraestruturas essenciais para um local urbanizado tais como: Vias de circulação automóvel e pedonal; redes de saneamento básico; a rede de distribuição e de abastecimentos de água e eletricidade não obedecem a um plano geral que satisfaça a todos, mais sim entregues ao critério dos proprietários de talhões, implicando intervenções individualizadas. (FARIA, 2009, p. 44)

Por outro lado, temos os Condomínios fechados que são micro espaços residenciais seletos situados tanto nas zonas centrais como nos bairros exclusivos dos subúrbios, funcionando em circuito fechado individualizado de serviços, estilos de vidas protegidas por sistemas de segurança tanto público como privados. Trata-se de um mundo cosmopolita onde predominam extratos sociais de nível cultura e de educação superiores conectados, à comunicação global e a múltiplas redes de intercâmbio abertas a mensagens e experiências que desconhecem fronteira. Em Angola esta moda começou há menos de 15 anos, principalmente depois do fim do conflito civil em 2002, projetadas de acordo com um modelo urbano convencional e com um nível aceitável de infraestruturas e que geralmente ocupam as zonas nobres da cidade, com tipologias unifamiliares com qualidade de construção boa e em muitos casos acima da média. (FARIA, 2009, p. 44)



#### **4.6.2 Áreas de Autoconstrução Dirigida**

A autoconstrução dirigida é destinada a pessoas com menos recursos e que possam erguer casas condignas com o suporte técnico das autoridades. No Lubango, foram distribuídos lotes nas imediações das centralidades do Eywa; Quilemba e na nova zona habitacional da Figueira. Os lotes de terreno para a autoconstrução dirigida são feitos de modo a que as áreas contempladas sigam as regras e as normas do ordenamento do território. Estas áreas são constituídas por moradias unifamiliares construídas há menos de 10 anos. Apresentam um padrão de arruamentos alinhados, planeados. Os terrenos em que estão assentes têm hoje valores elevados no mercado informal do solo, o que leva a que algumas famílias mais pobres acabem por vender as suas propriedades e se instalem na periferia urbana onde a terra é mais barata.

#### 4.6.3 Novas centralidades

Dentro do programa de habitação para todos, o governo Angolano deu início a um programa de construções de novas centralidades com o objetivo de reduzir o défice habitacional em todo o território nacional e garantir uma habitação digna aos Angolanos. O programa visa a construção de 14 centralidades em todo o país, até ao ano de 2017, prevendo a construção de 213.000 novas unidades habitacionais<sup>12</sup> dentre as quais a centralidade do Quilemba e Eywa no Lubango.

##### Urbanização da Quilemba

Localizada a Nordeste da Cidade do Lubango, foi construída a 20 km da Cidade tendo sido concebida para albergar 48 000 habitantes.

Inicialmente concebida para acolher 66 000 habitantes em 11 000 fogos, o projeto foi revisto e conta agora com 8 000 fogos, dos quais 7.512 unidades já estão concluídas e 488 unidades em fase de conclusão. O projeto contempla rede viária, elétrica e de iluminação pública, água, esgotos e drenagem de águas pluviais. Em termos de equipamentos sociais, foram também construídos jardins-de-infância, escolas primárias e secundárias e áreas de lazer.

Em termos de diversidade de edifícios habitacionais, o projeto inclui moradias isoladas e geminadas, edifícios de apartamentos de 2 e 3 pisos, propiciando assim a integração de variados extratos sociais e estimulando a coesão social, conforme o espírito da Lei de Bases do Fomento Habitacional.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> <http://jornaldeeconomia.sapo.ao/infraestrutura/construcoes-de-novas-centralidades-ate-2017>

<sup>13</sup> <http://www.imogestin.co.ao/projecto/centralidade-de-quilemba/>



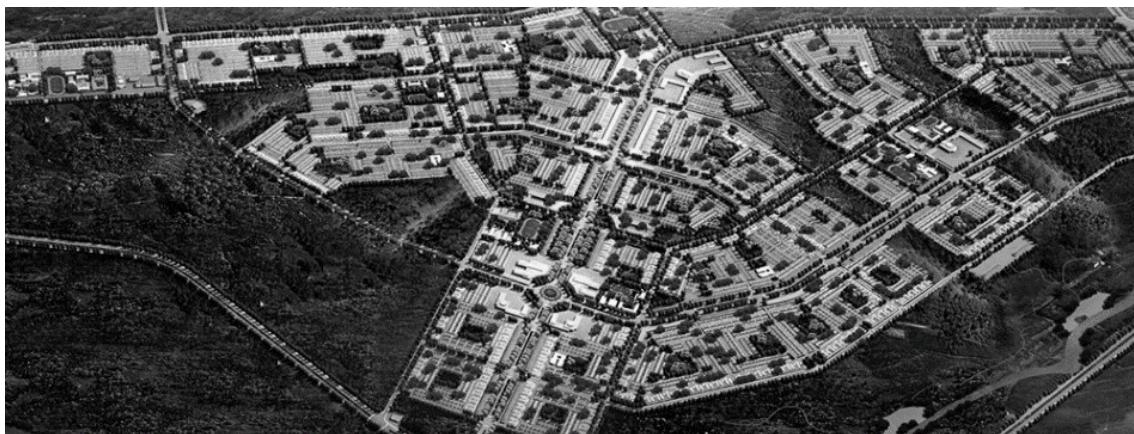


Figura 39 Centraliza do quilamba. 2012-2015(implantação) Fonte:  
<http://www.soapro.co.ao/pt/client/skins/portfolio.php?id=126>

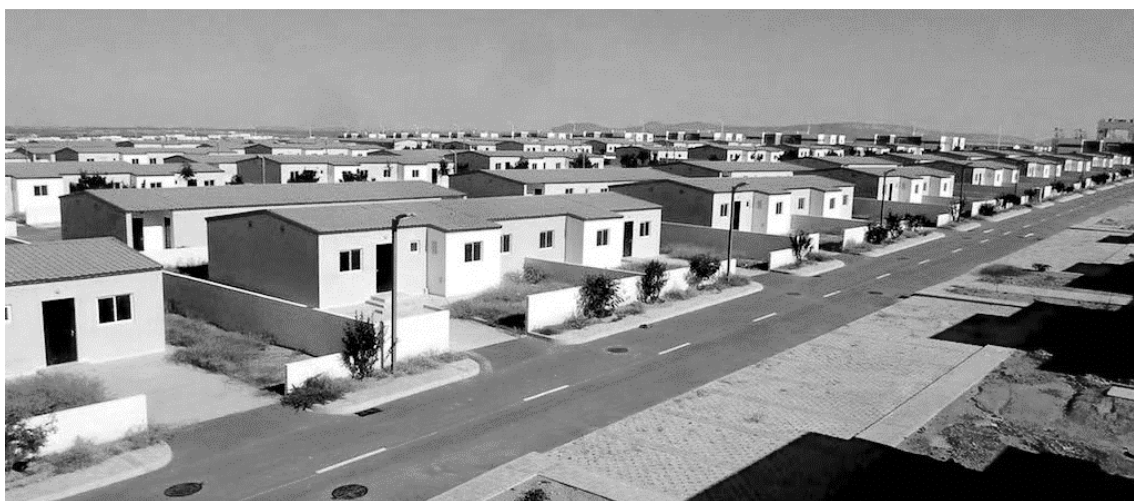


Figura 40 Centralidade do Quilemba. 2012-2015 (Moradias Plurifamiliares) Fonte: Autor

#### 4.6.4 Demolições

Estas são ações que têm vindo a ocorrer desde que a situação política e militar ficou estabilizada. Na sequência da execução dos programas do poder político, no que diz respeito ao reordenamento do território, implicando, na maior parte dos casos, demolições e desalojamentos de várias famílias.

Em março de 2010, o processo chegou à cidade do Lubango, província da Huíla, onde foram demolidas cerca de 3.000 residências. Importa realçar que muitas famílias assistiram à demolição das suas residências sem serem consultadas ou avisadas e sem proteção legal, nem habitação alternativa adequada.

Os bairros de Tchavola e Tchitunho, que surgiram em consequência das demolições de habitações consideradas ilegais, ou próximas de zonas de risco, para construções de novas estradas, e também de projeto de requalificação da cidade, foram desalojadas forçadamente sem aviso prévio. Aproximadamente três mil famílias foram evacuadas e temporariamente acomodadas em escolas e estádios antes de serem forçadamente transferidas para Tchavola, uma área a 9 quilômetros de distância do centro da cidade de Lubango, onde se espera que eles reconstruam suas vidas. A transferência para o bairro descampado de Tchavola ocorreu no mês de março, época do pico das chuvas, levando a que muitas destas pessoas perdessem os seus pertences, para além das dormidas ao relento.<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Sobre esta tema e algumas informações que nelas constam foram informadas numa reportagem exibida na SIC a 17 novembro 2016 intitulada - ANGOLA, UM PAÍS RICO COM 20 MILHÕES DE POBRES -e também [in://www.pambazuka.org/pt/governance/reconstru%C3%A7%C3%A3o-pela-demoli%C3%A7%C3%A3o](http://www.pambazuka.org/pt/governance/reconstru%C3%A7%C3%A3o-pela-demoli%C3%A7%C3%A3o)

Acreditamos que esta atitude se justifica quando conjugada com a criação de condições mínimas aceitáveis para o realojamento dos cidadãos afetados. Os reassentamentos devem ocorrer somente na estação seca do ano, com diálogo e envolvimento dos mesmos nas soluções de alojamento.

Para isso é necessário o seguinte:

- Criar condições dignas e urgentes de reassentamento, incluindo o acesso aos títulos de propriedade, condições de habitabilidade, acesso a serviços e fontes de rendimentos e sobrevivência.
- Disponibilização de técnicos de construção civil da Administração para trabalhos de ordenamento das ruas, das construções e dos espaços públicos;
- Salvar os direitos básicos de saúde, educação, água e energia elétrica;
- Implementar as medidas compensatórias justas, para apoio às vítimas das demolições.

O direito à habitação condigna deve incluir, entre outros, a segurança jurídica de ocupação, a disponibilidade de serviços, materiais, equipamentos e infraestruturas, acessibilidade económica, facilidade de acesso e localização.

Portanto é importante que todos os processos de desalojamentos sejam levados a cabo num quadro de respeito pela dignidade humana, tal como recomendam a carta das Nações Unidas.

## 5. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS MERCADOS

### 5.1 Mercados

Como sabemos os mercados existem desde os primórdios da civilização humana, sob várias formas e tipologias, desde os mais espontâneos, até aos edifícios construídos unicamente para esse propósito. Sempre houve uma necessidade de as populações começarem a trocar e vender os seus produtos em espaços com um carácter temporário muitas vezes nas ruas, praças e outros locais das cidades. Com o andar do tempo, passou a ser necessário a construção de lugares próprios para a venda de produtos.

A Grécia encontra-se numa posição estratégica do mapa, tendo a Ágora<sup>15</sup> como o coração de uma cidade, com formas variáveis e irregulares e isto permitiu-lhe assumir uma posição histórica e determinante, que a tornou na antiguidade, uma potência comercial e económica global (FAZIO, Michelb, 2011, p. 78).

No caso da cidade de Roma, durante o período imperial, o fórum central passou a ser chamado Fórum Romano<sup>16</sup>, para se distinguir não só dos mercados, mas também dos Fóruns Imperiais, que inicialmente, a maioria do comércio encontrava-se no Fórum político, mas foi progressivamente sendo empurrado para outros locais. Houve então a necessidade de construir os macellum, que eram fóruns especializados para a venda de produtos e eram fechados num edifício independente. Assim, desde cedo, foram existindo este tipo de fóruns em Roma que serviam para vender peixe (piscarium), vegetais (holitorium), porcos (suarium) e gado. Os Mercados de Trajano<sup>17</sup> desempenharam um papel importante e tiveram sucesso no que toca à evolução dos princípios usados num programa social e urbano tão grande como este. Representaram um progresso do estilo arquitetónico aliado a uma nova organização programática, bem diferente dos mercados do início do Império. Tanto os macellum como os Mercados de Trajano apresentavam já um programa diversificado com alguns usos que iam além do mercado, à semelhança do que esta a acontecer hoje em dia nas remodelações dos antigos mercados (FAZIO, Michelb, 2011, p. 79).

---

<sup>15</sup> A palavra ágora significa em grego “local de ajuntamento” ou “assembleia” e surge como uma evolução dos mercados informais que se formavam junto da Acrópole. um espaço aberto rodeado de edifícios com funções económicas, comerciais e de reunião. Fonte <http://www.dicionarioinformal.com.br/%C3%A1gora/>

<sup>16</sup> Esta praça era o núcleo comercial, económico, político e religioso do Império. Em volta de um vazio retangular existiam um conjunto de estruturas que albergavam as funções administrativas, judiciais e religiosas da cidade, um conjunto de lojas (tabernae) e estábulos.

<sup>17</sup> Espaço construído durante o reinado de Trajano, Roma (reinado entre 98-117). fonte: <http://moleskinearquitectonico.blogspot.pt/2010/02/el-mercado-de-trajano-roma.html>



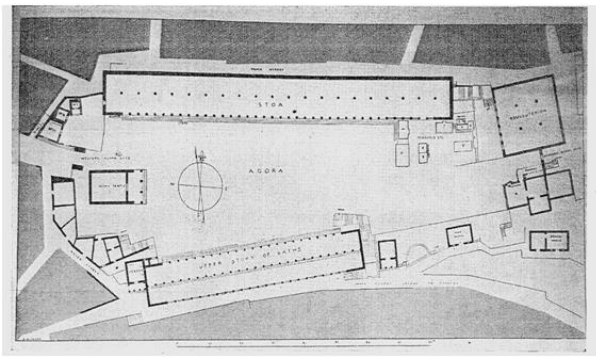


Figura 41 Assos, planta da Ágora de Roland Martin - *l'Agora Greque*. Fonte: <http://www.estudoprevio.net/artigos/40/dossier-o-espaco-publico-flavio-barbini-a-agora-e-o-Forum>

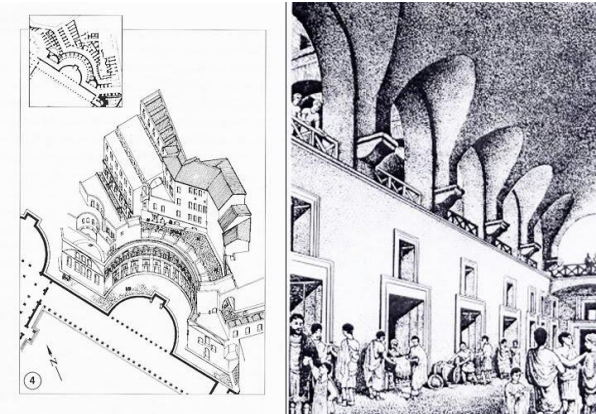


Figura 42 Roma, Fórum Romano, de Boethius e Ward-Perkins, 1970. Fonte: <http://www.estudoprevio.net/artigos/40/dossier-o-espaco-publico-flavio-barbini-a-agora-e-o-forum>

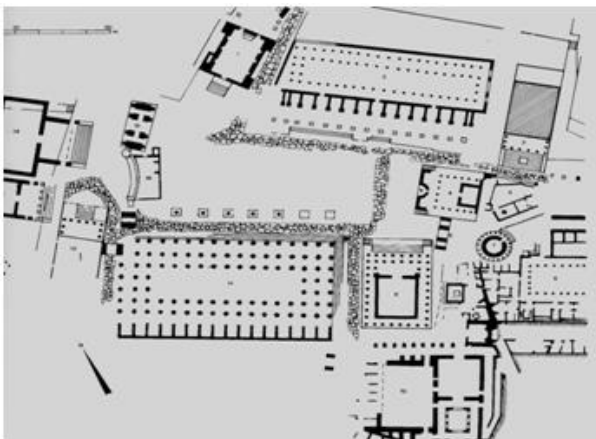


Figura 43 imagens ilustrativas do Mercados de Trajano em Roma (em cima a esquerda-Planta, a esquerda vista geral, a direita vista interior. Fonte: <http://moleskinearquitetonico.blogspot.pt/2010/02/el-mercado-de-trajano-roma.html>

Com a Revolução Industrial as cidades continuaram a crescer, surgiram novos edifícios para responder às necessidades crescentes da população. Os equipamentos em especial os mercados, eram necessários para organizar a distribuição de produtos em larga escala. Com o aparecimento de novos materiais de construção, procurava-se não só uma elegância estrutural como uma execução mais rápida, eficiente e económica. (PORTUGAL, 2014, p. 40)

Consideramos que, atualmente, para o sucesso de bom funcionamento destes equipamentos deve-se ter em conta o perfil de funcionamento, a forma como poderá articular-se para servirem mais pessoas durante a maior parte do tempo. Assim, cada vez mais, um equipamento desta natureza transforma-se também num espaço social. Mas, para que se consiga ter algum grau de sucesso nestas intervenções é necessário ter em conta todos os fatores. Não se conseguirá um espaço de encontro se a sua morfologia for essencialmente encerrada, mesmo que programaticamente contenha diferentes atividades ditas de encontro. Os vários aspetos devem ser coordenados, entre si, e também com a definição de políticas de ocupação de tempo, organização e promoção de eventos, assim como a divulgação das oportunidades oferecidas através dos novos meios de tecnologia, enquanto a maior parte destes fatores são decididas ao nível do planeamento territorial de grande escala, a questão morfológica cabe muitas vezes ao arquiteto que desenha o equipamento.

## 5.2 A HABITAÇÃO MODERNA E DE RENDIMENTO

O período entre as duas guerras mundiais (1ª guerra mundial 1914 a 1918, 2ª guerra mundial 1939 a 1945), até aos anos setenta conduziram a passagem do urbanismo tradicional para a cidade moderna, fundamentalmente como modelo alternativo, onde foi visível as mudanças ao nível da escala do edificado, das tipologias e da estrutura da própria cidade. Resultou do abandono dos quarteirões, da rua, da praça que, por sua vez deu lugar as propostas de tipologias da torre, da banda e do bloco; a cidade deixou, por isso, de se organizar como mistura funcional para dividir-se em zonamentos rígidos. É nesses contornos que as cidades foram sendo reconstruídas, com vista a dar resposta as carências habitacionais. A preocupação dos arquitetos em resolver problemas relacionados com organização do alojamento e da sua agregação bem como a higiene e os problemas sociais, resultou na pesquisa habitacional, onde foram experimentadas novas tipologias urbanas. (LAMAS, 2004, pp. 297-302)

Na cidade moderna as implantações dos edifícios decorrem das melhores condições para a habitação, e toda a cidade é pensada em função da unidade-base – o alojamento e do seu agrupamento em hierarquias. O edifício é definido pelo modo de agregação dos alojamentos, ou seja, as tipologias residenciais decorrem de combinações na vertical ou na horizontal, entre elementos de ligação, escadas, elevadores, condutas de infraestrutura, que permitem a produção, isoladas, altas ou baixas, torre, bloco ou complexo residencial. É o alojamento que organiza o edifício, e agregação de edifícios que forma conjuntos habitacionais num processo de colagens sucessivas.

De salientar, que as transformações no urbanismo e na arquitetura estiveram assentes na mudança da sociedade, sobretudo nos novos materiais e tecnologias. Foram determinantes para os arquitetos, na medida em que foram maiores as possibilidades de construir com recurso ao betão, ferro, vidro, ascensores e outros elementos no panorama da industrialização da construção. Portanto, a nova forma de pensar a cidade procura propor uma nova paisagem urbana, distinta da tradicional, organizada e funcional, preparada para sociedade industrial. (LAMAS, 2004, pp. 303-310)

Le Corbusier<sup>18</sup> um dos mais importantes impulsionadores do modernismo na arquitetura defendia que as cidades do futuro deviam ser projetadas com grandes blocos habitacionais assente em pilotis. Foi nesse período, que foram abordadas as questões do planeamento urbano sob uma ótica funcionalista, que teve maior influência na urbanística e na organização das cidades. (FRAMPTON, 2000, p. 179)

O projeto da Unidade de habitação de Marselha<sup>19</sup> como paradigma da habitação, tinha como objetivo aumentar o número de habitações destinadas às famílias desalojadas em consequência da Segunda Guerra mundial. A Unidade de Habitação de Marselha é resultado efetivo das teorias e experimentações de Le Corbusier para a nova cidade funcional. Neste edifício Le Corbusier ensaia os cinco pontos para uma nova arquitetura, 20 Aplica o sistema de proporções Modular que traduz a larga capacidade de alojar num único volume, na qual o seu aspeto horizontal, modular, retilíneo e racional é enfatizado pela larga utilização do betão armado em pré-fabricados, onde também se pode verificar na aplicação dos elementos brise-soleil<sup>21</sup>. O jogo é baseado em um único bloco isentos levantado sobre pilares, liberando, assim, todo o solo para jardins e áreas de lazer, e sua estrutura de concreto armado semelhante a uma prateleira. a construção foi concebida de modo a permitir que uma elevada permeabilidade ao nível do solo, com o nível de funcionamento espaço térreo como a comunicação entre o exterior e interior, com acesso a comunicações verticais. É um modelo arquitetónico e urbanístico que teve os seus reflexos, igualmente em Portugal e no resto do mundo, caso disso são por exemplo, os blocos da Avenida Infante Santo em Lisboa, Bairro das Estacas em Lisboa onde os conceitos de Le Corbusier são aplicados no ideário do modernismo português, mas sempre numa perspetiva evolutiva e experimental de cada arquiteto. (SILVA F. V., 2015, pp. 40-43)

---

<sup>18</sup> Le Corbusier: Pintor, arquiteto e urbanista francês de origem suíça. Definiu a arquitetura como um "jogo correto e magnífico das massas reunidas na luz", baseado no uso de novos materiais: betão armado, vidro plano em grandes dimensões e outros elementos. Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Le\\_Corbusier](https://pt.wikipedia.org/wiki/Le_Corbusier)

<sup>19</sup> Encomendado pelo Ministério da Reconstrução de França em agosto de 1945. Teve a sua construção teve início em 1947 e foi concluída em 1953. Concebido como um edifício autossuficiente, possui 18 pisos, albergando 337 apartamentos de diferentes tipologias, apoiados por diversos equipamentos e serviços para cerca de 1600 pessoas. O edifício possui, nos sétimo e oitavo pisos, uma rua comercial de duplo pé-direito, com hotel, lojas, lavandaria e restaurante. o piso térreo é um espaço que completa a oferta de serviços. Por cima deste espaço foi criado um piso técnico para manutenção dos equipamentos e infraestruturas do edifício. Na cobertura: a creche e a escola infantil, o ginásio e uma pista de corrida pedestre. Foram ainda previstas as celebrações de festividades de Verão e representações de peças de teatro. No exterior, foram construídas várias zonas de parque, uma área de jardim infantil descoberta, uma zona de estacionamento para automóveis integrados no parque. Corrida pedestre. Fonte: <http://pt.slideshare.net/willandesa35/unidade-habitacional-de-marselha-le-corbusier>.

<sup>20</sup> Cinco pontos: Janelas longas, Planta livre, Fachada livre, Terraço jardim e Pilotis.

<sup>21</sup> O *brise-soleil* (expressão francesa cuja tradução literal seria quebra -sol, embora seja comum a utilização apenas da palavra brise em português) é um dispositivo arquitetónico utilizado para impedir a incidência direta de radiação solar de um edifício, de forma a evitar aí a manifestação de um calor excessivo. Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Brise-soleil>

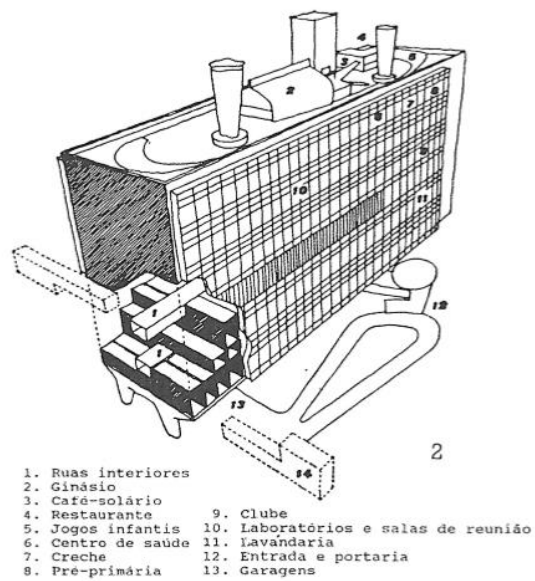


Figura 44 Perspetiva explicativa da localização dos vários serviços. Fonte: (LAMAS, 2004)

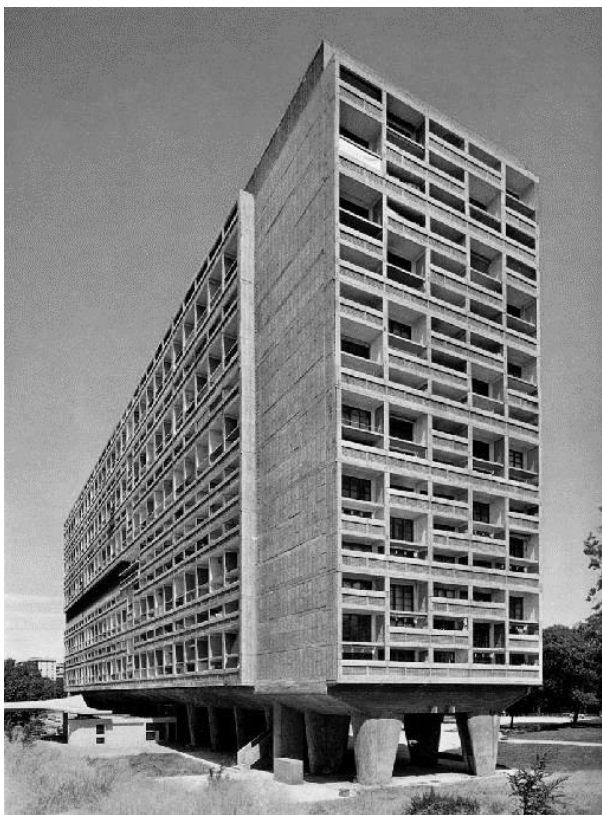


Figura 45 Vista unidade Habitacional de Marselha. Fonte: <http://pef2603grupo16.wix.com/pre-fabricados#!historico>

### 5.2.1. Casos de Referência em Portugal

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, as principais capitais europeias depararam-se com dificuldades provocadas pelo crescimento demográfico nas décadas de 1920 e 1930. Estes fatores provocaram uma rotura das estruturas urbanas existentes e obrigaram a uma reformulação das teorias de planeamento da cidade, não só a nível funcional, social, higiénico e político, como também no âmbito do desenvolvimento da habitação coletiva.

O Estilo Internacional que ganhou popularidade no período de reconstrução depois da Primeira Guerra Mundial teve alguma resistência em Portugal. Recorreu-se a diversos meios para travar a sua influência, deste modo é realçado a arquitetura de estilo nacionalista com o intuito de exaltar o poder do estado. (CRUZ D. A., 2012, pp. 12-20)

A década de 1940 foi importante no âmbito da reflexão da arquitetura moderna em Portugal. O Estado Novo promoveu a realização do I Congresso Nacional de Arquitetura (1948), para se discutir a situação que era praticada em Portugal e nas suas colónias. Foi o evento que marcou o ponto de viragem do pensamento arquitetónico português na década de 1940, veio também assinalar a entrada da segunda geração moderna, de arquitetos com vontade de assumir uma consciência crítica social, ética e política pela arquitetura portuguesa. Estes arquitetos, defensores da teoria internacionalista, procuraram contestar a primeira geração<sup>22</sup>, a qual era acusada de se submeter aos gostos tradicionalistas determinados pelo regime político de então. Tratava-se de uma arquitetura cuja filiação pelo Estilo Internacional de Le Corbusier se limitava ao uso das inovadoras técnicas e materiais construtivos, como foi o caso do betão armado aliado a uma maior geometria das formas dos edifícios. Este estilo foi utilizado maioritariamente em prédios de rendimento, habitação social e equipamentos. Era, portanto, a intenção dos arquitetos da nova geração proporem novos desafios e defenderem arquétipos modernos inovadores, tanto ao nível da arquitetura, como do urbanismo, de maneira a solucionar alguns aspetos ligados ao problema da habitação, não só em Portugal como no ultramar. (CRUZ D. A., 2012, pp. 20-25)

---

<sup>22</sup> A primeira geração moderna, pertenceram a Carlos Ramos (1892-1969), Cristino da Silva (1896-1976), Porfírio Pardal Monteiro (1897- 1957), Cottinelli Telmo (1897-1948) e Adelino Nunes (1903-1948), entre outros.

O efeito destes contactos foi sobretudo evidente em Lisboa, onde se começaram a realizar as primeiras intervenções urbanísticas dirigidas segundo os princípios da Carta de Atenas, como foi o caso do Bairro das Estacas, a Avenida do Brasil e a Avenida Estados Unidos da América na freguesia de Alvalade (1948-1958). No Porto ocorreram também algumas experiências, nomeadamente, a construção de blocos na Rua de Ceuta, como, por exemplo, o edifício de escritórios e habitação “Soares e Irmão” projetado e construído por Arménio Losa e Cassiano.

Apesar do entusiasmo causado pela arquitetura corbusiana, esta não conseguiu vingar em Portugal ser um país com uma considerável carga histórica, ao nível da tradição construtiva, associado a uma mentalidade conservadora. (CRUZ D. A., 2012, p. 25)

.



Figura 46 Bairro das Estacas, Lisboa, Ruy d'Athouguia e Sebastião Sanchez (1949-1955).  
Fonte: <http://bric.k-tank.org/2016/05/23/bairro-das-estacas-housing-project-in-lisbon-alvalade-lisbon-portugal-1949-55>



Figura 48 Edifício das Águas Livres, Lisboa, Nuno Teotónio Pereira, Bartolomeu Costa Cabral.  
Fonte: <http://wwwext.lnec.pt/LNEC/DED/NA/arq/ntp/prjobr/img/aguaslivres.jpg>



Figura 47 conjunto habitacional Av. Infante Santo, Lisboa, Alberto José Pessoa, Hermáni Gandra e João Abel Manta (1950-1960).  
Fonte: <http://agitprop.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.148/4490>



### 5.2.2 Casos de Referência em Angola

A maioria dos arquitetos que foram para a África Portuguesa começaram por trabalhar na função pública, tendo mais tarde optado pela atividade privada, ou, até mesmo, exercer em simultâneo para os dois ramos houve casos que não seguiram este rumo como foi o de Manolo Potier. Dentro deste conjunto de jovens arquitetos coloniais surgiram dois importantes grupos com comportamentos diferentes entre si. Um, os arquitetos de Angola, nomeadamente o grupo de Luanda, possuíam uma ligação de maior dependência com as grandes metrópoles portuguesas (Lisboa e Porto). O outro, os arquitetos de Moçambique, sobretudo os que exerciam em Lourenço Marques e Beira, estabeleciam contactos socioeconómico mais próximo com a África do Sul (país vizinho). Apesar das aparentes diferenças que separavam estes dois grupos, partilhavam, no entanto, um objetivo comum: inovar o papel do arquiteto colonial e expandir os limites da sua arquitetura através da aplicação de novos materiais e sistemas construtivos nas regiões tropicais. (CRUZ D. A., 2012, pp. 24-27)

A partir de 1957, o movimento moderno prolifera ao longo da paisagem urbana colonial, dando origem a uma nova linguagem estética que surge como uma evolução do Estilo Internacional fortemente inspirada pela arquitetura tropical brasileira. Este estilo inovador era caracterizado pela conceção de edifícios cuja composição volumétrica proporcionava espaços livres mais dinâmicos, procurando ao mesmo tempo dar uma nova resposta à questão da funcionalidade habitacional. Para além disso, considerava fundamental resolver os dilemas referentes à ventilação natural, sombreamento e pluviosidade através de soluções inteligentes procedentes do estudo das condições geográficas e climáticas do espaço de intervenção. Exemplos disso foram a introdução das coberturas em “asa de borboleta” na habitação singular, galerias exteriores públicas ou privadas cobertas na habitação coletiva e o uso de *brise-soleil* (ou quebra luzes, como eram geralmente denominados em documentos oficiais portugueses em África) como um elemento protetor da incidência direta da luz solar e promotor de ventilação no interior do edifício. (CRUZ D. A., 2012, pp. 28-30)



Figura 50 Mercado do Kinaxixe, vista exterior Vasco Vieira da Costa, 1960. Demolido em 2008



Figura 49 Mercado do Kinaxixe, vista frontal

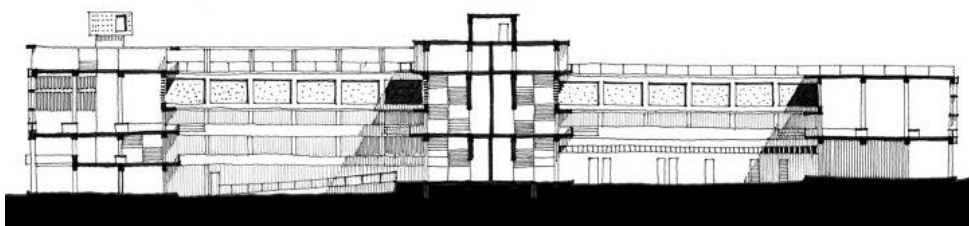


Figura 51 Mercado do Kinaxixe, corte Longitudinal

i23

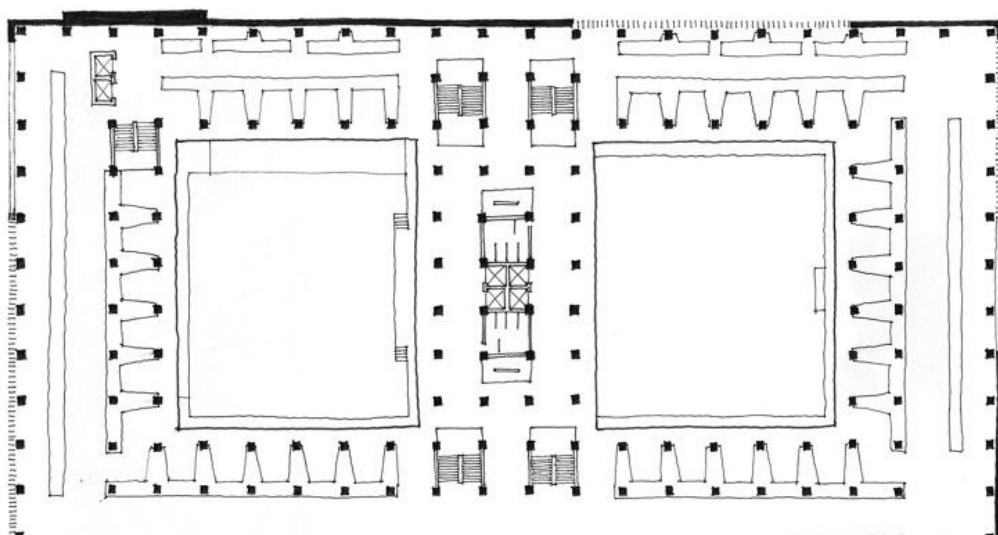


Figura 52 Planta piso mercado kinaxixe

<sup>23</sup> Todas as imagens contidas nesta página foram retiradas em <http://cargocollective.com/arquitecturamodernaluanda/filter/Obras/Mercado-de-KinaxixeVasco-Vieira-da-Costa-1951-1952>

A aplicação destes sistemas construtivos deveu-se, em grande parte, à versatilidade plástica proporcionada pelo betão. Uma das primeiras construções em Luanda a anunciar a entrada simbólica desta nova abordagem à arquitetura modernista foi a obra do Mercado do kinaxixe<sup>24</sup>. A arquitetura implementada pela geração africana de arquitetos conseguiu, assim, distanciar-se dos ideais decretados pelo poder centralizador do governo salazarista e acabou inclusivamente por servir de ferramenta de manifesto social, utilizando como bandeira a palavra-chave do pensamento modernista: romper com o passado. Os arquitetos deste movimento que alcançaram maior notoriedade foram: Vasco Vieira da Costa (Mercado do Kinaxixe, Luanda); José Pinto da Cunha (Hospital de Sá da Bandeira/ Lubango); António Campino (Hotel Presidente, Luanda); João Garcia de Castilho (Cinema-esplanada Miramar, Luanda); José Frederico Ludovice (casino do Lubango) entre muitos outros. (CRUZ D. A., 2012, pp. 31-33)

Vasco Vieira da Costa foi o precursor do movimento moderno em Angola. Do seu vasto conjunto de obras na capital angolana merecem destaque o Mercado de Kinaxixe, o Bloco da Mutamba, o Bloco dos Servidores do Estado e a Residência de Estudantes Karl Mar. (BONITO, 2011, p. 108)

Francisco Castro Rodrigues (1920-2015), foi o principal impulsionador do crescimento do Lobito, graças a um reportório arquitetónico composto por vários programas que se adaptam perfeitamente ao clima tropical onde estão inseridos. Da sua obra africana destaca-se o Mercado do Lobito, a Aerogare do Lobito, o Edifício Universal, o Cine-esplanada Flamingo, o Liceu Nacional do Lobito, a Igreja do Sumbe e a Fábrica das Tintas Robbialac. Como se pode ver, o arquiteto dedicou-se a vários tipos de edifícios, desde os equipamentos escolares às instalações industriais, mas foi no planeamento urbano que Castro Rodrigues mais se evidenciou, com planos urbanísticos para o Lobito, Vila da Catumbela e Sumbe, e planos parciais para Cabinda e Silva Porto.

---

<sup>24</sup> Obra de 1958 e projetado pelo Arq. Vasco Vieira da Costa, situava-se na convergência de várias vias principais, aproveitando a sua grande escala para criar uma praça e organizar a cidade. Tinha uma planta retangular com cerca de cem metros por sessenta e continha dois pátios que organizavam o programa em seu redor. Os acessos verticais principais, tal como as entradas principais, encontravam-se no volume central que separava ambos os pátios. Como é (ou era) comum da arquitetura nestas latitudes, o edifício não estava assente no solo, ficando suspenso por pilotis e criando galerias ao nível do piso térreo, ocupado por algumas lojas viradas para a cidade. A organização funcional do mercado era simples: no piso superior encontravam-se as bancas de venda, que beneficiavam de um pé-direito de cerca de seis metros e meio. No piso térreo além de algumas lojas, existiam zonas de carga e descarga dentro dos pátios mais bancas de vendas. Sendo que era um edifício que recebia radiação solar direta em todas as suas quatro fachadas, era revestido com lâminas verticais (brise-soleil), já os pátios interiores eram compostos por uma grelha de padrão (cobogó).

Todas as informações contidas sobre o mercado de kinaxixe foram consultadas no Livro intitulado arquitetura e clima geografia de um lugar: Luanda e a obra de Vasco Vieira Pinto de Margarida Quintão.

Fernão Lopes Simões de Carvalho), tornou-se o único arquiteto Angolano, até hoje, com projetos realizados fora do seu país de origem, possuindo uma extensa produção arquitetónica, não só em Angola (Unidade de Vizinhança nº1 no Bairro do Prenda, Luanda,), mas também no Brasil (Escola Naval dos Fuzileiros da Armada, Rio de Janeiro, 1976) e em Portugal (Ministério da Agricultura, Areeiro, 1980-83). A sua obra é caracterizada por uma expressão brutalista evidente em edifícios como o Centro de Radiodifusão de Angola (Luanda, 1963-67), realizado em parceria com José Pinto da Cunha. (BONITO, 2011, p. 115)

É impossível negar a presença de um elemento comum entre a maioria dos mercados portugueses e africanos enunciados neste trabalho, na medida em que ambos seguem uma lógica semelhante de planta retangular onde a fachada urbana do edifício é constituída por lojas e só no seu interior se situam os lugares de venda. A diferença está no facto de, em Portugal, esse espaço interior ser coberto ao contrário do que sucede nos trópicos. A solução da planta decorre de um entendimento funcionalista do programa e de uma hierarquia de usos que remete para o exterior as lojas de comércio convencional e para o interior, os feirantes. Este desenho, herdado dos mercados do século XIX, denuncia a implantação urbana destes equipamentos. Naturalmente, esta tipologia foi sofrendo algumas modificações ao longo dos anos como se pôde verificar nos mercados do Kinaxixe e Lobito (Angola) e Encarnação Norte (lisboa). Nestes exemplos, a fachada urbana das lojas permaneceu no piso inferior, enquanto o espaço de mercado passou a funcionar nos pisos superiores. No caso do Bom Sucesso, apesar da tentativa em preservar a disposição dos elementos que compõem a circulação dentro do programa, este representa, sobretudo, uma variação de natureza mais plástica. Por outro lado, o Mercado do Caputo, acompanhando a linguagem do Estilo Internacional, surge, contudo, como uma alternativa mais brutalista à arquitetura moderna tropical inaugurada por Vieira da Costa. Incorpora igualmente uma estrutura mais simples, de um mercado que se desenvolve ao longo de uma única galeria. (CRUZ D. A., 2012, p. 140)

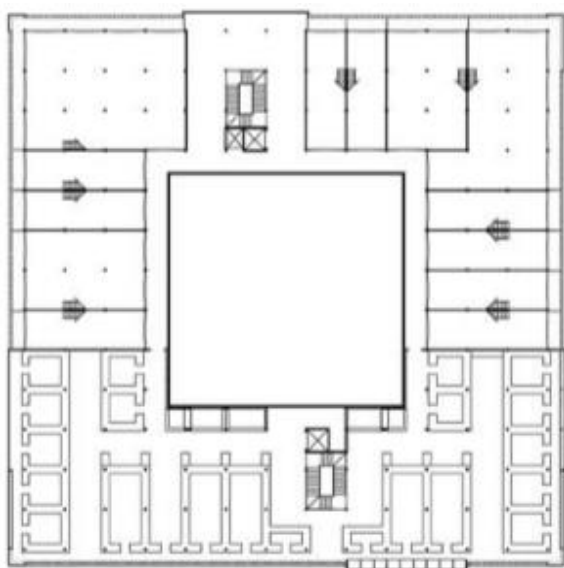


Figura 55 Planta Mercado do Lobito. Francisco Castro Rodrigues 1963



Figura 54 Interior do Mercado do Lobito  
Francisco Castro Rodrigues 1963



Figura 53 Planta do Mercado do Lobito Francisco  
Castro Rodrigues 1963



Figura 56 Mercado da Encarnação Norte. Fonte:  
<http://www.cm-lisboa.pt>



Figura 58 Planta mercado de Caputo



Figura 57 Mercado de Caputo, vista exterior. Fernão Simões de Carvalho, 1962. Fonte: <http://cargocollective.com/arquitecturamoderna/luan-da/filter/Obras/Mercado-de-CaputoFernao-Simoes-de-Carvalho-1962En-uso>

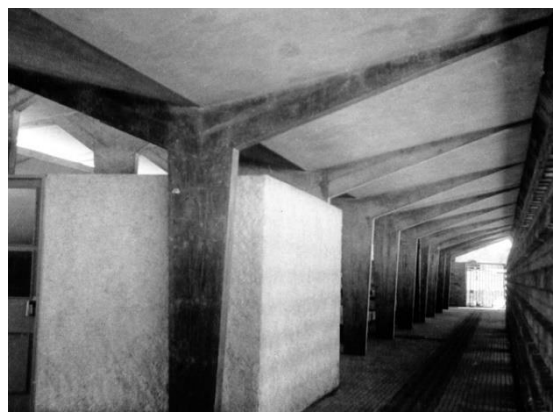


Figura 59 Mercado de Caputo, **vista interior** Fernão Simões de Carvalho, 1962. Fonte: <http://cargocollective.com/arquitecturamoderna/luan-da/filter/Obras/Mercado-de-CaputoFernao-Simoes-de->

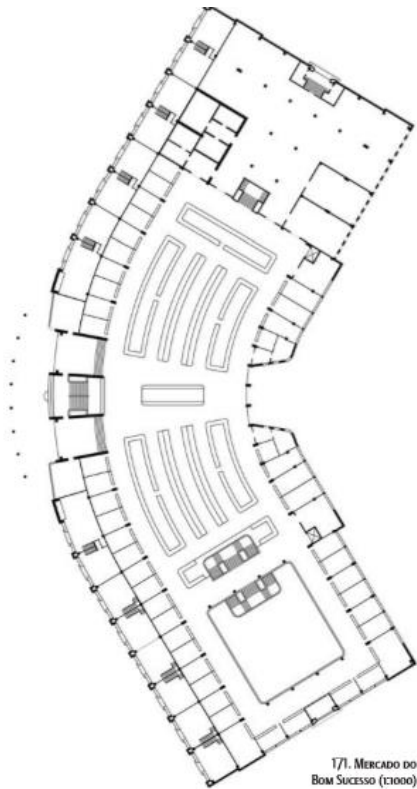


Figura 60 Mercado do Bom Sucesso do ARS Arquitetos, 1952. Planta, vista exterior vista interior. Fonte: <http://www.patrimoniocultural.pt/>

No âmbito de Habitação, como referência, destaca-se o bairro da prenda em Luanda, edifícios de habitação unifamiliar e coletiva construídos em 1963-65 da autoria do arquiteto Fernão Simões de Carvalho, em colaboração dos arquitetos José Pinto da Cunha e Fernando Alfredo Pereira. Este empreendimento enquadra-se no registo da cidade moderna de que é um exemplo, não apenas pelos seus aspetos compositivos e organizativos, mas também pelo desenho dos próprios edifícios, Unifamiliars e coletivos. Aos edifícios em altura cabem o papel de estabelecer uma relação direta com o exterior fundamentalmente através da proposta de vazios ao nível do embasamento em pilotis, permitindo uma penetração entre os espaços verdes e os espaços construídos. Através de um modelo simples de edifício coletivo, com um número de pisos variável, e cujos acessos verticais e horizontais estão centrados em relação à base de implantação, é criada uma complexidade tipológica, com fogos duplex e simplex, com grande variedade, no total de 1150 fogos, sendo as soluções de desenho claramente modernas e corbusianas, artificiosas, quer a nível de compositivo quer tipológico. Embora este conjunto de edifícios seja vasto, não se verifica repetições morfológicas entre os edifícios nem de fogos. Há um fio condutor em todos eles, consequentemente a altimetria criada numa zona homogénea. É de referenciar apenas um tipo de habitação unifamiliar privada, no caso de um dos seus autores, o Arq. Simões Carvalho, de 1966. A utilização de um vocabulário cheio de modernidade a relação da habitação com a rua, a materialidade e o cuidado com os pormenores, fazem dela um exemplo assinalável. (FONTE, 2007, pp. 420-421)





Figura 59 Centro de Radiodifusão de Angola, Luanda, Simões de Carvalho (1965-1967).  
Fonte:  
<http://cargocollective.com/arquitecturamoderna/luanda/filter/Obras/Radio-Nacional-de-Angola-Fernao-Simoes-de-Carvalho-y-Jose-Pinto-da>



Figura 61 Bairro Preda, Luanda, edifício ainda em obras Arq. Simões de Carvalho. Fonte:  
<http://cargocollective.com/arquitecturamoderna/luanda/filter/Obras/Radio-Nacional-de-Angola-Fernao-Simoes-de-Carvalho-y-Jose-Pinto-da>



Figura 60 Hotel Presidente, Luanda, António Campino (anos 1960). Fonte:  
<https://pt.pinterest.com/gingeira/luanda/>



A semelhança dos arquitetos Simões carvalho em Luanda, do castro Rodrigues no Lobito, em Sá da Bandeira/ Lubango temos o arquiteto José Frederico Bravo de Drummond Ludovice (1919-2007) que fez obras notáveis. Nasceu em Lisboa, e viveu 17 anos na cidade do Lubango, Sul de Angola, onde construiu interessantes e originais obras. Arquiteto chefe da 6.ª Secção de Urbanização dos Serviços de Obras Públicas e Comunicações de Angola. Músico intuitivo, trabalhou para a Câmara Municipal de Lisboa, construindo três elegantes pavilhões como equipamentos para parques (dois em Monsanto e dois no parque Silva Porto, em Benfica), com estrutura de betão e pérgulas, dentro do gosto leve e dinâmico dos anos de 1950. Construiu igualmente habitações em Sines, onde trabalhou no Plano de Urbanização da vila. Com espírito de aventura, Ludovice partiu em 1958 para a cidade de Sá da Bandeira, atual Lubango, Foi dos poucos arquitetos radicados na região, provendo à conceção de equipamentos e à conceção de planos de Urbanização. Ludovice concebeu alguns dos mais originais objetos arquitetónicos do Lubango, os quais viriam a ser emblemáticos da urbe e de seus arredores. Trata-se de um conjunto coerente de pequenos monumentos modernos, aos quais a sensibilidade fina e musical do seu autor, deu um sentido de leveza e alguma espiritualidade, como o Pórtico-Esplanada para a Senhora do Monte, topónimo de origem isleña, lembrando o monte funchalense de 1962, cuja silhueta dinâmica, em viga de betão curva, nasce de uma geometria regradada em planta; A entrada pórtico em betão, de sentido estrutural e expressão elegante para o recinto da Feira, com o respetivo Pavilhão de Exposições uma obra de conjunto, com desenho de amplo arco encastrado em pilares, que também praticam o Pavilhão; Os Arcos da cidade, no Parque da Senhora do Monte (cuja capelinha votiva também recuperou) e o Monumento ao general João de Almeida, 1963 atualmente monumento da liberdade.<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> Sobre o arquiteto José Frederico Ludovice as informações que delas constam, foram consultadas num texto do Arquiteto José Manuel Fernandes publicada a 17 dezembro 2005 *Atual/Expresso*, também em <http://genaumeinfreund.blogspot.pt/2009/12/seitens-der-stadte-lissabon-jose.html>.



Figura 65 Pórtico-Esplanada para da Senhora do Monte. Fonte: imagens da página, Arq. José Frederico Ludovice, 1962, Fonte: [http://ludovice.blogspot.pt/2008\\_06\\_01\\_archive.html](http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html)



Figura 64 entrada pórtico do recinto da Feira e respetivo Pavilhão de Exposições, Arq. José Frederico Ludovice, 1965 Fonte: [http://ludovice.blogspot.pt/2008\\_06\\_01\\_archive.html](http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html)



Figura 63 Monumento ao general João de Almeida/ atual monumento da Liberdade, 1 Arq. José Frederico Ludovice, 1963, Fonte: [http://ludovice.blogspot.pt/2008\\_06\\_01\\_archive.html](http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html)



Figura 62 Os Arcos da cidade do Lubango, Arq. José Frederico Ludovice,, 1964, Fonte: [http://ludovice.blogspot.pt/2008\\_06\\_01\\_archive.html](http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html)

Na cidade edificou ainda a sua casa própria (moradia onde desenhou tudo, até o mobiliário) e, nos arredores concebeu uma pequena obra mista em betão e madeira, o pavilhão restaurante da Pousada da Leba na Tudavala em 1962, onde os construtores locais lhe ensinaram o uso dos pilares na resistente madeira regional, cuja seiva era auto protetora contra os infestantes (utilizada na ampla varanda frontal do edifício).

Trabalhou igualmente em diversos equipamentos e conjuntos industriais e infraestruturais, no Lubango e em Luanda, como as instalações da Casa Inglesa e as instalações fabris Lupral, ambas no Lubango e a fábrica de montagem de camiões Isuzu, em Luanda. Ainda de referir a conceção das instalações da Mercedes Benz e da Central de Camionagem EVA. No campo infraestrutural, mencione-se a estação Gare de Serpa Pinto, atual Menongue e os apeadeiros e casas para trabalhadores na linha férrea para Moçâmedes, hoje Namibe. A conceção, implementação e construção novos de centros urbanos era um processo ativo nas décadas de 1960-70 em Angola e Moçambique. Ludovice participou amplamente nesta gesta, como urbanista, tendo desenhado os planos urbanísticos para Vila de Santo António do Zaire, atual Soyo, (no extremo Norte do território), Caluquembe, Vila da Ponte, Porto Alexandre, atual Tombua, (na costa Sul de Angola), Quilengues, Matala (antes Vila Paiva Couceiro), Vila Roçadas, hoje Xangongo e Vila Pereira d'Eça (atual N'giva ou Ondjiva, (perto da fronteira Sul)).<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Sobre o arquiteto José Frederico Ludovice as informações que delas constam, foram consultadas num texto do Arquiteto José Manuel Fernandes publicada a 17 dezembro 2005 atual/Expresso, também em <http://genaumeinfreund.blogspot.pt/2009/12/seitens-der-stadte-lissabon-jose.html>.



Figura 69 A casa do Arq. José Frederico Ludovice, Fonte:  
<http://www.hpip.org/def/pt/Página de entrada/Obra? A=2010>

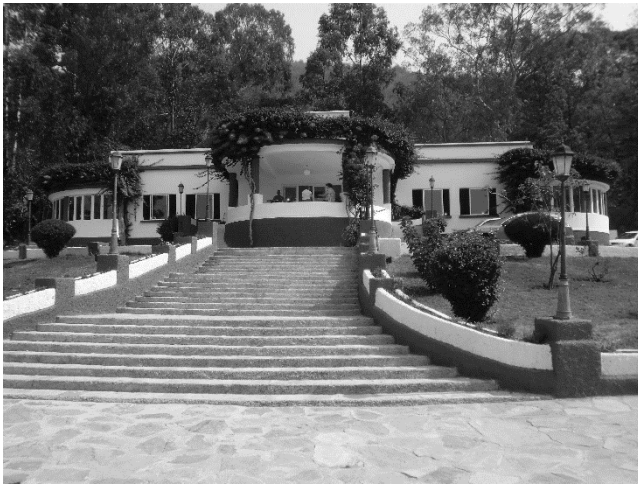


Figura 68 Casino do Lubango. Arq. José Frederico Ludovice, Fonte:  
<http://www.hpip.org/def/pt/Página de entrada/Obra? A=2010>

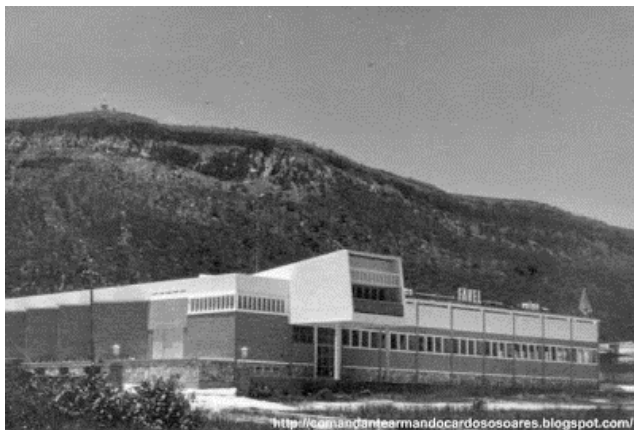


Figura 66 Fábrica de vela e cera de Sá da bandeira, Arq. José Frederico Ludovice 1970. Fonte:  
[http://ludovice.blogspot.pt/2008\\_06\\_01\\_archive.html](http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html)



Figura 67 Esplanada do miradouro da Tudavala. Arq. José Frederico Ludovice, 1963 restaurado em 2012. Fonte:  
[http://ludovice.blogspot.pt/2008\\_06\\_01\\_archive.html](http://ludovice.blogspot.pt/2008_06_01_archive.html)

## **6. PROPOSTA**

Lubango é atualmente uma cidade densamente povoada, onde não é visível um plano definido pelas autoridades competentes sobre a requalificação do edificado, espaços urbanos e vias existentes. O que existe são construções sem regra nem controlo, que resulta não só numa desorganização da imagem urbana, arquitetónica e social da cidade, mas também contribui para uma fraca qualidade de vida.

O local escolhido para este projeto faz parte de terrenos planeados antes de 1975, no presente ocupado por habitação.

Este território encontra-se numa posição bastante privilegiada, numa zona central delimitado a norte pela rua Deolinda Rodrigues, a Sul e a Oeste pelo rio Mukufi, a Este pela avenida que liga as praças (Governo provincial e João Paulo II). A proposta contempla equipamento público, habitação, espaços exteriores de lazer e estar.



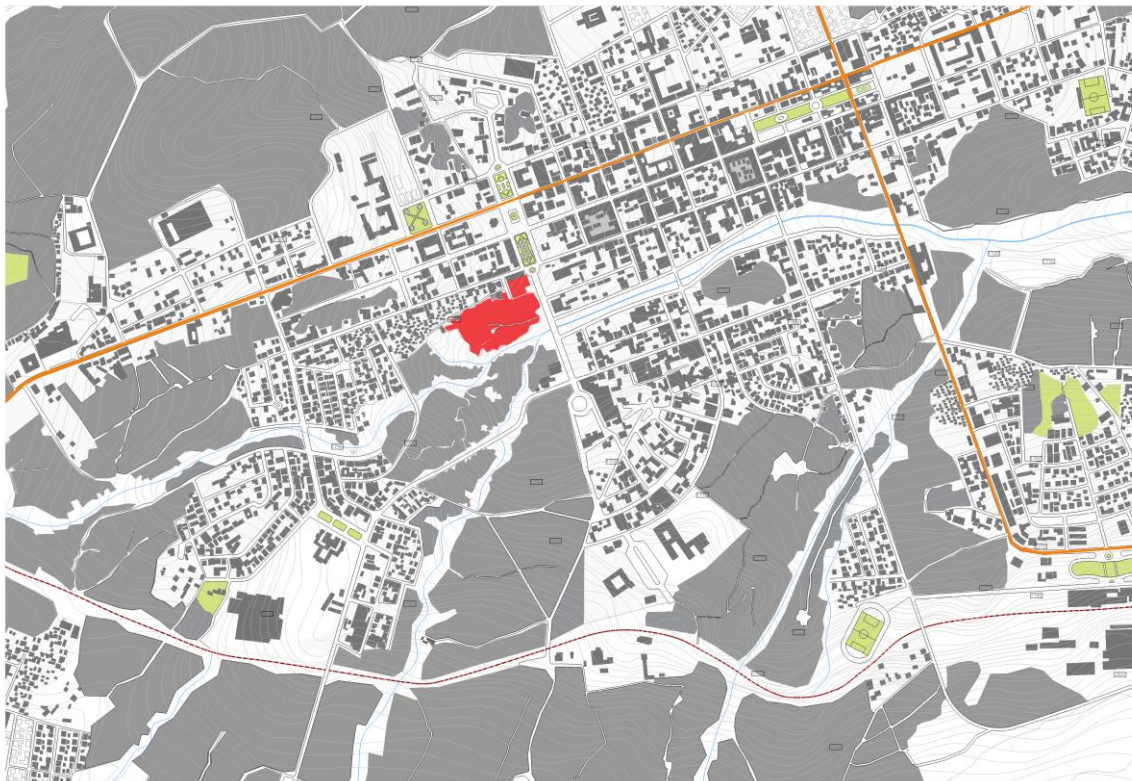


Figura 71 planta da cidade local de intervenção Fonte: autor

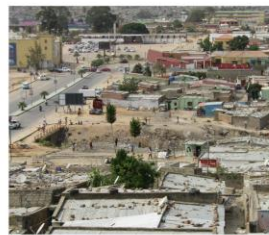


Figura 70 local de intervenção. Fonte: autor

## 6.1 Proposta Urbana

O modelo de intervenção é baseado no conhecido modelo higienista, racionalista e funcionalista que suporta as operações de renovação urbana assente em geral na demolição do edificado existente e na sua substituição por construção nova com realojamento da população.

Depois das fases de reflexão teórica, de leitura do território, do trabalho de campo, de identificação das problemáticas do terreno e do reconhecimento dos pontos-chave desenvolve-se o plano de qualificação do espaço público do território delimitado. Procura-se principalmente reforçar a identidade da área e valorizá-lo perante o resto da cidade através de uma metodologia que permita uma transição gradual entre a cidade informal ou autoconstruída para cidade formal. A proposta procura orientar as soluções para a comunidade de modo a conseguir-se uma maior adequação da proposta e uma participação efetiva. A implementação do programa incide na primeira fase sobre:

- A sensibilização, recenseamento de pessoas afetadas;
- Realojamento provisórios em novos terrenos infraestruturados onde podem manter uma qualidade de vida equivalente ou melhor ao que tinha anteriormente;
- Demolição das construções existentes;
- Construções novas;

Contudo, os bairros de realojamento, devem localizar-se em zonas acessível e não distante em relação às zonas de origem.

É de realçar que, haver duas opções de fixação permanente: uma de retorno aos locais de origem em novas habitações de renda controlada e, e outra de atribuição de lotes para autoconstrução dirigida. A segunda opção deve incluir ações, que são em função da disponibilidade financeira do proprietário e do apoio prestado pelas autoridades e que consiste no seguinte:

- Atribuição do lote urbanizado;
- Regularização da propriedade através concessão do respetivo título (autoconstrução dirigida)
- Fornecimento de bloco técnico preparado para as ligações da habitação às redes públicas (autoconstrução dirigida);
- Entrega da estrutura nuclear iniciada (autoconstrução dirigida);
- Entrega da casa sem acabamentos;
- Entrega da casa com as condições mínimas de habitabilidade

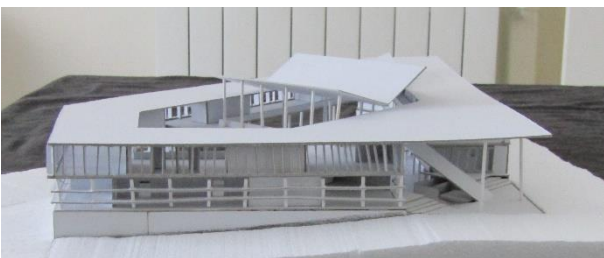
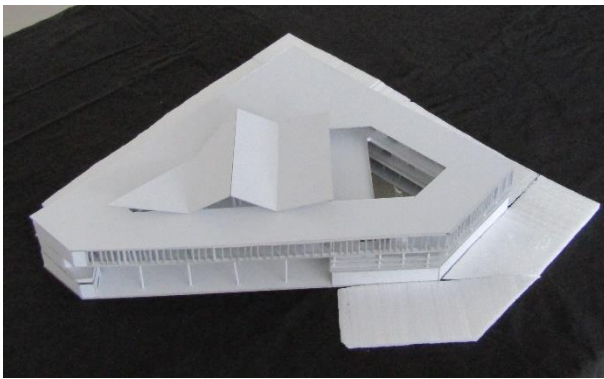
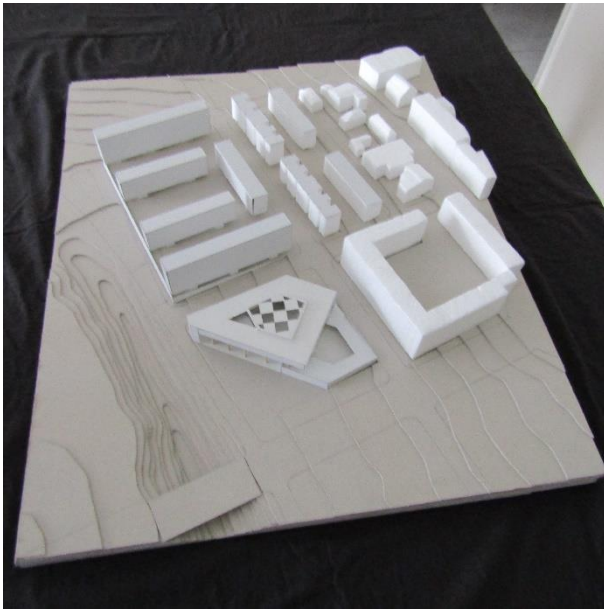


Figura 72 Fotografias da maquete de estudo Fonte: autor



Estes requisitos são fundamentais para permitir que a estratégia a adotar seja realista, em todas as suas fases, desde a definição das estratégias, à decisão de como implementar, e que seja eficaz a longo prazo.

Este tipo de intervenção tem sido bem-sucedido à pequena escala, mas nunca foi implantado à escala mais alargada da cidade ou mesmo à escala nacional.

A solução implícita nos modelos agora apresentados afirma-se enquanto resposta consciente a esta problemática, numa proposta de recomposição parcial do território respeitando e potenciando as especificidades próprias dos lugares onde se proponha as suas aplicações. Este modelo teve em conta múltiplas diretrizes de projeto urbano nomeadamente a preocupação com as áreas verdes de recreio e lazer e a localização de equipamentos sociais e lugares públicos de encontro e reuniões (Jango<sup>27</sup>)

A proposta urbana contempla uma série de diferentes usos. Assim, inclui um equipamento com múltiplas valências (mercado, serviços e restauração), uso habitacional (habitação de renda económica, média e alta). Considera a existência de grandes espaços livres na envolvente, entendidos como complementares relativamente à área de intervenção (3 hectares).

A estrutura viária da proposta teve como base o desenho urbano da configuração do traçado da malha existente. Por um lado, os edifícios estão assentes sobre plataformas de nível sobre declives na ordem dos 3-4 metros, sendo o piso térreo vazado e assente em pilotis, referindo-se aos edifícios de habitação de renda económica e média; por outro lado aproveitam o desnível entre as vias prevendo estacionamento e lojas com vista para as margens requalificadas do rio Mukufi. Temos como finalidade desenvolver e valorizar o espaço público com qualidade, optando por diferentes tipos de quarteirões, que comportam vários. Desenharam-se então quatro tipos de quarteirões distintos com dimensões variadas na configuração da sua construção, resultantes dos eixos estruturantes do plano. Importa realçar que, no local de intervenção, além das construções informais, existe um equipamento construído antes de 1975 (Cinema Infante Sagres), que infelizmente não chegou a ser concluído nem ser usado para o fim destinado, tendo sido apropriado pelas populações migrantes durante o conflito interno. Atualmente este equipamento encontra-se num estado avançado de degradação.

Propomos demolir esta construção e neste espaço, criar um conjunto habitacional de renda alta em U, de maneira a criar um quarterão, criando um espaço público entre o edifício existente (que também tinha sido deixado inacabado em 1975, mas com final

---

<sup>27</sup> Jango é uma espécie de caramanchão (construção ligeira de ripas, ferro ou pedra revestida de plantas trepadeiras, formando cobertura; camaranchão), ponto de encontro da população, para comer e conversar

feliz, tendo sido concluído uma década e meia depois da independência) e os novos edifícios.

Pareceu-nos pertinente a colocação do equipamento no eixo paralelo ao prolongamento da avenida da Praça do Governo Provincial - a praça João Paulo II - na margem Norte do rio Mukufi, num ponto de confluência de fluxos viários de modo a que se pudesse tirar partido de uma relação próxima com a água e a ligação à nova urbanização, através de três pontes pedonais para a margem sul, possibilitando a ligação da população dos outros núcleos informais com os novos espaços públicos e o resto da cidade. Os quarteirões dos conjuntos habitacionais de renda média a baixa estão localizados ao lado e atrás do equipamento.

## **6.2 Blocos habitacionais**

As tipologias habitacionais apresentadas preconizam uma aproximação aos objetivos de formalizar conjuntos autônomos que integrem estratégias de urbanidade flexíveis. Neste sentido, e tal como foi anteriormente referido, promovem soluções para a qualificação do espaço urbano. Assim, a partir de uma lógica transversal as diversas escalas de abordagem do problema macro, escala urbana e escala habitacional, estruturam- as diversas propostas habitacionais, sistematizadas em três tipos de habitação: Habitação de rendimento baixo, média e alta, sempre com edifícios de habitação coletiva.

Consoante a tipologia de edifício e dos quarteiros em que se inserem, as habitações podem criar relações com o espaço público bem como os diferentes usos do solo. Prevê-se que, à semelhança do que acontece nas outras construções, algumas dessas habitações possam ter relações e ligação aos espaços públicos propostos dada a permeabilidade da proposta (sobre pilotis).

Os conjuntos obedecem à conjugação de alguns elementos que remetem para a questão da vivência no exterior da habitação e a importância da rua na sociedade Angolana

### **6.2.1 A habitação de renda baixa e média**

As tipologias propostas contrariam um modelo de tipologias de contexto rural onde há uma aposta na simplificação do programa, através da concentração das funções no núcleo central, que se assume como uma espécie de espaço principal da vida doméstica. A proposta valoriza a massificação, dadas as características do local em estudo, valorizando novos modelos de habitar. Os conjuntos de edifícios propostos encontram-se sobre pilotis, que assentam sobre um embasamento, de 5 metros, destinado a comércio e oficinas, envolvendo uma praça central totalmente percorrível. As tipologias vão do T1 ao T4, simplex e duplex beneficiando de ventilação transversal, favorecendo um arrefecimento mais eficiente do interior. Para proteger os edifícios das radiações, e garantir alguma privacidade no interior, foram usadas algumas estratégias de recuos do vão, blocos pré-fabricados de cerâmica (cobogós) nas cozinhas e algumas instalações sanitárias.

### **6.2.3 A habitação de renda alta**

Com modelos e estratégias semelhantes às duas tipologias acima enunciadas, o edifício está assente sobre um embasamento de 5 metros, aproveitando o mesmo para estacionamentos privados e lojas. Beneficia de ventilação transversal e das mesmas estratégias de proteção da insolação. As tipologias vão de T2 a T4 e contempla ainda pequenas lojas no piso térreo.

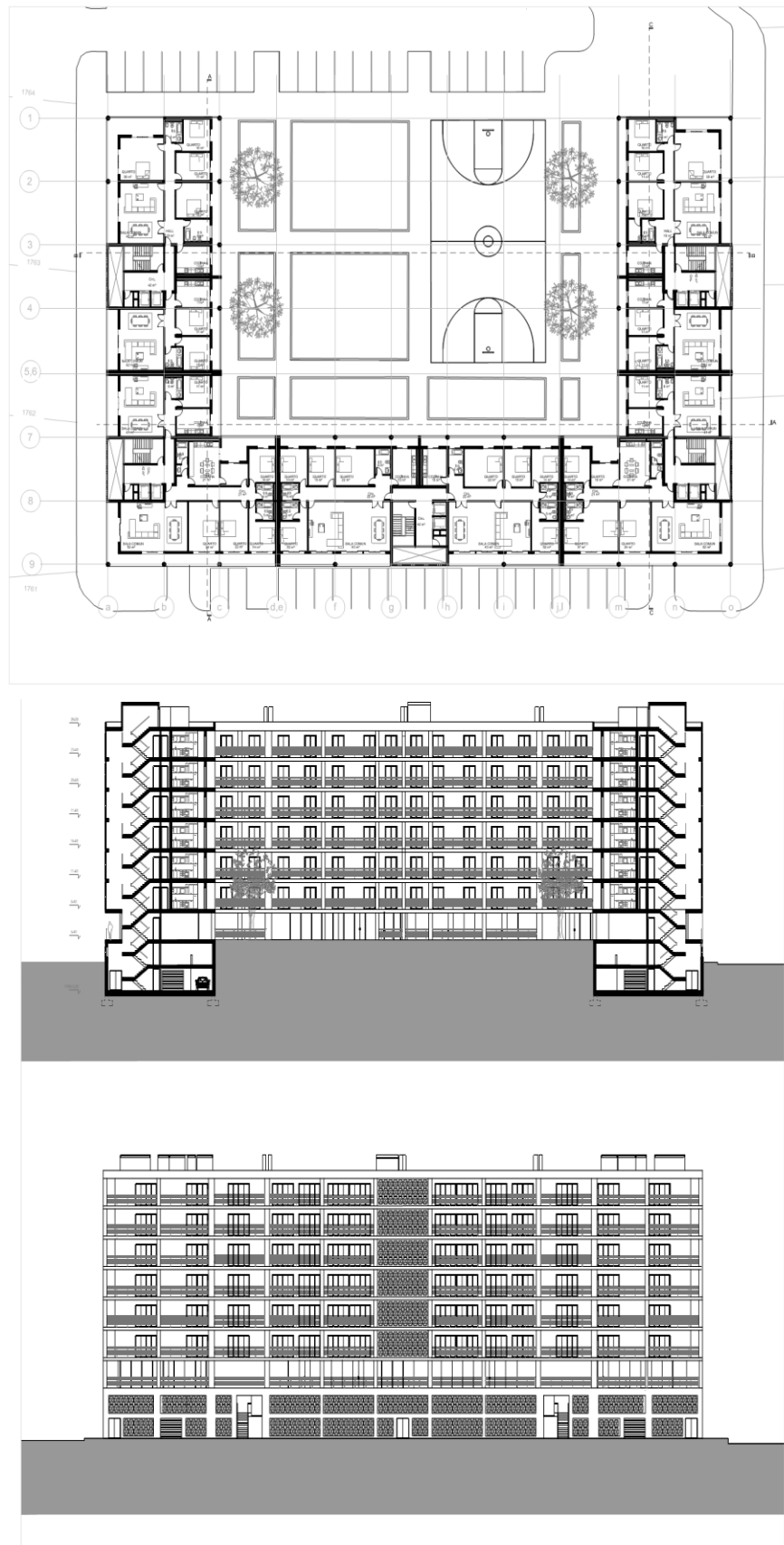


Figura 73 Planta, alçado e corte Habitação rendimento alto Fonte: autor

### 6.3 Programa do Equipamento

Para este edifício, definiram-se logo algumas premissas que moldam a sua arquitetura: ser um edifício aberto ao exterior, com pátio interior;

- Possibilitar um funcionamento independente dos vários serviços;
- Criação de uma ligação entre as duas frentes do edifício;
- Criação de uma zona de receção do edifício, sugerindo recuar e criar uma praça frontal, como espaço de estadia, transição entre o interior e exterior.

Sendo o projeto central deste trabalho o equipamento multifuncional tendo como mercado o seu programa principal, cujas intenções são bastante claras. A cultura do mercado está bastante presente na sociedade Angolana e sempre foi uma atividade central de todas as cidades um pouco por todo o mundo. Mais que a venda e compra de bens, trata-se dum evento social. Assim, neste novo tecido de cidade, deverá ser a peça centralizadora de vivências, assumindo-se como edifício e equipamento principal. A sua posição, junto ao cruzamento entre o prolongamento da Avenida que liga ao centro da cidade, confirma a intenção deste edifício ser o centro e o gerador dos principais movimentos. Como já analisado no capítulo relativo aos mercados, introduziu-se novos programas em antigos mercados numa procura de os revitalizar. Para além dos programas tradicionais do mercado, o equipamento abrange outros programas que visam proporcionar outros tipos de usos, adaptados às exigências da sociedade atual, nomeadamente restauração e serviços.

.

O equipamento desenvolve-se em 2 corpos (A e B), ligados entre si, funcionam em comunhão com mais serviços independentes distribuídos em 3 pisos, sendo que o mercado ocupa o piso térreo do corpo A e B e uma mezanino do corpo A. Os serviços, em jeito de loja de cidadão, têm uma oferta variada de serviços, nomeadamente empresas de eletricidade, água, segurança social, notário, etc. Ocupa o segundo piso do corpo B e, por fim, a restauração e o espaço multiusos ocupam o último piso dos dois corpos.

O edifício contempla três núcleos de acessos vertical, a partir do mercado que liga todo o edifício e localizam-se nas 3 extremidades do triângulo que forma o edifício. Estes núcleos de circulação vertical são abertos para o exterior, não se fechando em si mesmos, beneficiando de ventilação natural. Apenas um contém caixas de escadas com um elevador apesar de existirem elevadores de serviço separados. separação dos

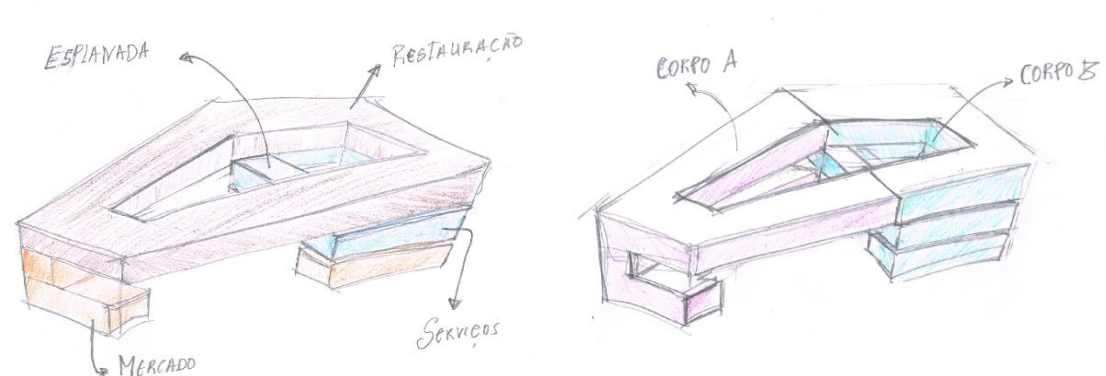
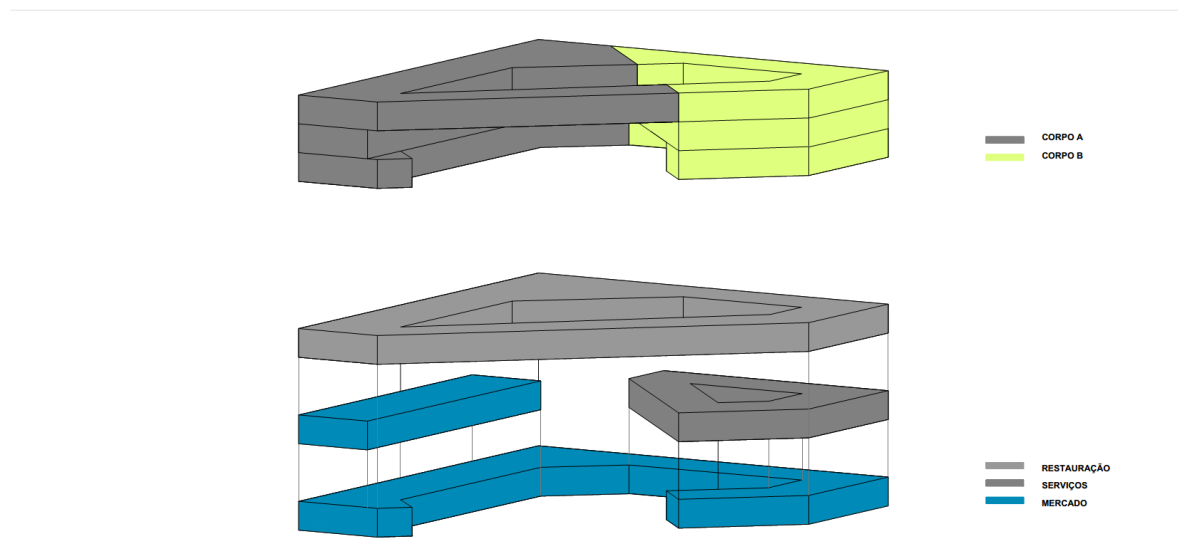


Figura 74 Esquemas volumétricos do equipamento. Fonte: autor

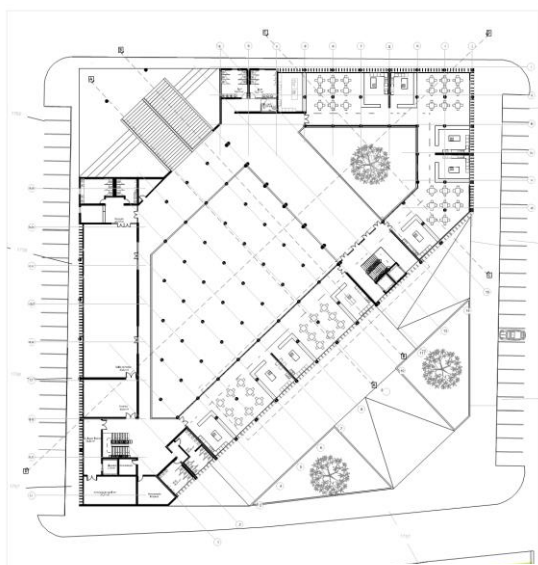
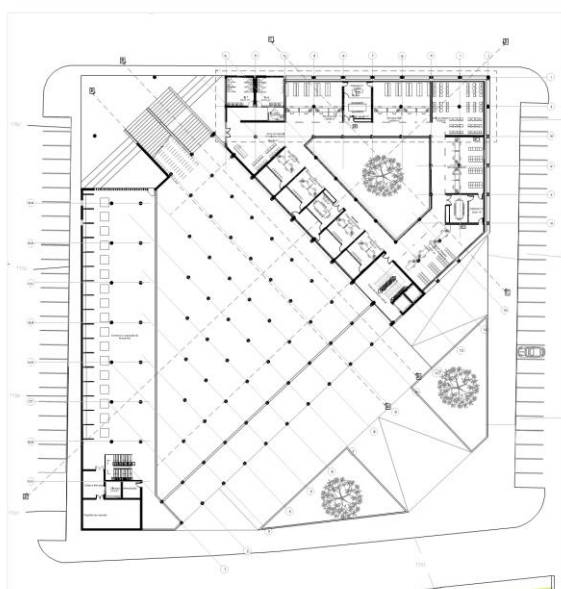
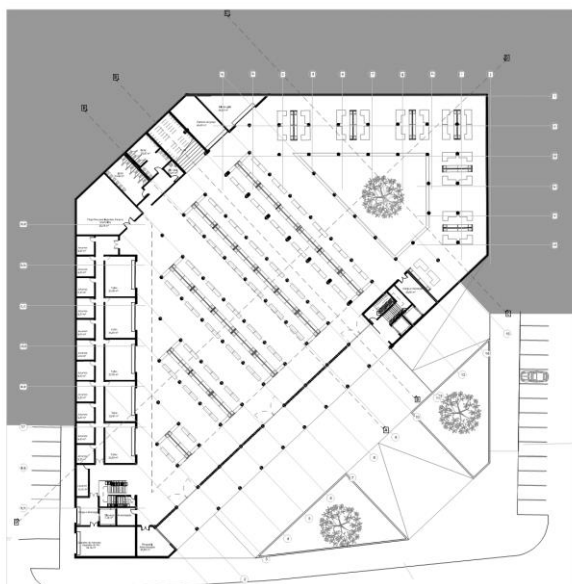


O desenho deste edifício resulta dos quarteirões estabelecidos na proposta urbana, dotando o edifício de uma planta triangular. Assim, do lado sul, temos a fachada principal.

A entrada principal do edifício faz-se por um pórtico; faz frente com o rio, com as suas margens requalificadas. A norte temos a segunda entrada para o mercado e dá acesso aos serviços que se encontram ao nível da rua e à restauração, no piso superior.

O elemento marcante do edifício é o vazado central onde funcionam e estão expostas as bancas do mercado, que se assume como uma peça importante em todo o desenho do projeto, cujo pé-direito triplo se assume como um grande átrio, constituindo-se como o principal espaço do equipamento. Tem uma cobertura em forma de asa de borboleta sustentada pelos pilares. Para além de estrutural tem uma vertente compositiva. O pátio triangular permite a ventilação cruzada, o sombreamento e a redução passiva da temperatura dos espaços interiores bem como a iluminação zenital dos espaços. Sendo um edifício contemporâneo, pensou-se em dar expressão às fachadas, num jogo de volumes, cheios e vazios, numa conjugação de diferentes elementos de sombreamentos (brise-soleil) verticais nos restaurantes e horizontais nos serviços, de forma a criar uma fachada dinâmica, que protege o edifício da radiação solar e que facilita a ventilação transversal. Os materiais usados na construção são a base de betão e aço, na tonalidade que variam entre o cinzento, branco e o castanho, devido aos materiais empregues conferindo uma linguagem sóbria.

Relativamente aos programas, fez-se uma análise histórica da evolução dos mercados, a várias visitas feita as diversas lojas do cidadão, em especial a do Cacém - Sintra e alguns mercados e espaços comerciais, de modo a perceber as estratégias de atendimento de venda.



- Administração;
- Zona de cargas e descargas de mercadorias;
- Sala de controlo de entradas de mercadorias;
- Locais para armazenamento de mercadorias;
- Local para os lixos; frigorífico para o peixe;
- Frigorífico para os legumes e frutas;
- Banca de venda de peixe; legumes, frutas
- Ovos, flores e variados;
- Cinco talhos;
- 1 Depósito do mercado;
- Comércio e exposição de artesanato;
- Arrecadação dos materiais de limpeza;
- Instalações sanitárias para o público;
- Zonas técnicas;

Recepção;

2 Salas de espera;

2 Gabinetes;

Instalações sanitárias para o público;

Emissão de bilhetes de identidade, registo civil; de registo predial e automóvel;

Correios;

Serviços de telecomunicações; de água (contrato e pagamentos); de Eletricidade (contrato e pagamentos);

- 5 Salas espaços de refeições;
- 10 Zonas de confeção e venda de alimentos diversos;
- Dispensa;
- Instalações sanitárias para o público;
- Zona para eventos e esplanada com bancas de apoio;
- Arrecadação de materiais de limpeza;
- Arrecadação geral

Figura 76 Plantas equipamento. Fonte autor

Obs. Importa realçar que todas as bancas estão equipadas com zonas de lavagem de produtos, tendo havido a preocupação de separar as zonas de acordo a categoria dos produtos a serem vendidos. O espaço central foi destinado a vendas de legumes, frutas, cereais, farinhas e tubérculos; na ala da direita (corpo B) destinada à venda de peixe e à esquerda (corpo A) encontram-se as lojas de vendas de carnes e pequenas mercearias.

Relativamente às bancas temos dois módulos: Módulo 1 que contém uma componente fixa e outras amovíveis para venda de legumes e frutas. O módulo 2 que é inteiramente fixo para venda de peixe. Estes módulos foram pensados para receber 4 pessoas, virados para lados opostos e desenvolvem-se ao longo dos eixos de circulação.

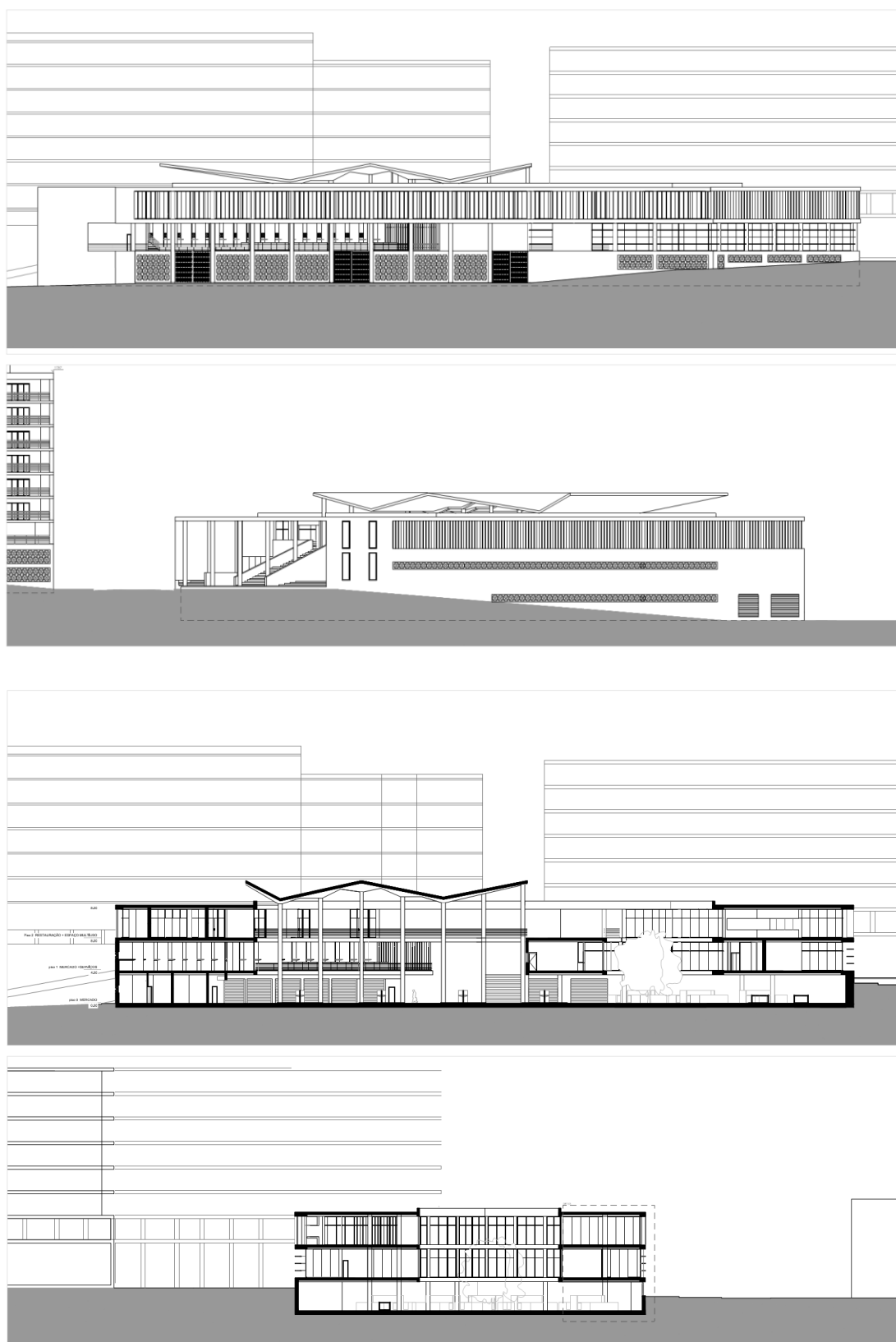


Figura 77 Alçados e cortes do equipamento. Fonte: autor

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida que motivou o tema deste Projeto Final de Mestrado está relacionado com a capacidade de um equipamento multifuncional se tornar num facto urbano para regenerar uma área vazia da cidade do Lubango. No percurso deste trabalho surgiram uma série de questões que tiveram que ser respondidas através de estudos e investigações que suportaram a proposta de intervenção urbana e arquitetónica.

A compreensão e a análise feita ao território onde se estava a intervir permitiu entender as particularidades históricas e sociais que integram hoje fenómenos que nos ajudaram na caracterização urbana e social da cidade. A análise aos estudos urbanos efetuados ao longo do tempo, permitiram uma compreensão da visão que apresentamos para a cidade.

A descrição dos fatos históricos, sociais e climáticos em si, foram importantes para a elaboração da proposta e para responder às inquietações apresentadas. Entretanto, foi também necessária uma abordagem ao tema da arquitetura moderna para entender que tipo de linguagem formal e compositiva deveria ter a proposta arquitetónica do equipamento multifuncional e dos edifícios habitacionais. O equipamento, sendo um edifício de carácter público, não é de todo errado que se apresente com uma arquitetura singular e de destaque, incorporando modelos de referência testados, sem que se faça réplica dos mesmos.

A visita efetuada, que se traduziu numa aproximação ao lugar foi imprescindível, permitiu descobrir como conectar esta nova parcela ao resto da cidade e perceber as valências e necessidades do local. Concluiu-se que, a Praça do Governo Provincial, conforme projetado nos planos anteriores, estava previsto um prolongamento devidamente valorizado. Esta visita de estudo foi também indispensável para a compreensão dos vários problemas urbanísticos, arquitetónicos e sociais que Lubango enfrenta.

Este projeto procura a resolução duma série de problemas gritantes, sendo um deles a carência de habitação, espaço e equipamentos públicos de qualidade, onde os edifícios propostos mantêm uma relação próxima com a malha existente.

Do ponto de vista urbanístico, o projeto urbano proposto para esta parcela da cidade responde, de certa forma, aos conceitos inerentes à cidade contemporânea de forma clara e objetiva, numa perspetiva, económica e social.

No projeto urbano estão dispostos vários edifícios habitacionais, cujas tipologias variam segundo as classes sociais, mais um equipamento multifuncional destinado à cidade, funcionando como um ponto importante no cruzamento das relações entre os vários estratos sociais e étnicos. As vias propostas são o prolongamento das existentes completando, deste modo, a malha da cidade proposta nos planos anteriores à independência, de forma a flexibilizar as ligações da nova parcela com o resto da cidade, no extremo norte.

Do ponto visto arquitetónico, os blocos habitacionais propostos obedecem à estética da linguagem contemporânea, mas com características muito próprias em termos construtivos, que expõem a leitura da cidade em termos geográficos e climáticos. Os vãos nas fachadas exteriorizam a métrica e repetição dos fogos com a clara aplicação do sistema modular.

Concluiu-se que os mercados sempre atuaram como um coração nas cidades ao longo da história, beneficiando de locais centrais e de extrema importância, movimentando a cidade e criando vivências. O estudo das referências (mercados) ajudou a compreender as características que, mesmo localizados em pontos distintos do globo, permitiu introduzir no projeto singularidades programáticas e formais que são indispensáveis nestes equipamentos.

No entanto, não foi ignorado que nos últimos anos os mercados têm sofrido intervenções de revitalização com a introdução de novos usos<sup>28</sup>, tais como: restauração, escritórios, serviços e espaços culturais, são os novos programas mais utilizados na reabertura de antigos mercados. Por esta razão, na elaboração desta proposta, pensou-se num programa misto, que integrasse os usos tradicionais, aliados aos novos, assegurando o funcionamento do edifício em várias horas do dia com um público-alvo mais alargado. Os mercados passam a ser equipamentos de extrema importância na malha da cidade, tanto a nível económico, como social. São mais do que comércio de proximidade, são também espaços de encontro e lazer, permitindo uma ligação contínua com o espaço público.

A estratégia do novo desenho de equipamento permite criar um espaço mais apelativo e multifuncional adaptado à cidade contemporânea. Entendemos que esta proposta tem como objetivo combater a descontinuidade e fragmentação que atualmente a cidade tem ao nível urbano, tirar o maior número possível de pessoas que fazem vendas de

---

<sup>28</sup> no caso concreto dos mercados antigos em Portugal

diversos produtos em locais impróprios e reduzir uma parte considerável de utentes dos serviços vitais da sociedade nos locais habituais.

No subcapítulo do clima foi referido que com temperatura média anual de 18°C, o Lubango é provavelmente a cidade com o clima mais ameno de Angola. No entanto isto não impediu que se apreendesse uma série de conhecimentos e estratégias que devem ser utilizadas quando se projeta em climas mais exigentes do território nacional: os elementos de sombreamento das construções, a ventilação transversal e até a própria construção foram fatores tidos em consideração na elaboração do projeto do equipamento e dos edifícios habitacionais.

Em suma, procurou-se através do Projeto de um Equipamento Multifuncional, revitaliza, regenerar e dar ao Lubango um caminho mais correto de fazer cidade, do que aquele que tem vindo a ser aplicado nos últimos anos. Realizou-se uma ligação desta nova parcela de cidade à restante, abrindo possibilidades ao que poderá vir a ser feito noutros locais da cidade. Quis manter-se a humanização dos espaços, a comunhão com a natureza, atribuindo uma qualidade urbana e arquitetónica das propostas apresentadas, em vez da segregação urbana presente nas centralidades.

## BIBLIOGRAFIA

- BERNARDINO, R. M. (2016). *(RE)DESENHO DE UM BAIRRO EM LUANDA O MERCADO TROPICAL COMO FACTO URBANO GERADOR DE NOVAS VIVÊNCIAS*. Lisboa: FAUL.
- BETTENCOURT, A. (2011). *Qualificação e Reabilitação de Áreas Urbanas Críticas: os musseques de Luanda*. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da UTL, Dissertação de Mestrado.
- BONITO, J. M. (2011). *ARQUITECTURA MODERNA NA ÁFRICA LUSÓFONA Recepção e difusão das ideias modernas em Angola e Moçambique*. Lisboa: Instituto superior técnico.
- CACHADO, R. Á. (2012). *Políticas de habitação e Construção Informal*. Lisboa: Mundos sociais.
- COELHO, A. B. (2013). *habitação para o maior número Portugal os anos de 1950-1980*. Lisboa: Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana e Câmara Municipal de Lisboa.
- COSTA, J. P. (2002). *Bairro de Alvalade um paradigma no urbanismo português*. Lisboa: Livros Horizonte.
- CRUZ, A. d. (2013). *Estudo comparativo entre o perfil linguístico do falante urbano do Lubango e do Huambo e suas implicações no ensino do Português, Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e humanas da Universidade nova de Lisboa. Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses/Especialidade de Ensino do Português.
- CRUZ, D. A. (2012). *Memórias de um Mercado Tropical O Mercado do Kinaxixe e Vasco Vieira da Costa*. Coimbra: Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra . Dissertação de Mestrado Inte.
- FADIGAS, L. (2010). *Urbanismo e Natureza-Os Desafios*. Lisboa: IDIÇÕES SÍLABO, LDA.
- FARIA, C. v. (2009). *As cidades na cidade-Movimentos sociais Urbanos em Setúbal 1966.1995*. Lisboa: Esfera do Caos Editores LDA.
- FAZIO, Michelb. (2011). *A História da Arquitectura Mundial*. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda.
- FERNANDES, J. M. (2013). *PORTUGAL BRASIL E ÁFRICA Urbanismo Arquitectura do ecletismo ao modernismo*. Lisboa: Universidade autónoma de Lisboa.
- FERNANDES, J. M. (2015). *Luso Africana Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: caleidoscópio.



- FERNANDES, N. (2013). *Qualificação Urbana como Valorização da imagem da cidade Contributo do espaço público para a inserção socio-urbanística*, . Lisboa: Faculdade de arquitetura, Universidade de Lisboa.. Dissertação de Mestrado.
- FONTE, M. M. (2007). *Urbanismo e Arquitetura em Angola- de Norton de Matos à Revolução*. Lisboa: Faculdade de arquitetura, Universidade de Lisboa. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico .
- FRAMPTON, k. (2000). *História Crítica da Arquitetura Moderna*. Sao Paulo.
- FRANCISCO, M. A. (2013). - *Desafios do Desenvolvimento e do Ordenamento do Território na Província do Namibe (Angola)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e humanas, da Universidade nova de Lisboa. 2013. Dissertação de Mestrado.
- GUEDES, M. C. (2011)). *Arquitetura Sustentável em Angola-Manual de Boas Práticas*. SURE-África: CPLP.
- LAMAS, J. M. (2004). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. 3.<sup>a</sup> ed. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEFEBVRE, H. (2001). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro.
- LOURO, Margarida. (2009). - *Casa para um Planeta Pequeno - Projeto Angola Habitar XXI*. Lisboa: Lisboa Pixelprint,.
- OPPENHEIMER, J. (2007). *Subúrbios de Luanda e Maputo*. 1<sup>a</sup> ed. : . p. 174-218. Lisboa: Colibri,.
- PADRÃO, F. C. (1998). *A colonização do Sul de Angola: 1485 - 1974*. Mira-Sintra: Gráfica Europam Lda.,.
- PORTUGAL, F. A. (2014). *A revitalização dos mercados retalhistas: o Mercado de Alvalade Norte como proposta de intervenção*. Lisboa: universidade Lusíada de Lisboa.
- QUINTÃ, M. (2009). *arquitetura e clima, geografia do lugar: Luanda e a obra de Vasco Vieira da Costa*. lisboa: Rocha artes Gráficas.
- RAPOSO, I. (2012). Sinais de Modernidade na arquitetura popular em Luanda. *Prado*.
- RAPOSO, Isabel . (2012). *Bairros de génese ilegal: metamorfoses dos modelos de intervenção.A Cidade Entre Bairros*. Lisboa.: Caleidoscópio.
- SILVA, A. M. (2011). *REQUALIFICAÇÃO URBANA O exemplo da intervenção Polis em Leiria*. COIMBRA: FACULDADE DE LETRAS DE COIMBRA.
- SILVA, F. V. (2015). *Blocos Residenciais Modernos da Unidade de Vizinhaça nº1 do Bairro do Prenda em Luanda. Morfologia e Tipologia na Torre de 12 Pisos*. Lisboa: Universidade Lusíada de Lisboa.
- SILVANO, F. (2010). *Antropologia do espaço*. odivelas: guide Artes Gráficas, Lda.

TRINDADE, A. J. (2000). *O Fenómeno Urbano na África Subsaariana: o caso de Luanda*. Lisboa: ISCSP.

VAZ, L. F. (2002). *Modernidade e Moradia habitação coletiva no Rio de Janeiro sec XIX e XX*. Brasil: viveiros de castro editora Ltda.

VIEGAS, S. (2015). - *Luanda Cidade (im) Previsível? Governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de Intervenção e resistências no novo milénio*. Lisboa: Dissertação de Doutoramento, Faculdade de arquitetura, Universidade de Lisboa.

## LEGISLAÇÃO

DGOTDU – *Glossário de Desenvolvimento Territorial: Conferência europeia dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território do conselho da Europa (CEMAT)*. Lisboa: DGOTDU, 2011.

DGOTDU – *Proposta de projeto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial*, Lisboa: DGOTDU, 2008.

### LEI\_TERRAS\_ANGOLA

Lei n.º 9/04 De 9 de Novembro

Carta de Atenas (1931) Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos Serviço Internacional de Museus, Atenas, 21 a 30 de outubro de 1931.

Regulamento Geral das Edificações Urbanas Angola

## ANEXOS

Anexo 1 – Vista da cidade do Lubango;

Anexo 2 – Imagens do local de estudo

Anexo 3 – Obras de Referência;

Anexo 4 – Fotografias das maquetes (estudo e final);

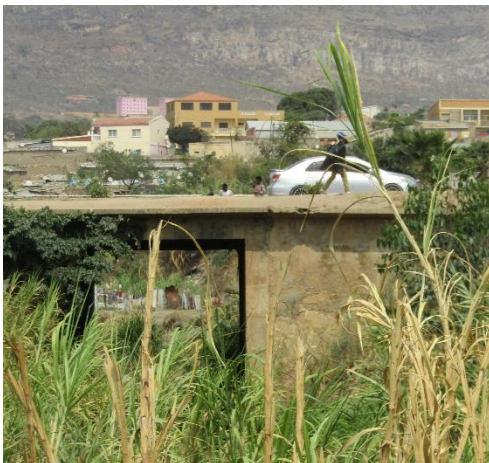
Anexo 5 – Conjunto de peças desenhadas.

## Anexo 1 – Vista da cidade do Lubango;



## Anexo 2 – Imagens do local de estudo







### Anexo 3 – Obras de Referência; Conjunto habitacional



Conjunto Habitacional da avenida Infante Santo 1953 (Prémio Municipal 1956) -Alberto Pessoa (1919-1985) e Hernâni Gandra (1914-1988), a que se associa João Abel Manta (1925).



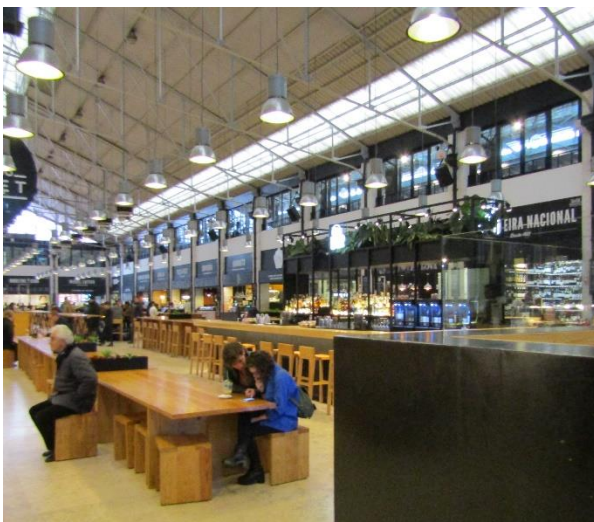
O Bairro das Estacas 1949 /1955-Sebastião Formosinho Sanchez (1922-2004) e Ruy Jervis d'Athouguia (1917-2006), (premiado na Bienal de São Paulo em 54 e prémio Municipal em 1954)



O conjunto de blocos perpendiculares á via do lado E da Av. dos EUA 1955/58 (Prémio Municipal 1957) João de Barros Vasconcelos Esteves (1924-), Pedro Anselmo Freire Braamcamp Cid (1925/83) e Manuel Maria Cristóvão Laginha (1919/85)

## Mercados

### Mercado da Ribeira, Lisboa



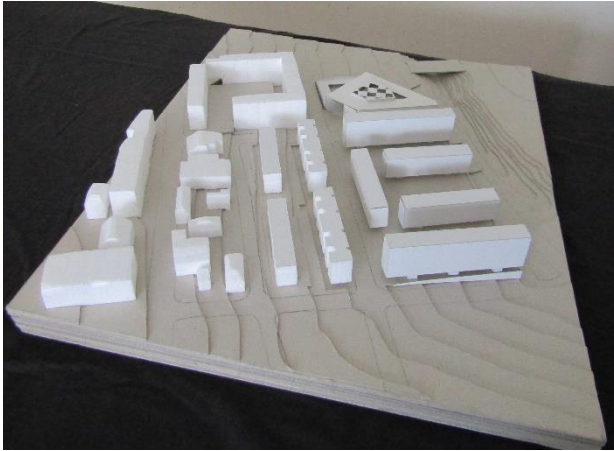


Mercado de Campo de Ourique, Lisboa

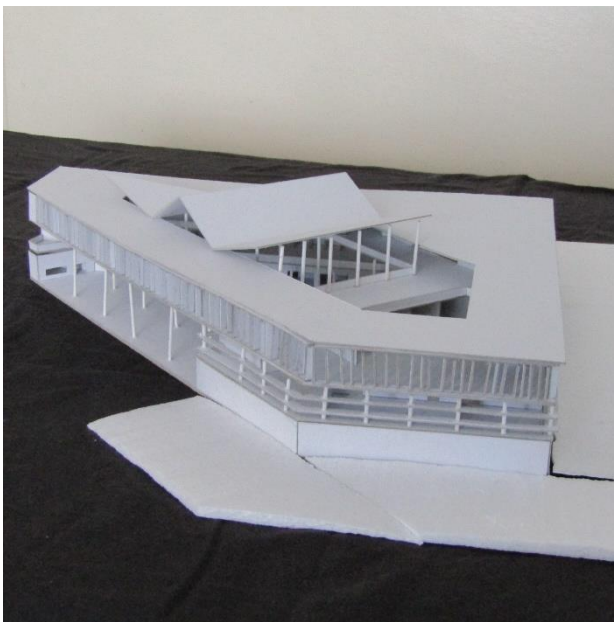


Anexo 4 – Fotografias das maquetes;

Estudo-Plano urbano



Estudo-Equipamento

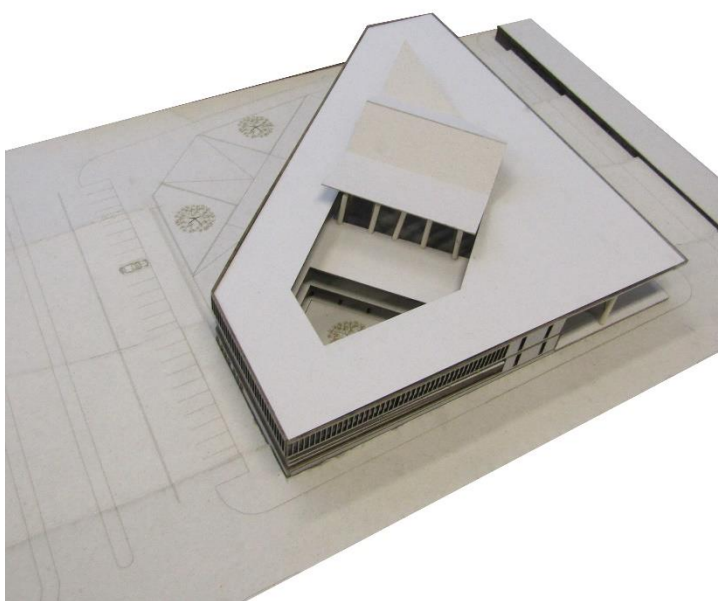
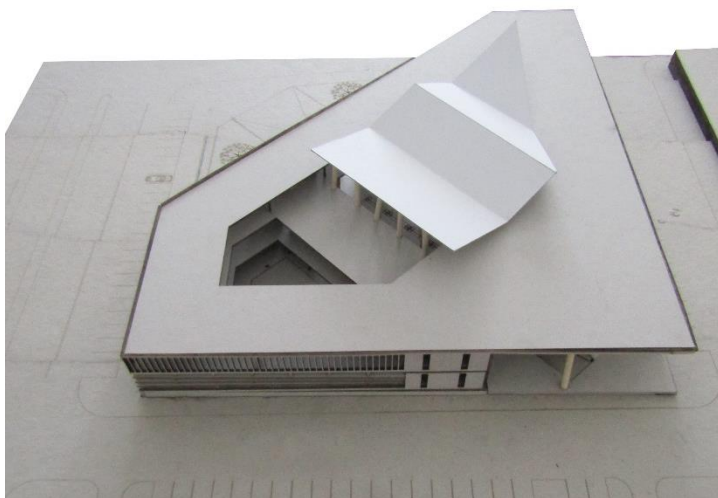


Final-Plano urbano



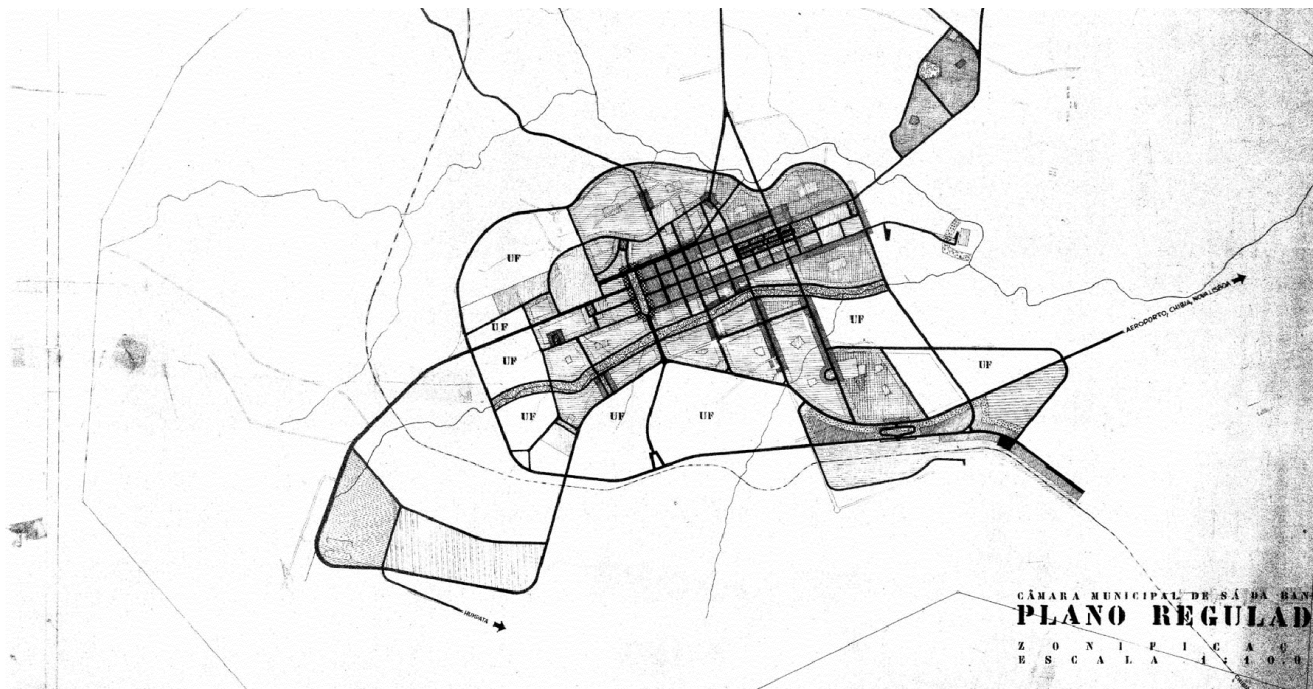


## Final-Equipamento



---

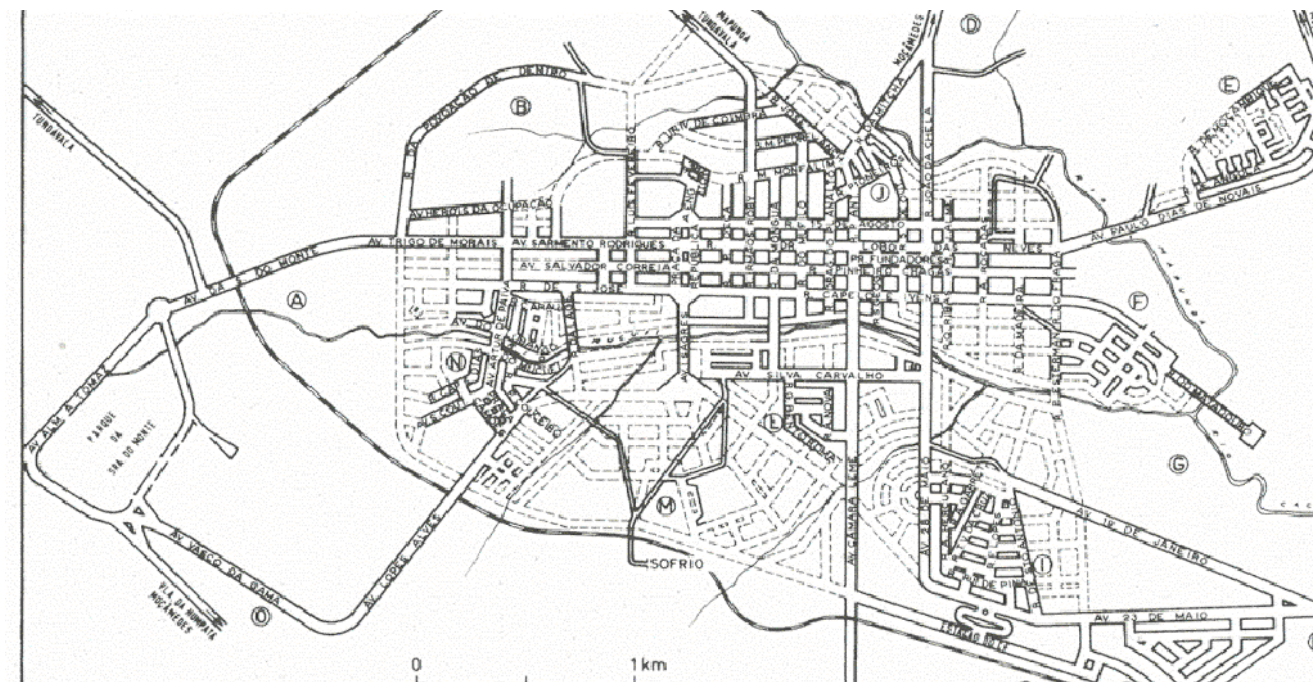




PLANO REGULADOR DE SÁ-DA-BANDEIRA  
FONTE: CÂMARA DE SÁ-DA-BANDEIRA



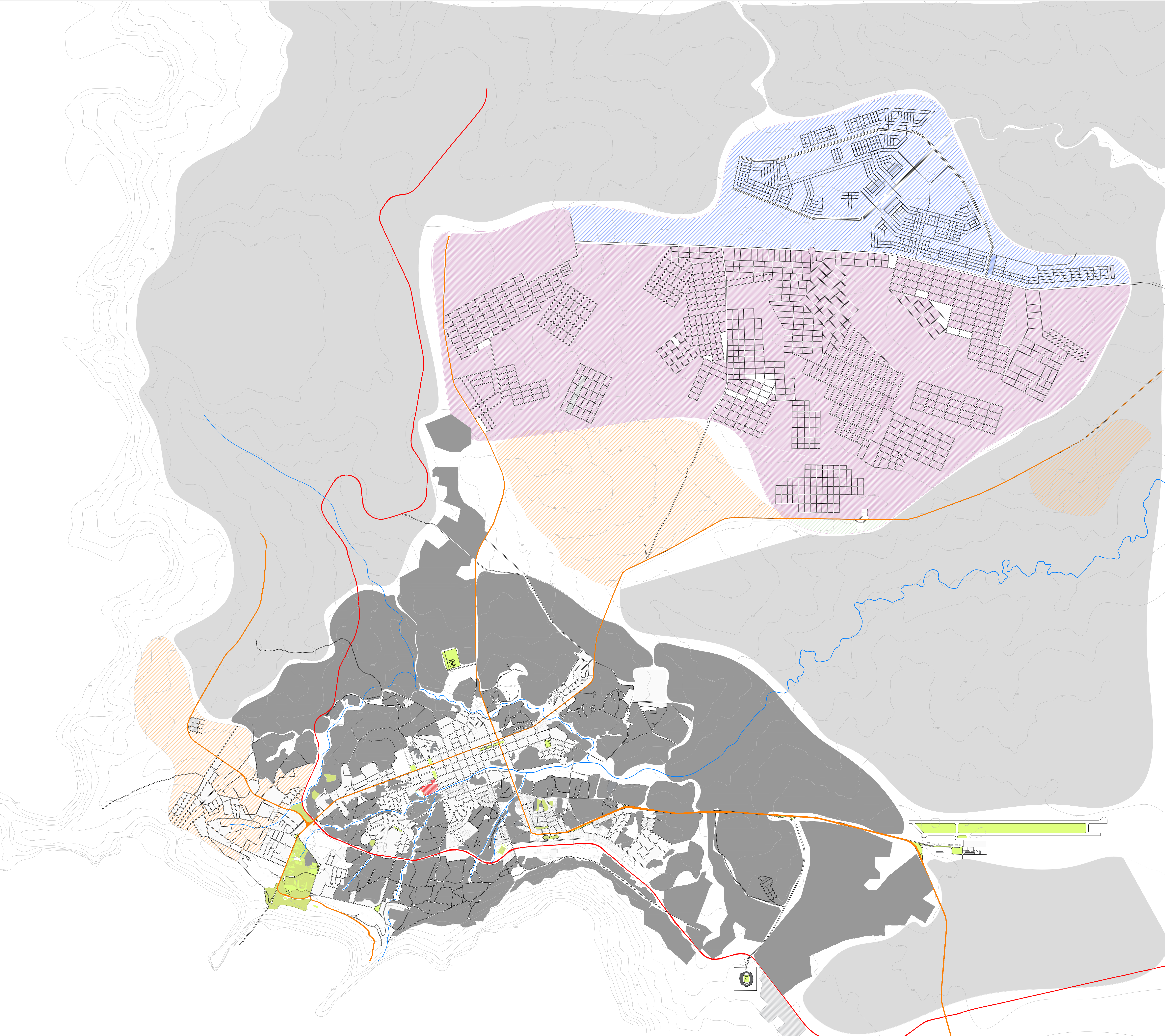
PLANO GERAL DE URBANIZAÇÃO DE SÁ-DA-BANDEIRA (ANOS 60)  
FONTE: GABINETE DE URBANIZAÇÃO COLONIAL, ARQ. JOÃO ANTONIO DE AGUIAR



PLANTA DE SÁ-DA-BANDEIRA (ANOS 70)  
HTTP://SANDULART.BLOGSPOT.PT/2010/09/22\_ARCHIVE/HTML



CARTOGRAFIA DE SÁ-DA-BANDEIRA  
FONTE: INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXERCITO, LISBOA



ESC 1:25000

EVOLUÇÃO URBANÍSTICA



VISTA PARCIAL DA CIDADE DO LUBANGO



VISTA PARCIAL DA CIDADE DO LUBANGO



VISTA PARCIAL DA CIDADE DO LUBANGO



NOVA CENTRALIDADES





VISTA DA PRAÇA DO GOVERNO PROVINCIAL



VISTA LOCAL DE INTERVENÇÃO 01



VISTA LOCAL DE INTERVENÇÃO 02



PRAÇA JOÃO PAULO II



ÁREA DE INTERVENÇÃO -APROXIMADAMENTE 3 HECTARES

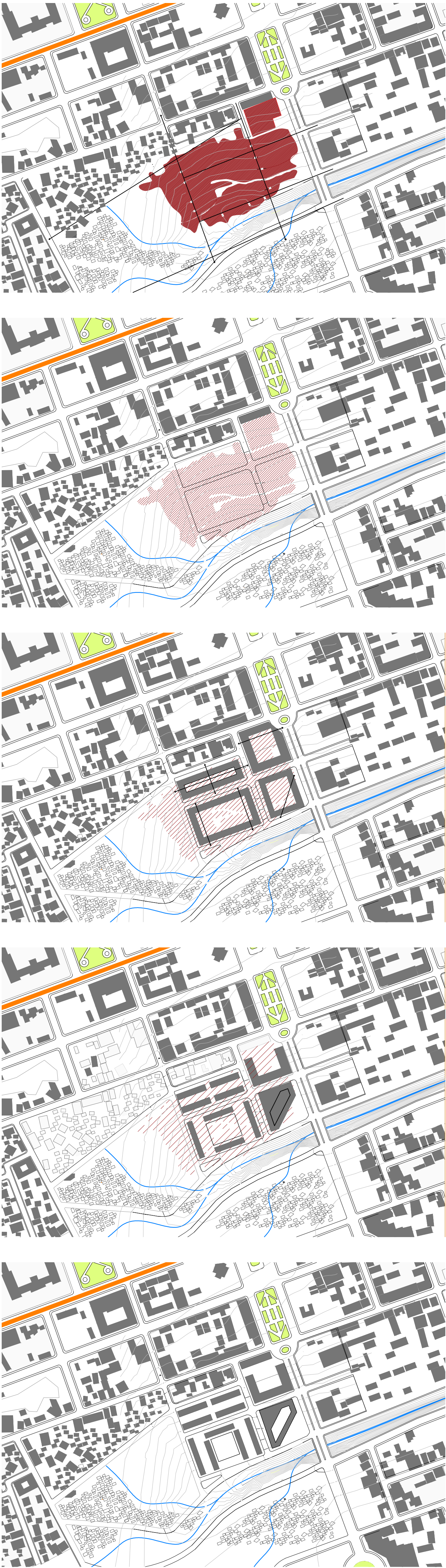
- 1- REPARTIÇÃO DE FINANÇAS
- 2-UNIVERSIDADE MANDUME
- 3- INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIA DE EDUCAÇÃO ( ISCED)
- 4- GRANDE HOTEL DA HUILA
- 5- HOSPITAL CENTRAL
- 6- CORREIOS
- 7- BANCO NACIONAL DE ANGOLA (BNA REPRESENTAÇÃO HUILA)
- 8- PALACIO DO GOVERNO PROVINCIAL
- 9- MATERNIDADE

- 10- LARGO DO GOVERNO PROVINCIAL
- 11- ADMINISTRAÇÃO PROVINCIAL
- 12- COMITE PROVINCIAL DO PARTIDO ( MPLA)
- 13- COMANDO PROVINCIAL DA POLICIA
- 14- ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DELEGAÇÃO HUILA)
- 15- MERCADO MUNICIPAL DO LUBANGO
- 16- TRIBUNAL
- 17- DELEGAÇÃO PROVINCIAL DA EDUCAÇÃO
- 18- IDENTIFICAÇÃO

- 19- NOTÁRIO
- 20- ASSEMBLEIA
- 21- REGISTO CIVIL
- 22- DELEGACIA DA SAÚDE
- 23- DELEGAÇÃO DA CULTURA
- 24- LARGO DA SÉ
- 25- IGREJA CATOLICA ( SÉ CATEDRAL)
- 26- PRAÇA JOÃO PAULO II

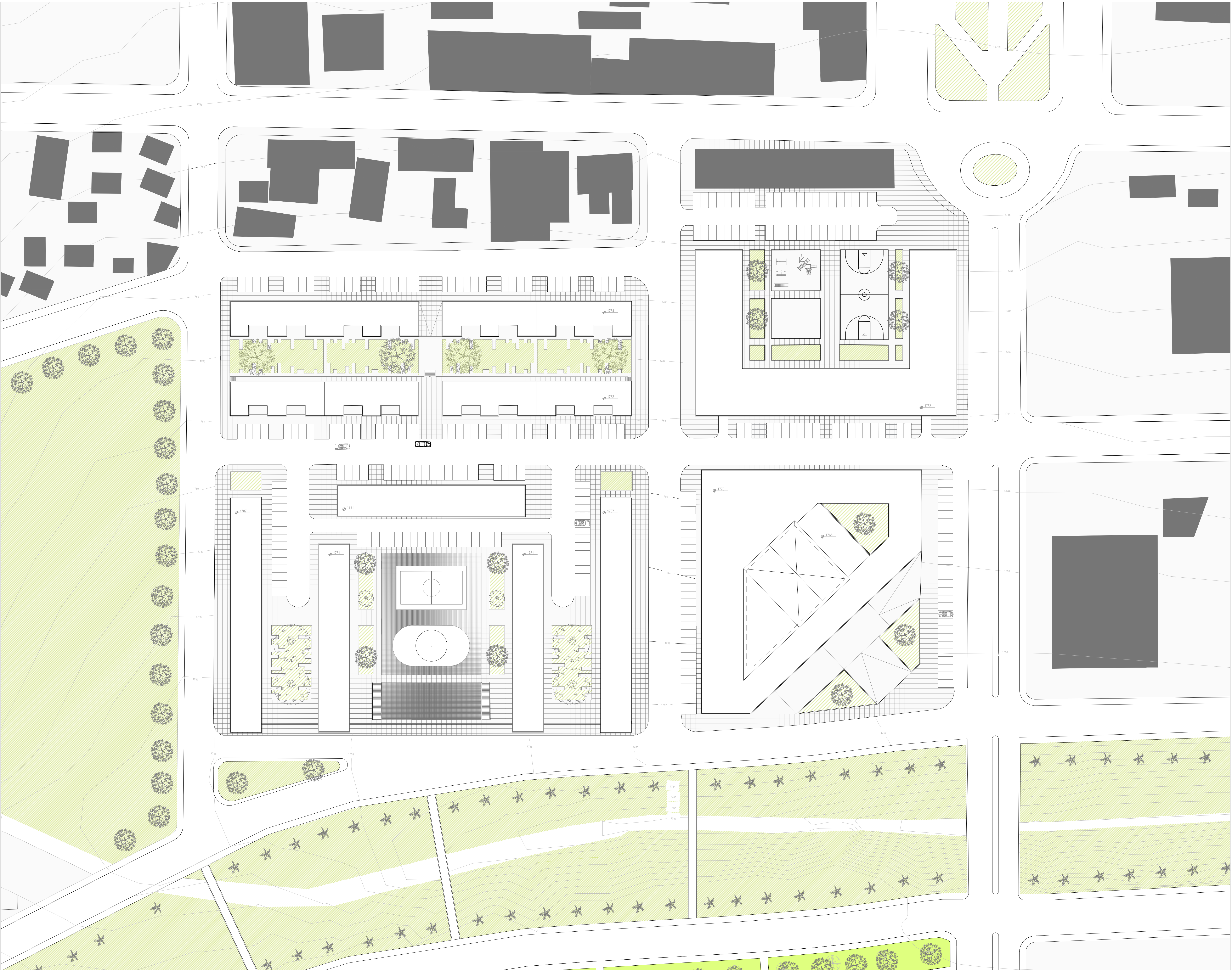
ESC 1:5000



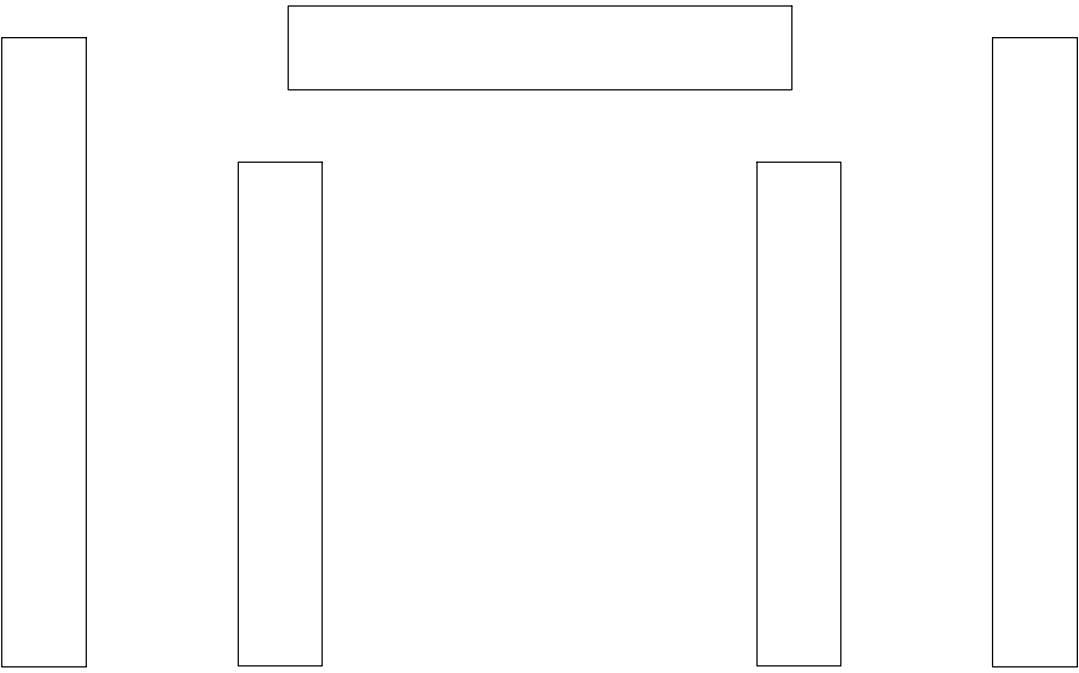


EVOLUÇÃO URBANA

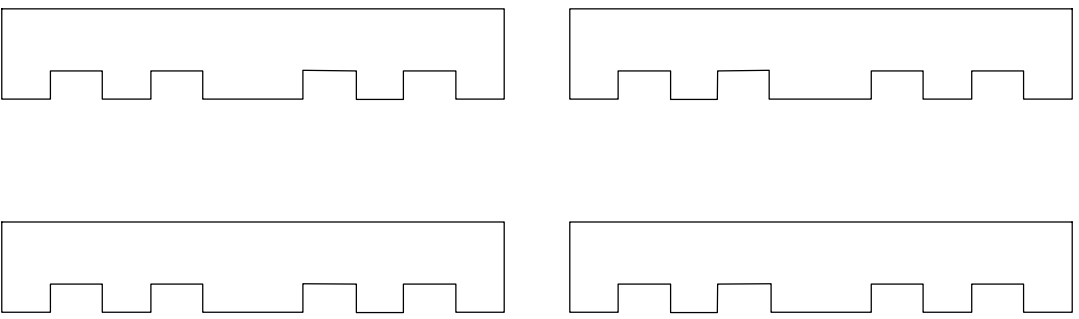
Esc 1. 5000



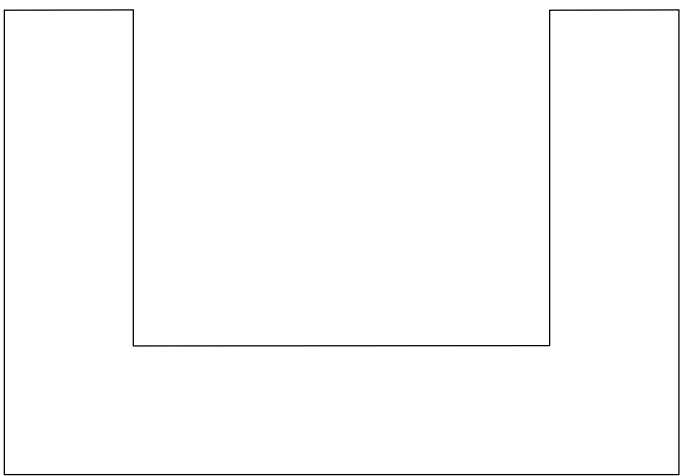
Esc 1. 500



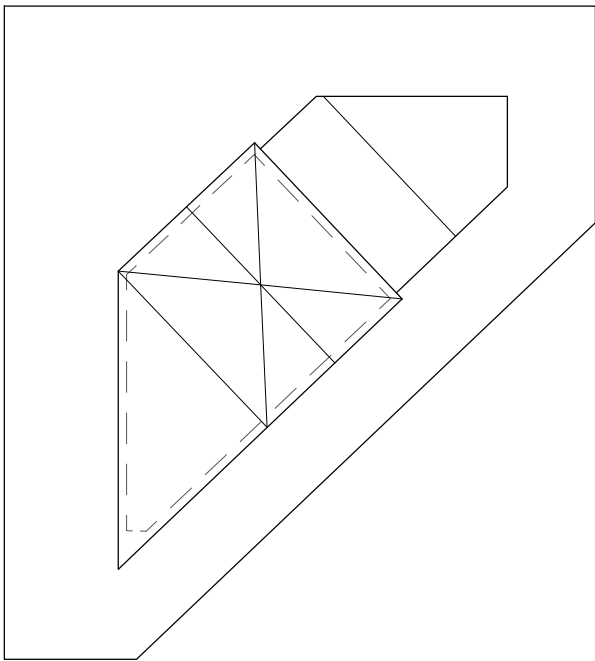
EDF 1-HABITAÇÃO  
USOS -HABITAÇÃO + SERVIÇOS  
TIPOLOGIA- T1 a T4  
Nº PISOS- 5 a 7  
CLASSE - RENDIMENTO BAIXO



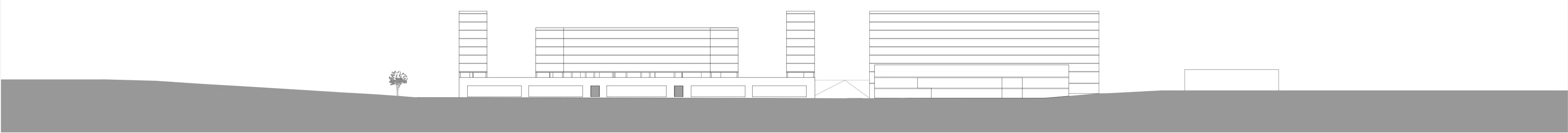
EDF 2-HABITAÇÃO  
USOS -HABITAÇÃO  
TIPOLOGIA- T1 a T4  
Nº PISOS- 6  
CLASSE - RENDIMENTO MÉDIO



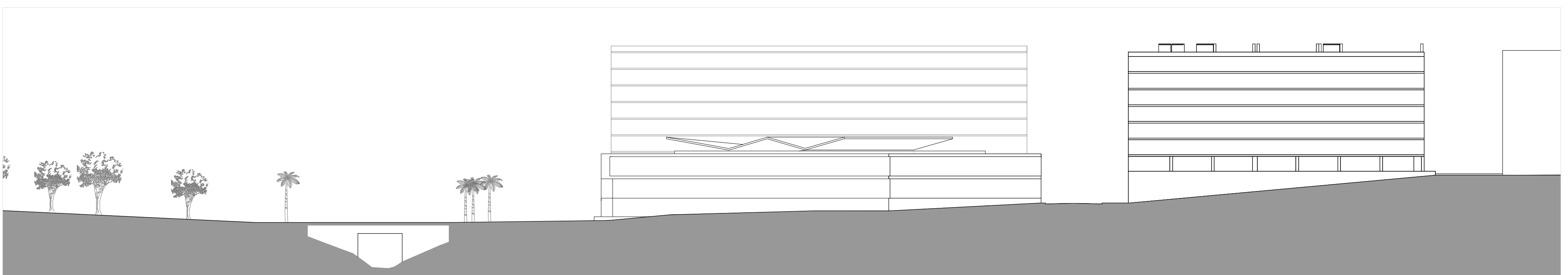
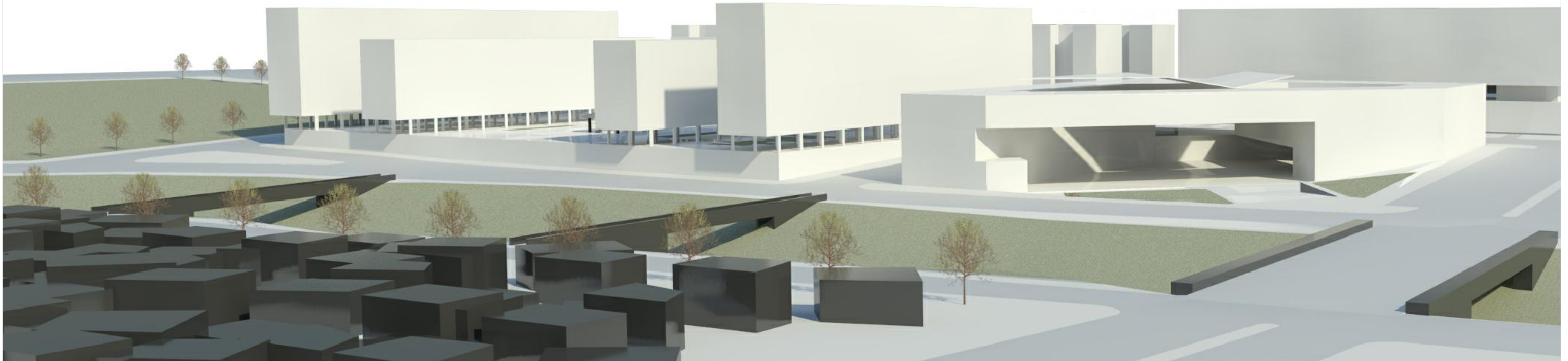
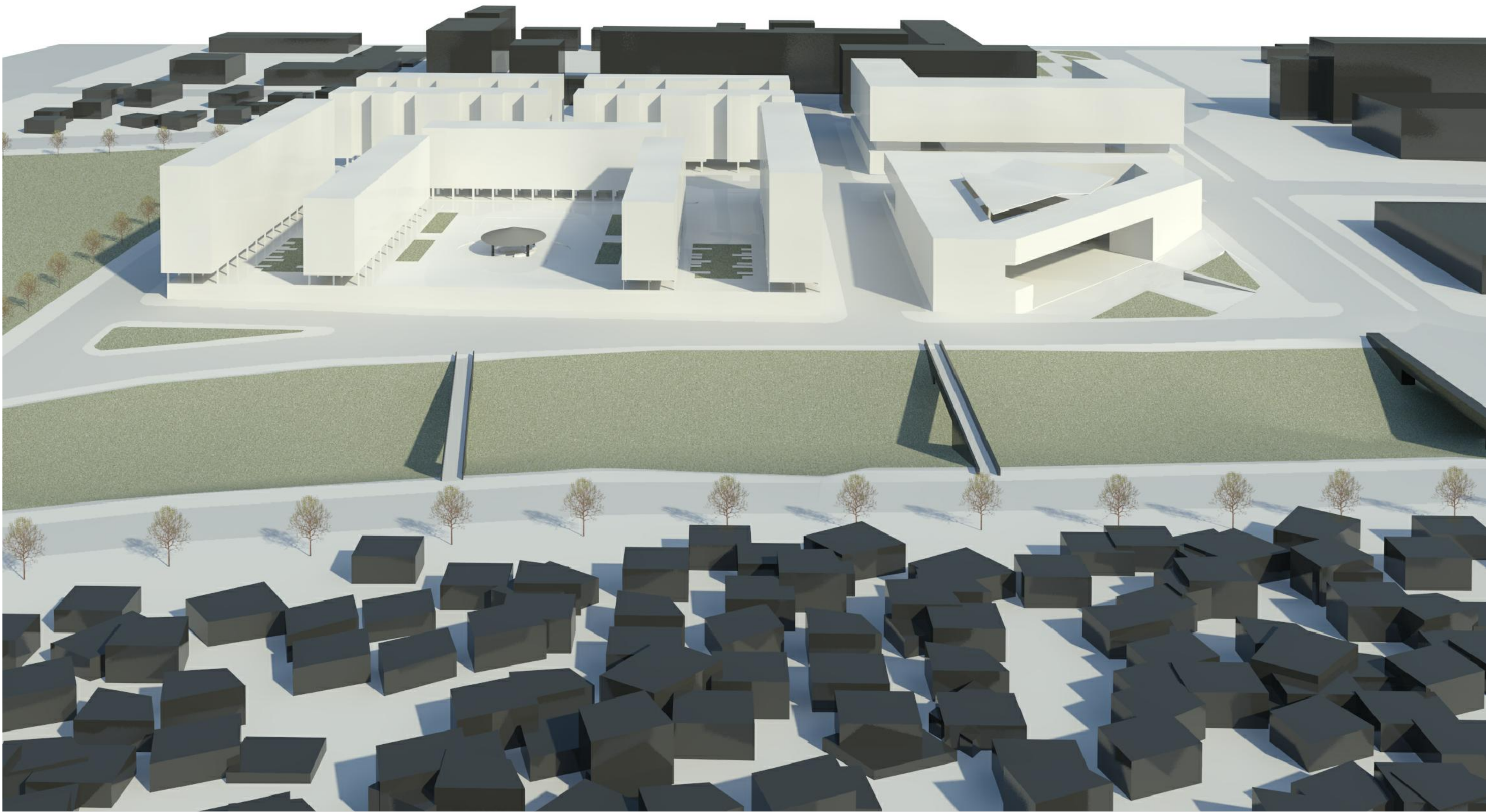
EDF 3-HABITAÇÃO  
USOS -HABITAÇÃO + SERVIÇOS  
TIPOLOGIA- T1 a T5  
Nº PISOS- 6  
CLASSE - RENDIMENTO ALTO



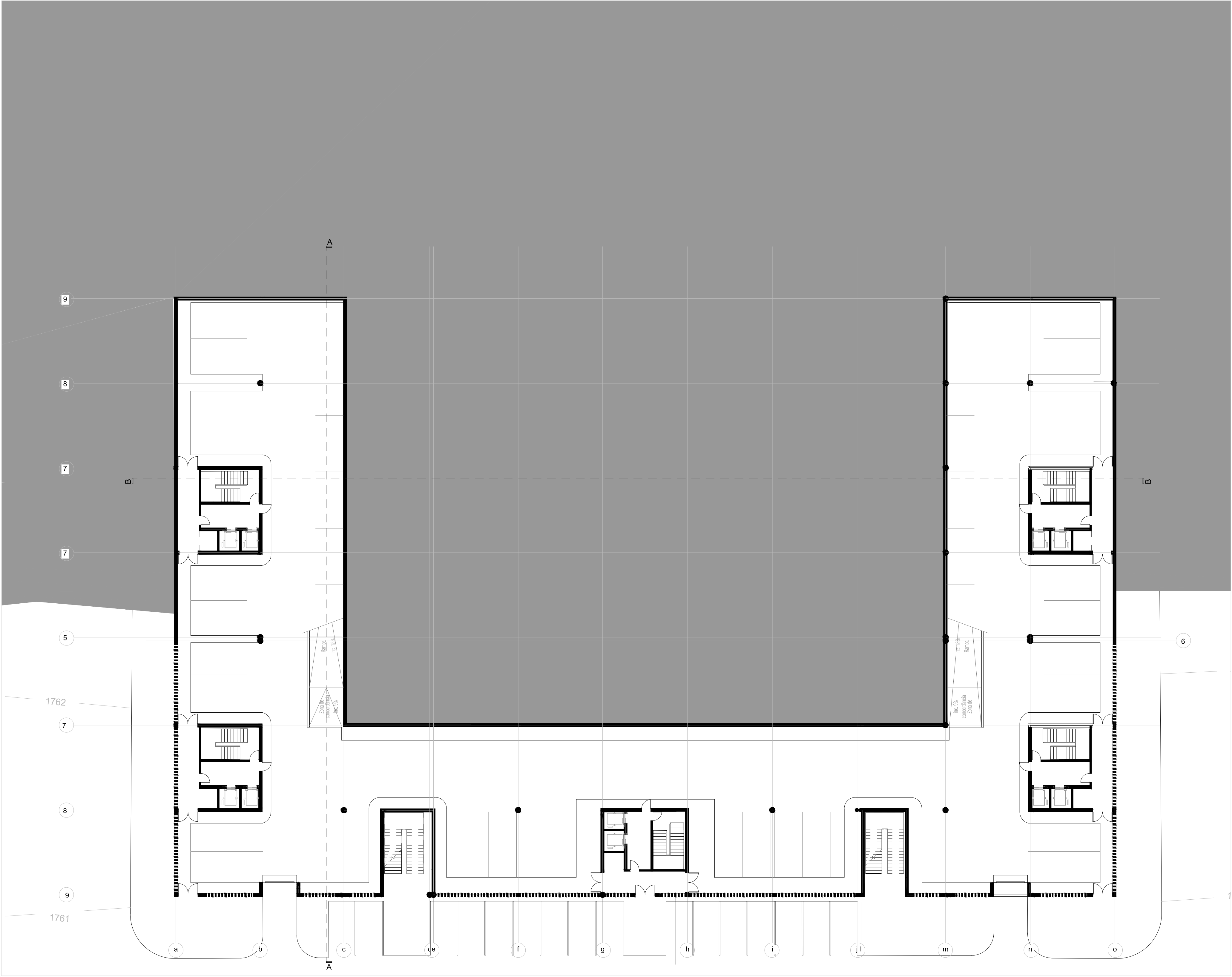
EDF 4- EQUIPAMENTO MULTIFUNCIONAL  
USOS - MERCADO (PISO 0 +1)  
SERVIÇOS (PISO 2)  
RESTAURAÇÃO (PISO 3)  
Nº PISOS- 3



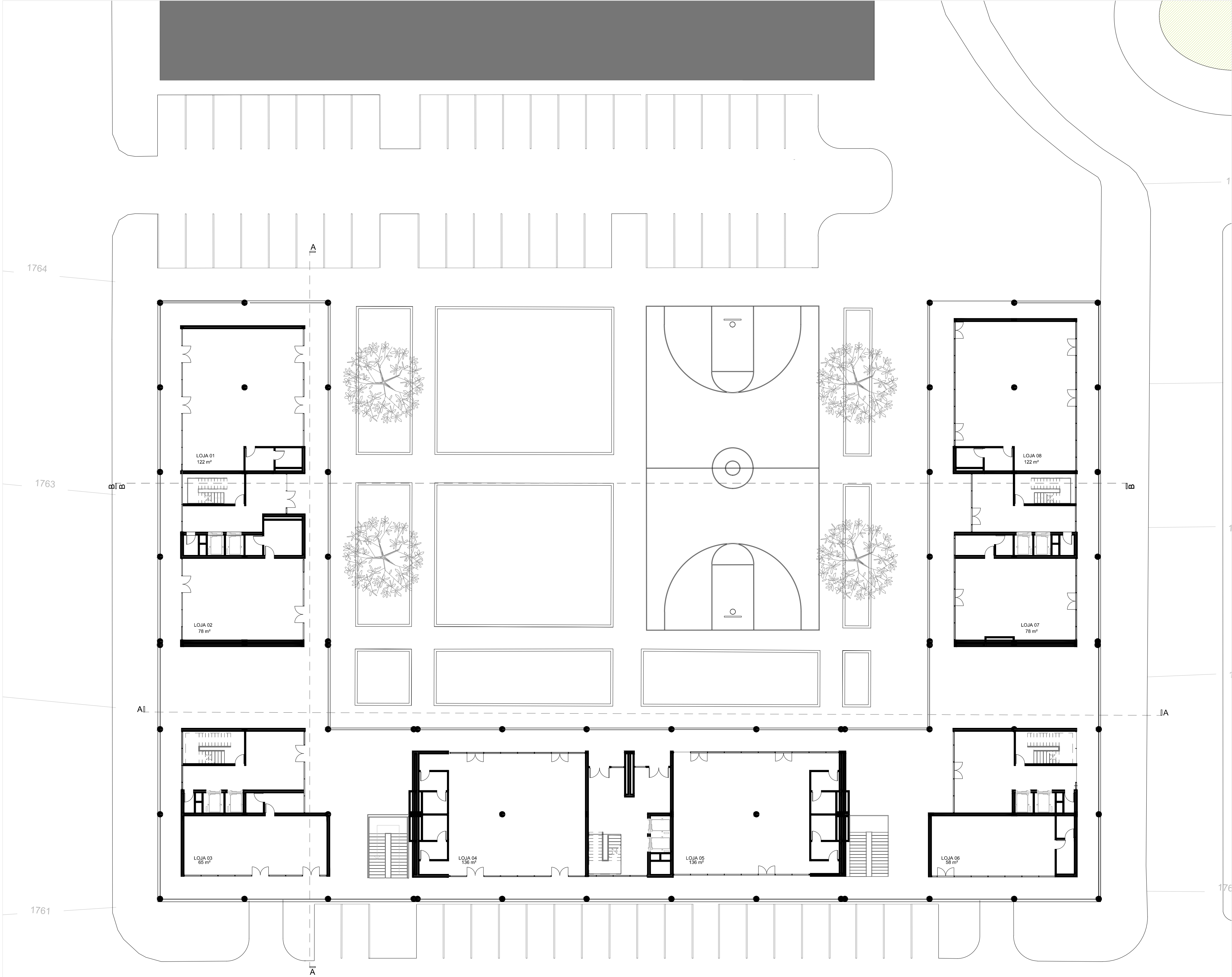








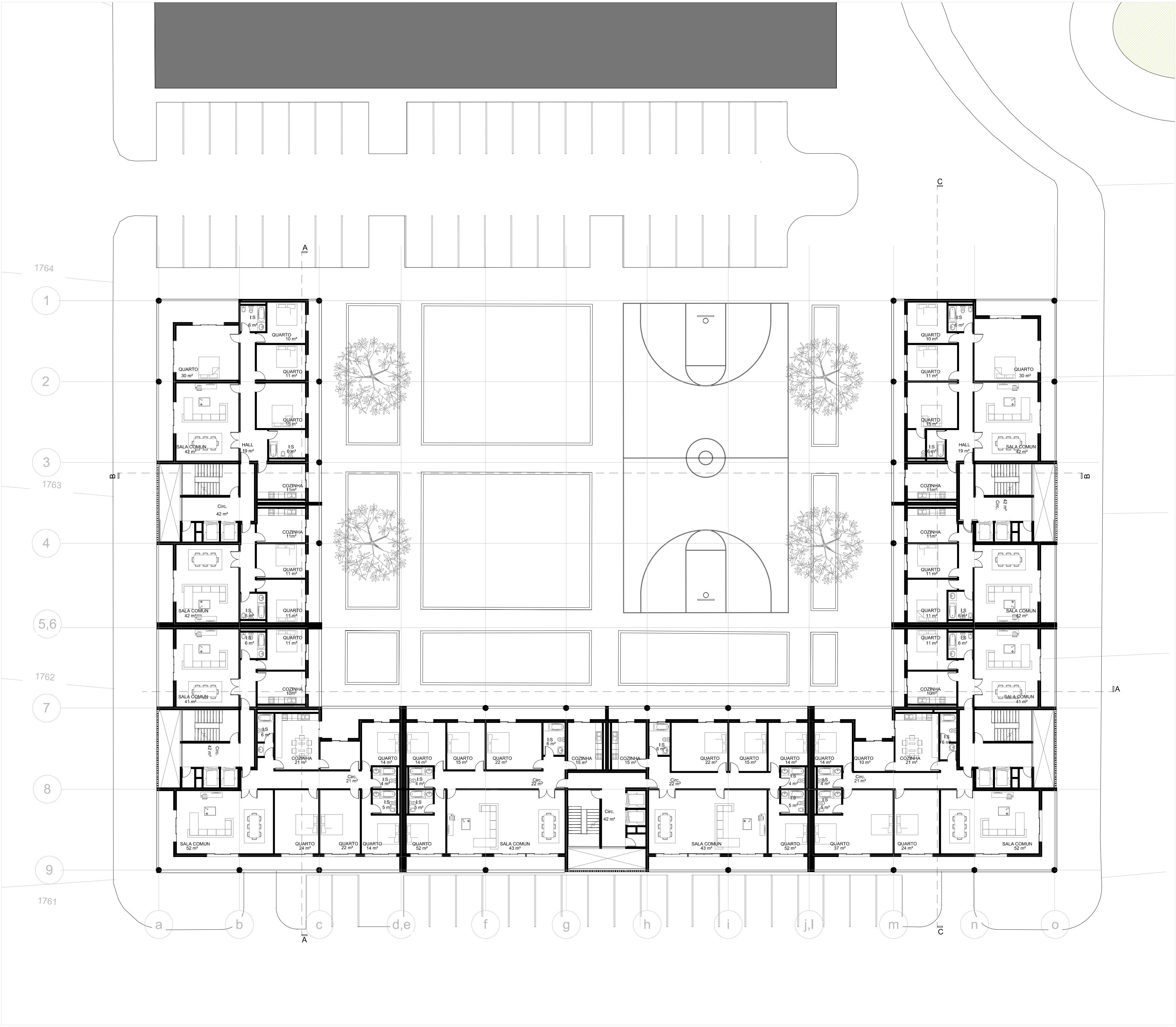
PLANTA DE ESTACIONAMENTO Esc: 1/200



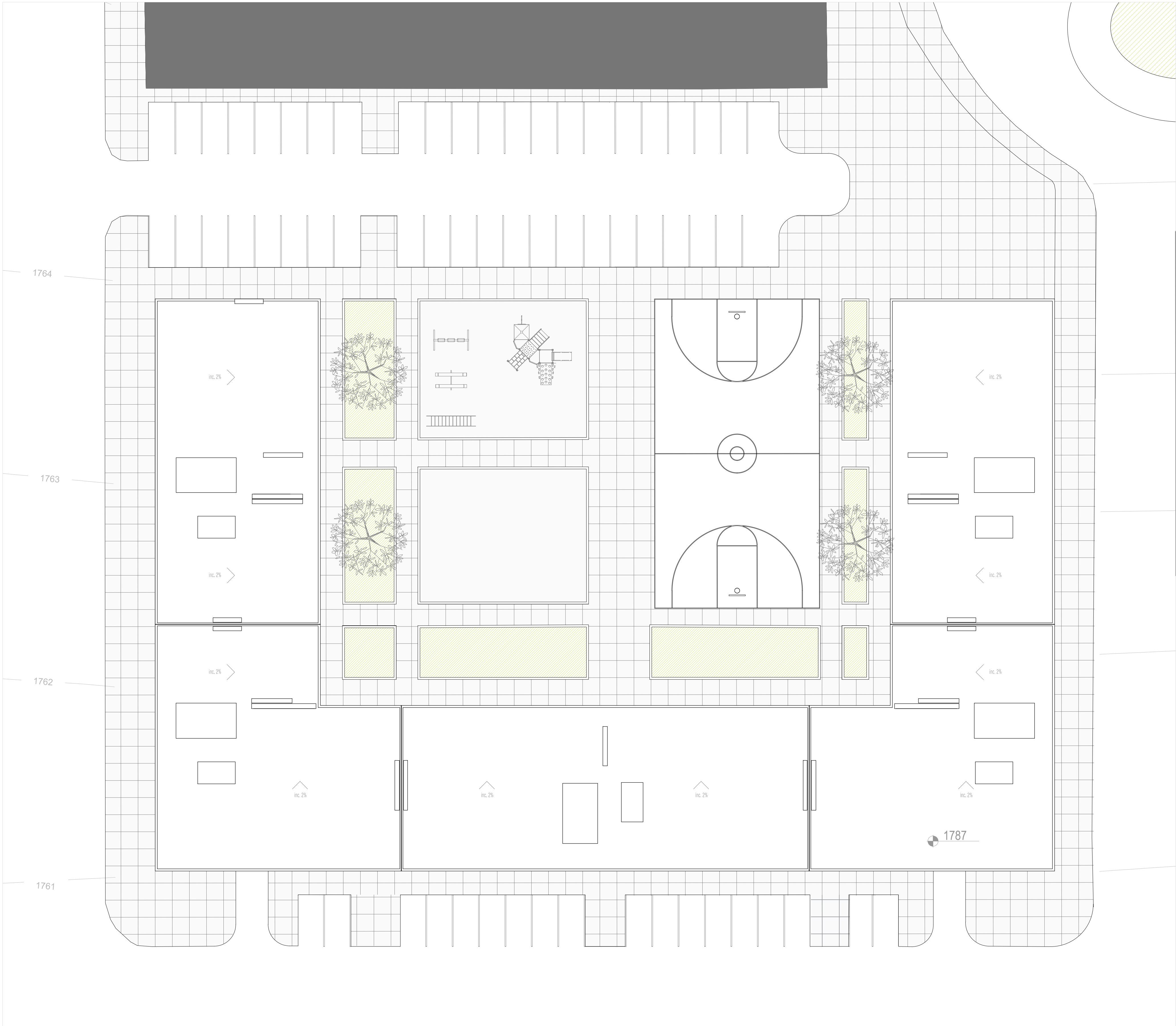
PLANTA DE LOJAS Esc: 1/200



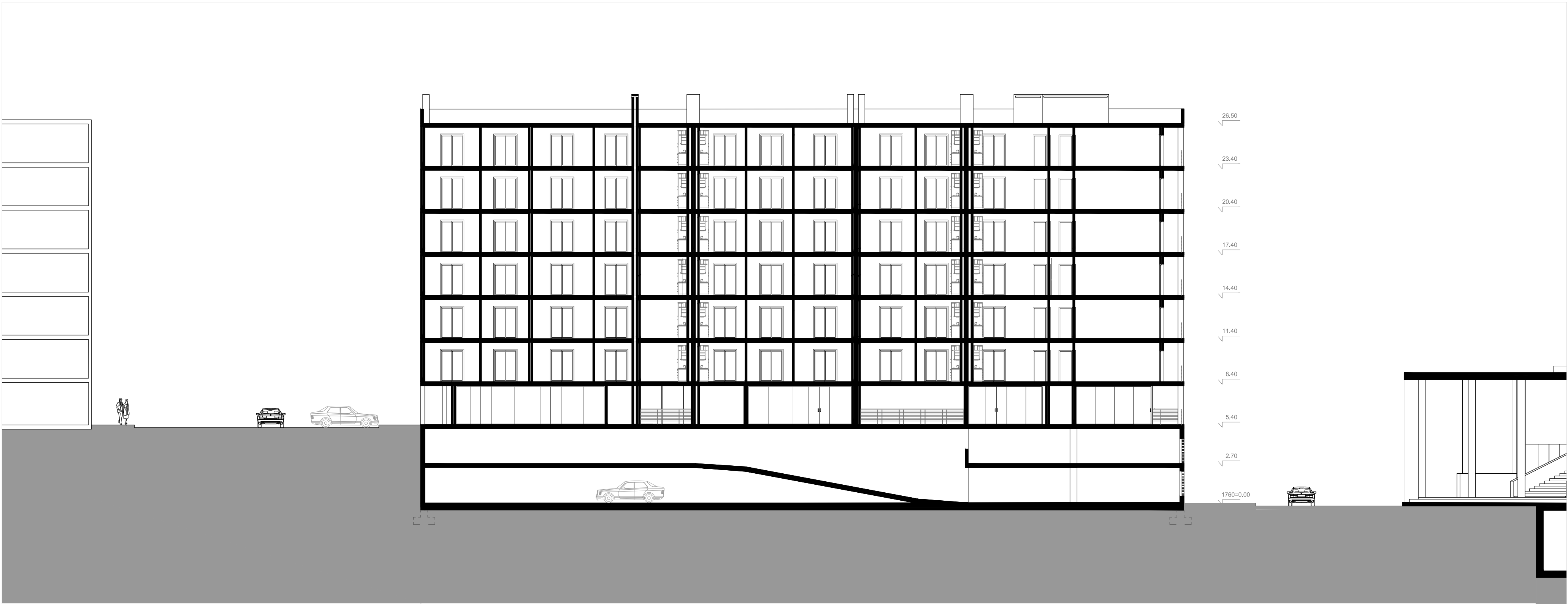




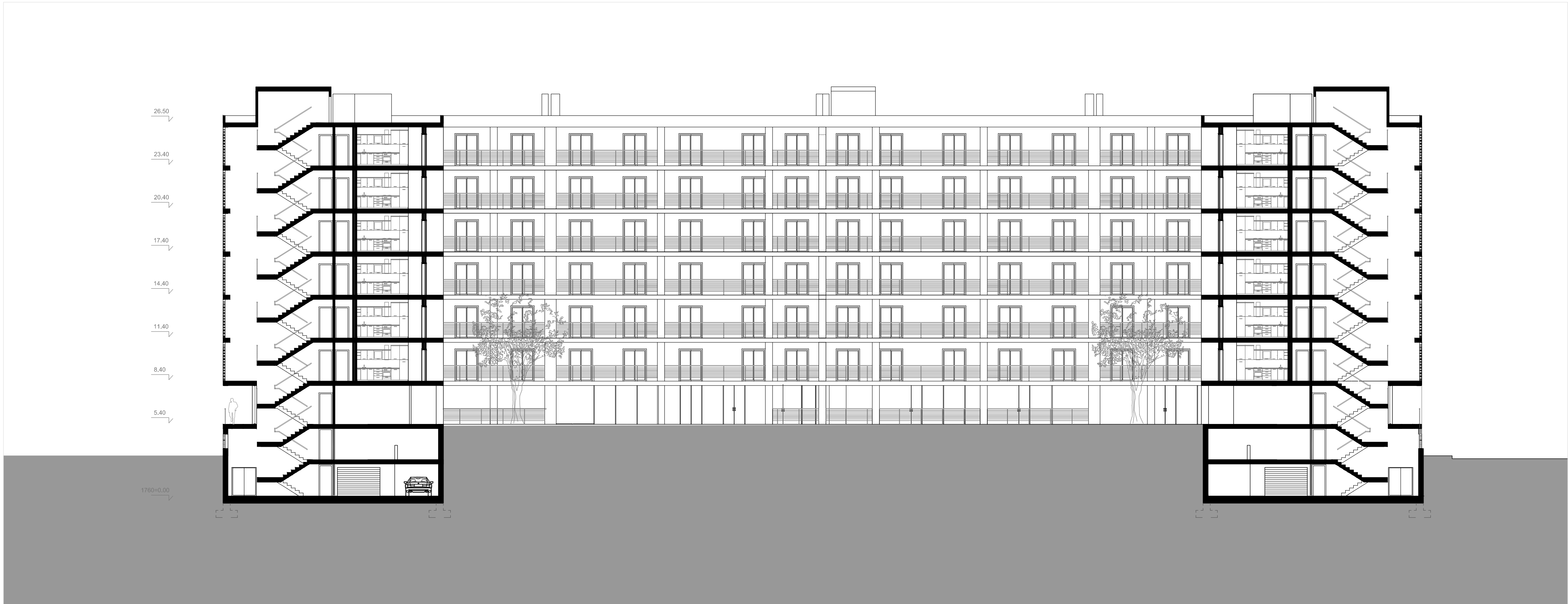
PLANTA DE TIPOLOGIAS (T1 a T5)- Esc 1/200



PLANTA DE COBERTURA- Esc 1/200

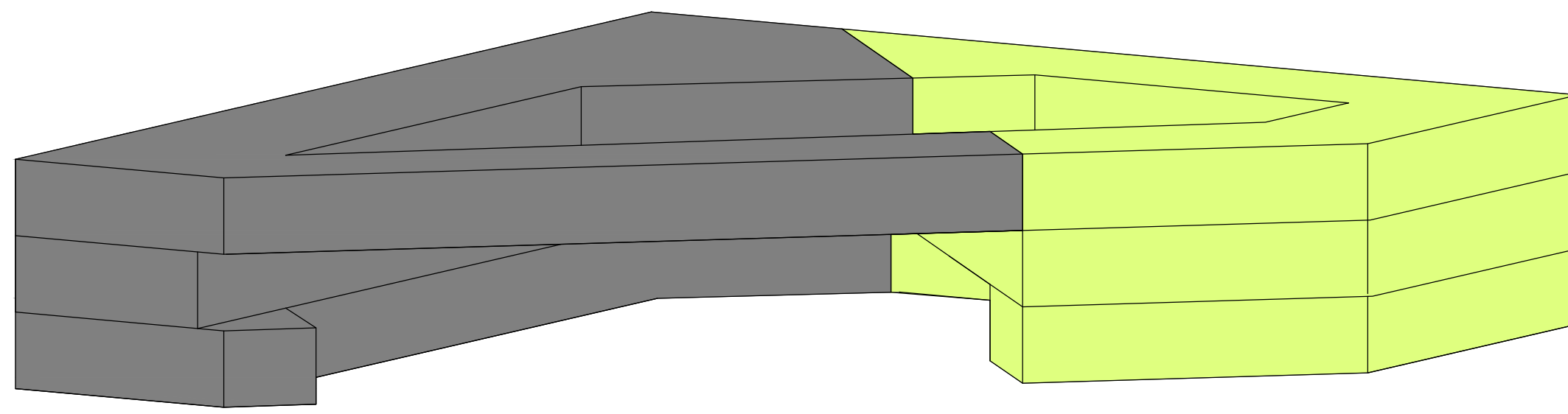


CORTE AA- Esc 1/200

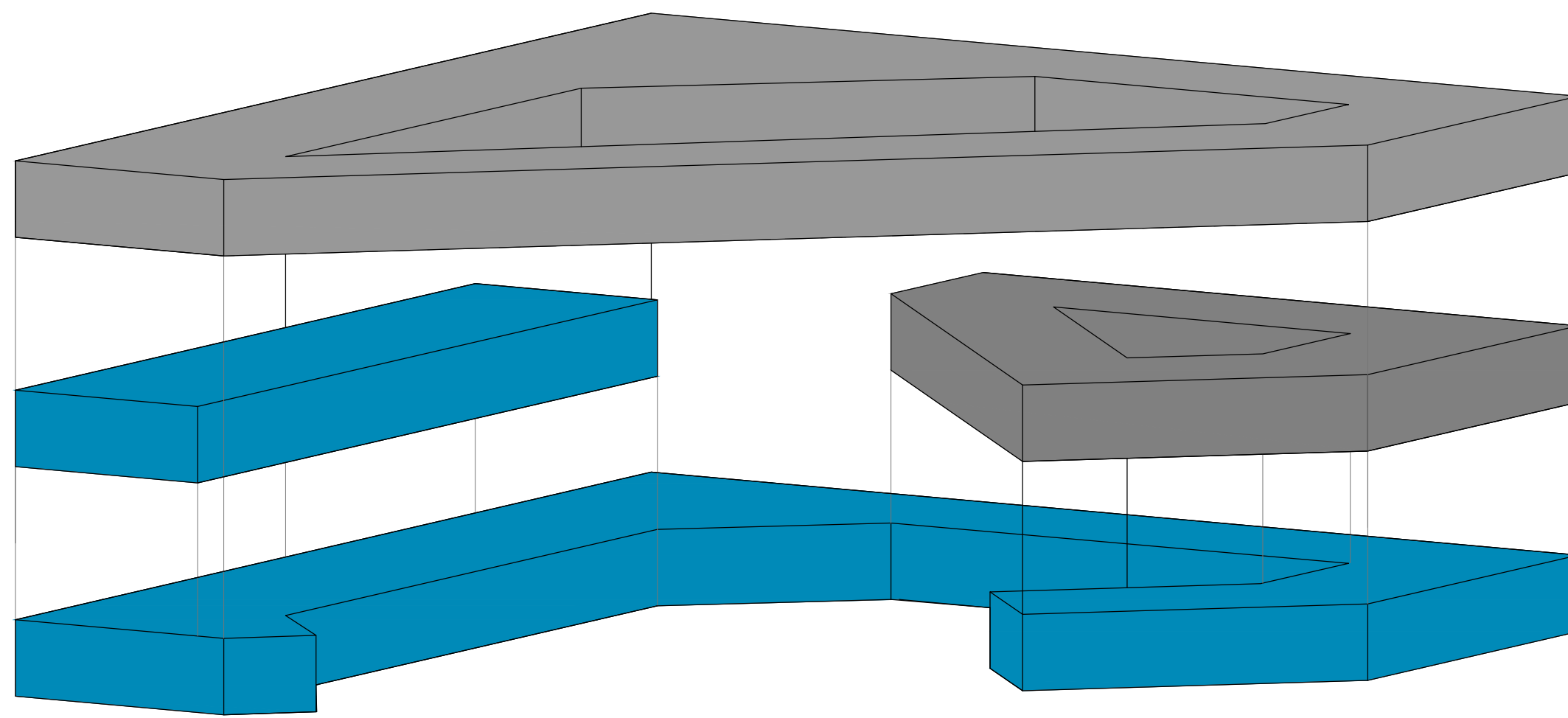


CORTE BB- Esc 1/200





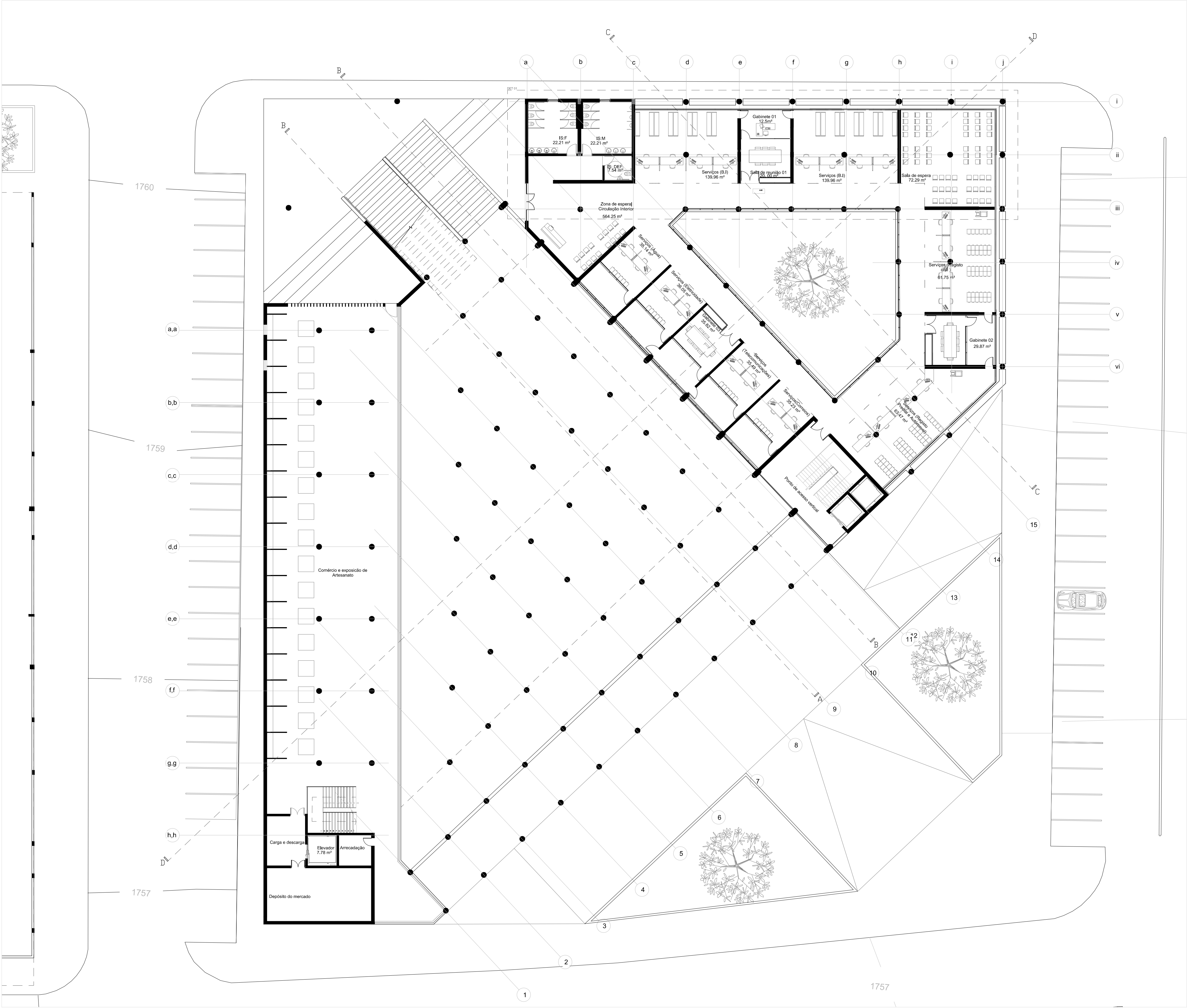
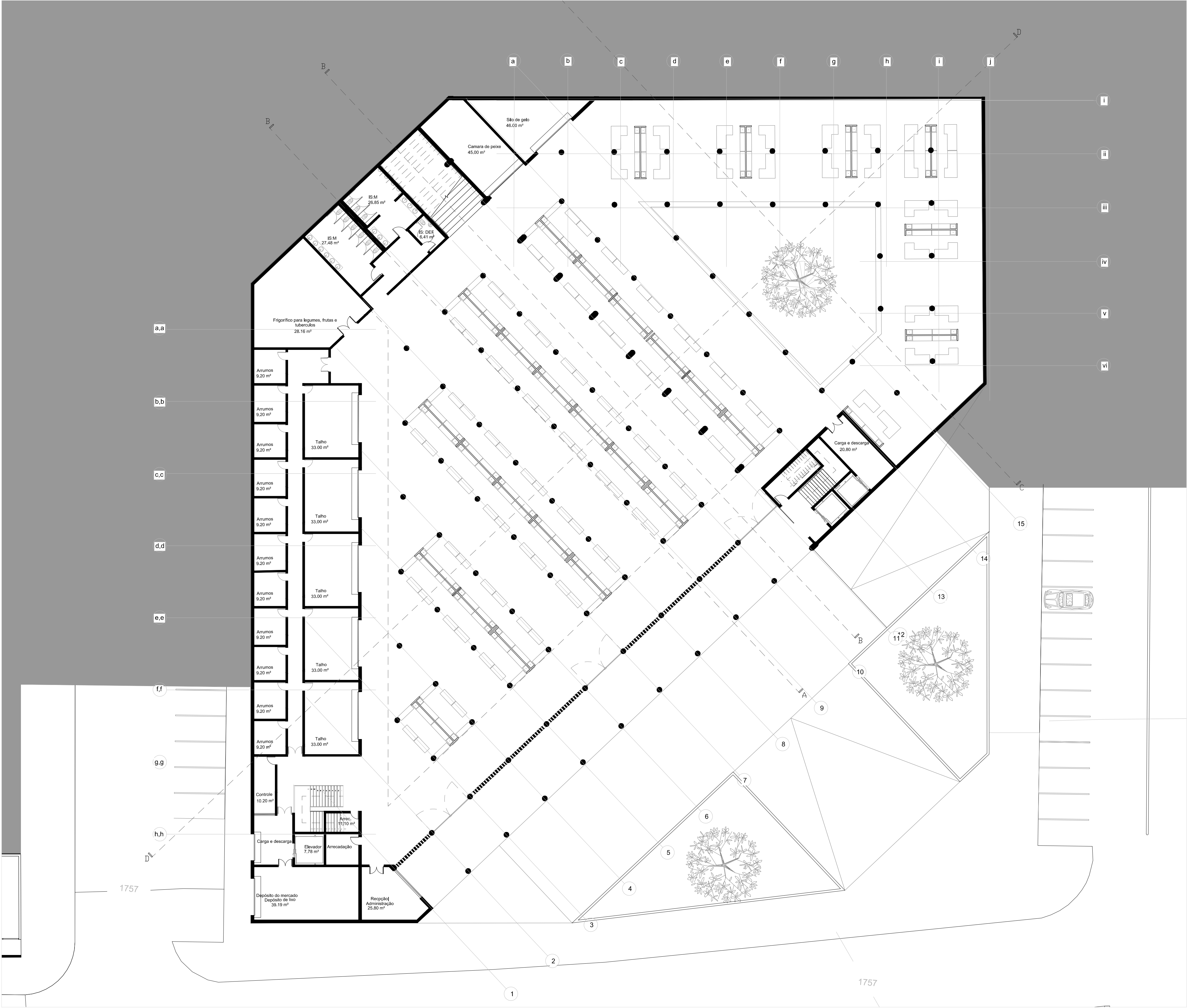
CORPO A  
CORPO B



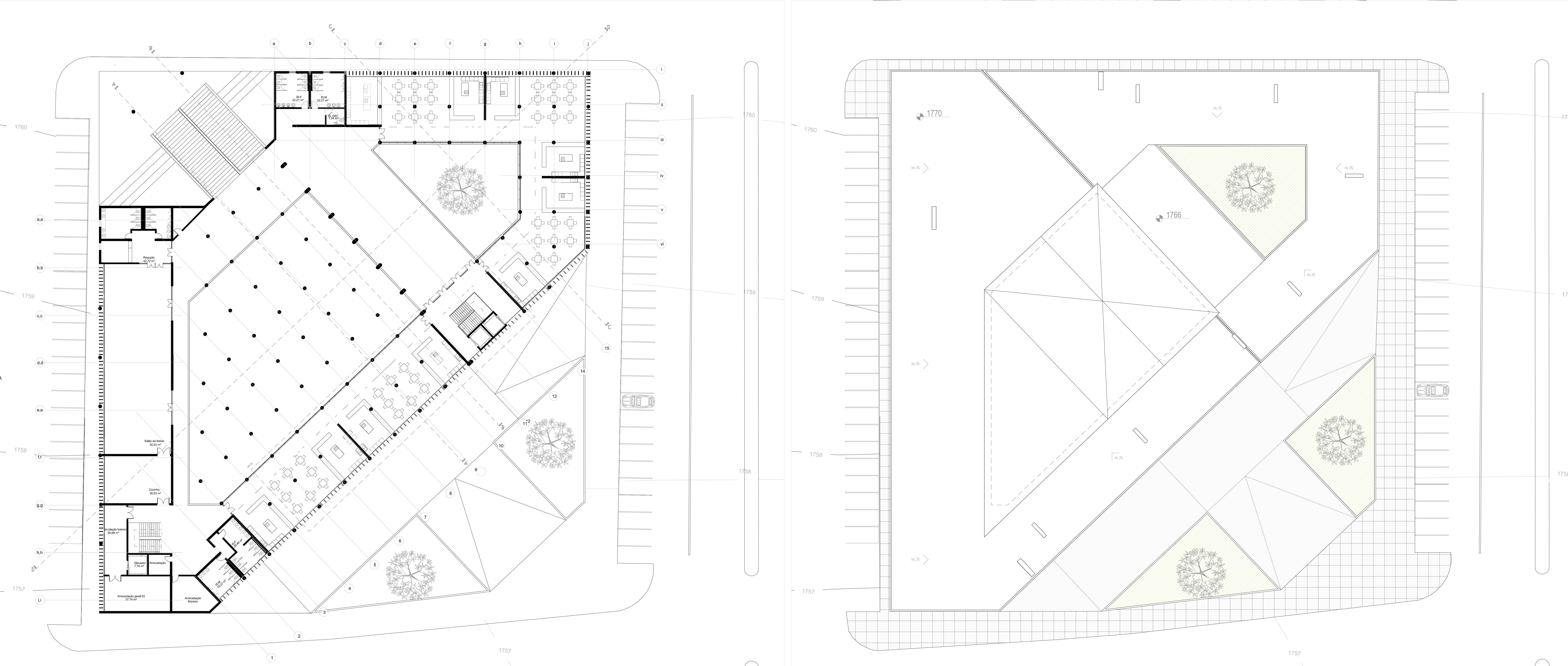
RESTAURAÇÃO  
SERVIÇOS  
MERCADO





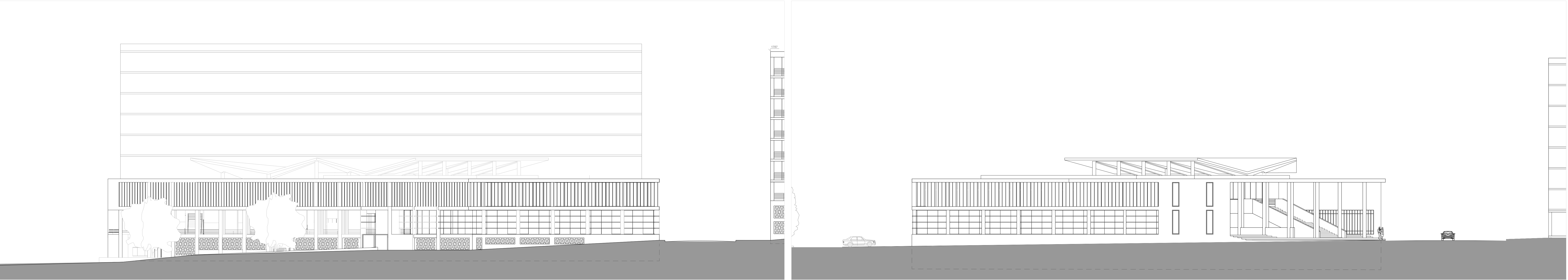






PLANTA PISO 2 (RESTAURAÇÃO + ESPAÇO MULTIUSO)- Esc 1/200

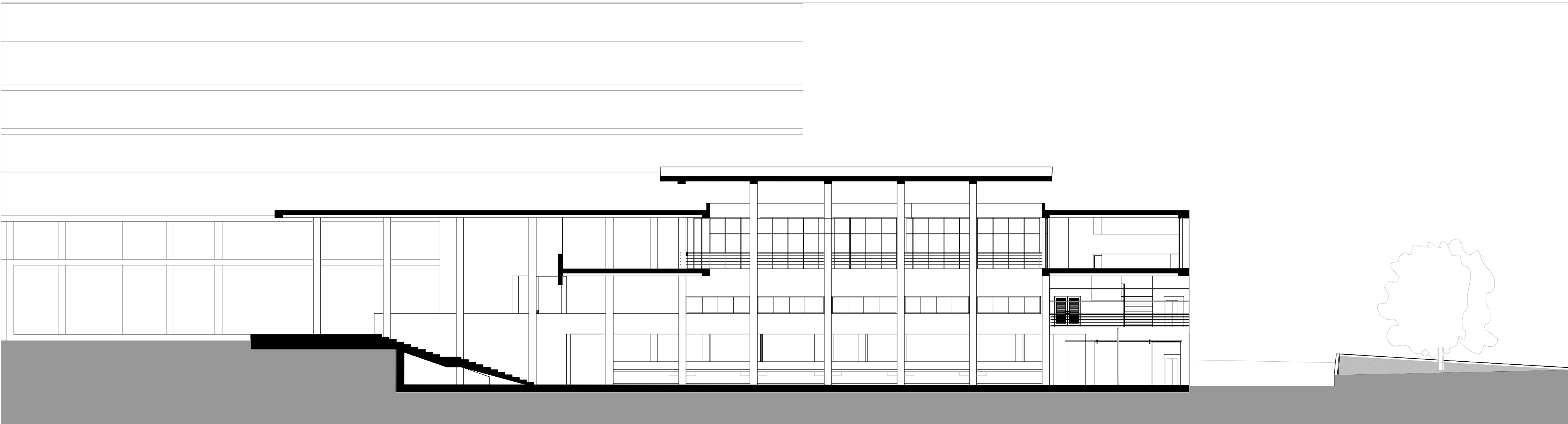
PLANTA DE COBERTURA- Esc 1/200



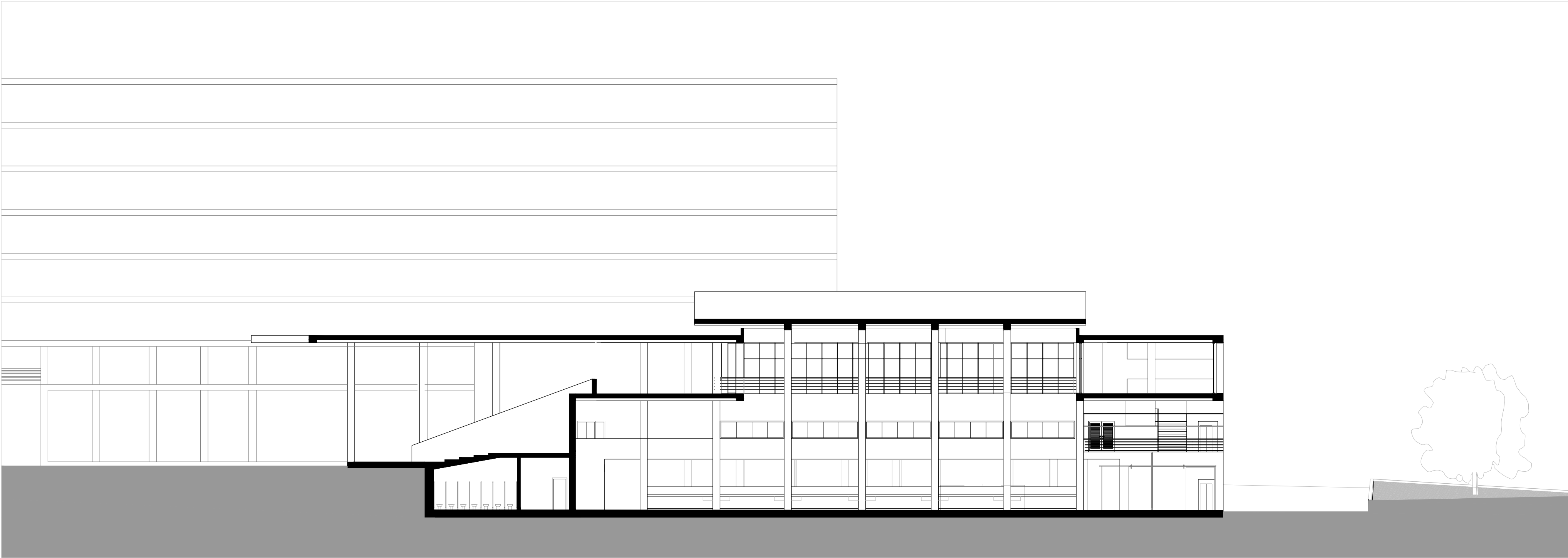
ALCADO ESTE- Esc 1/200

ALCADO NORTE- Esc 1/200

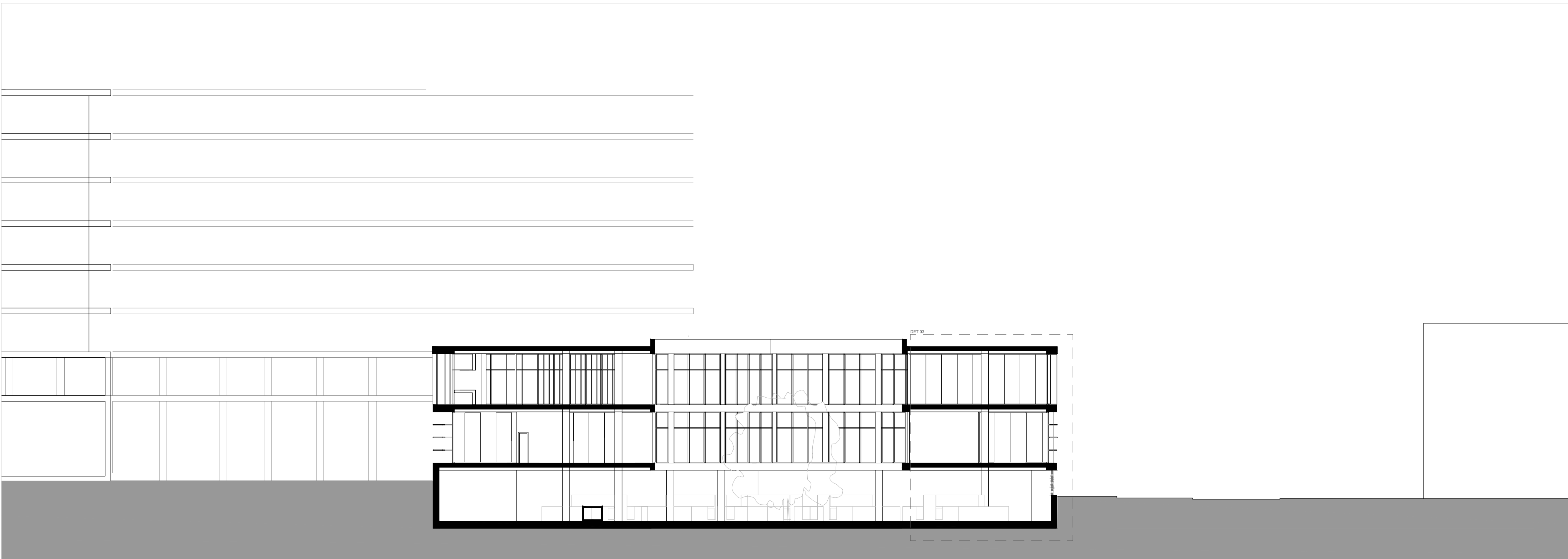




CORTE AA- Esc 1/200



CORTE BB- Esc 1/200



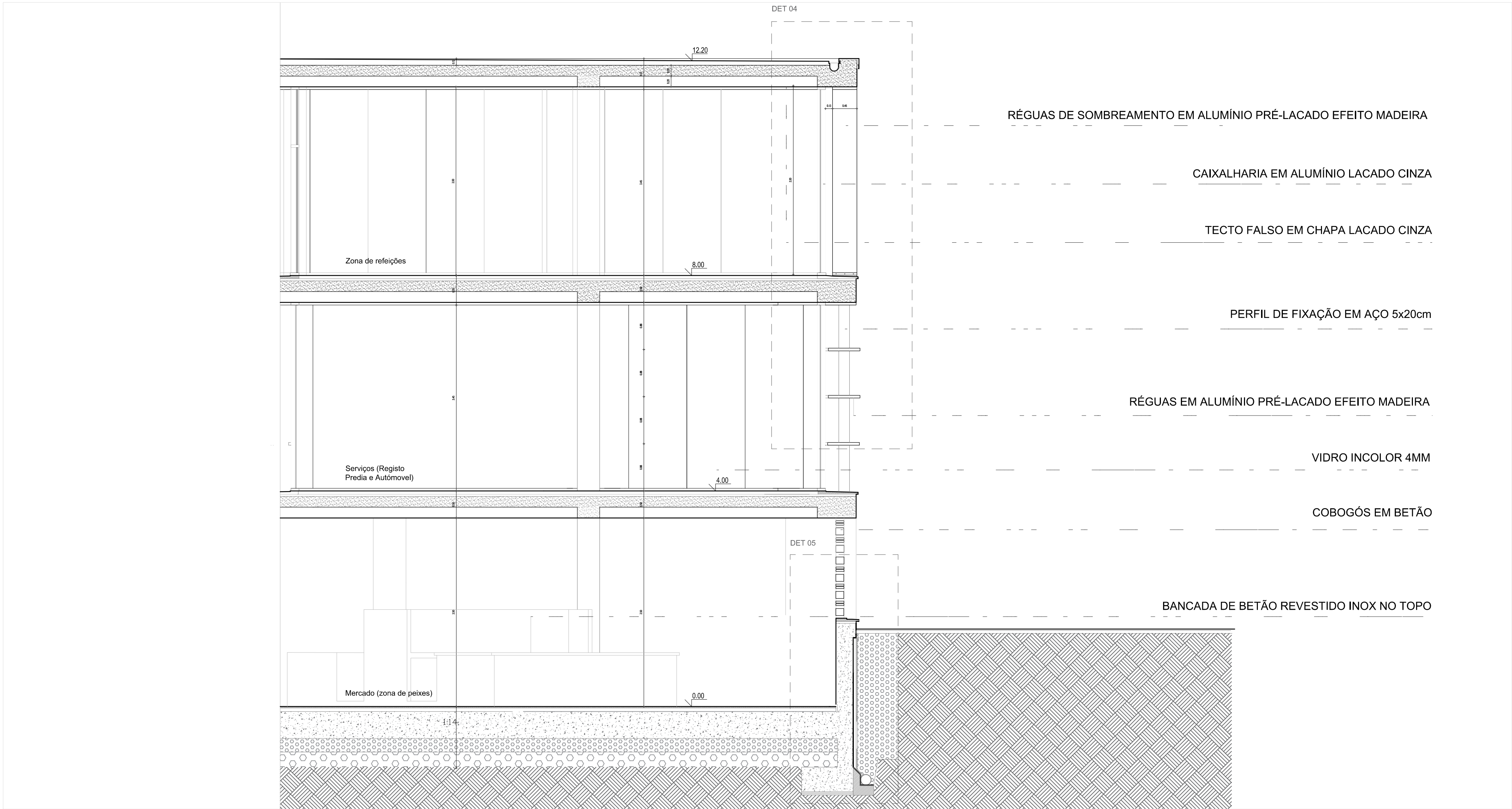
CORTE CC- Esc 1/200



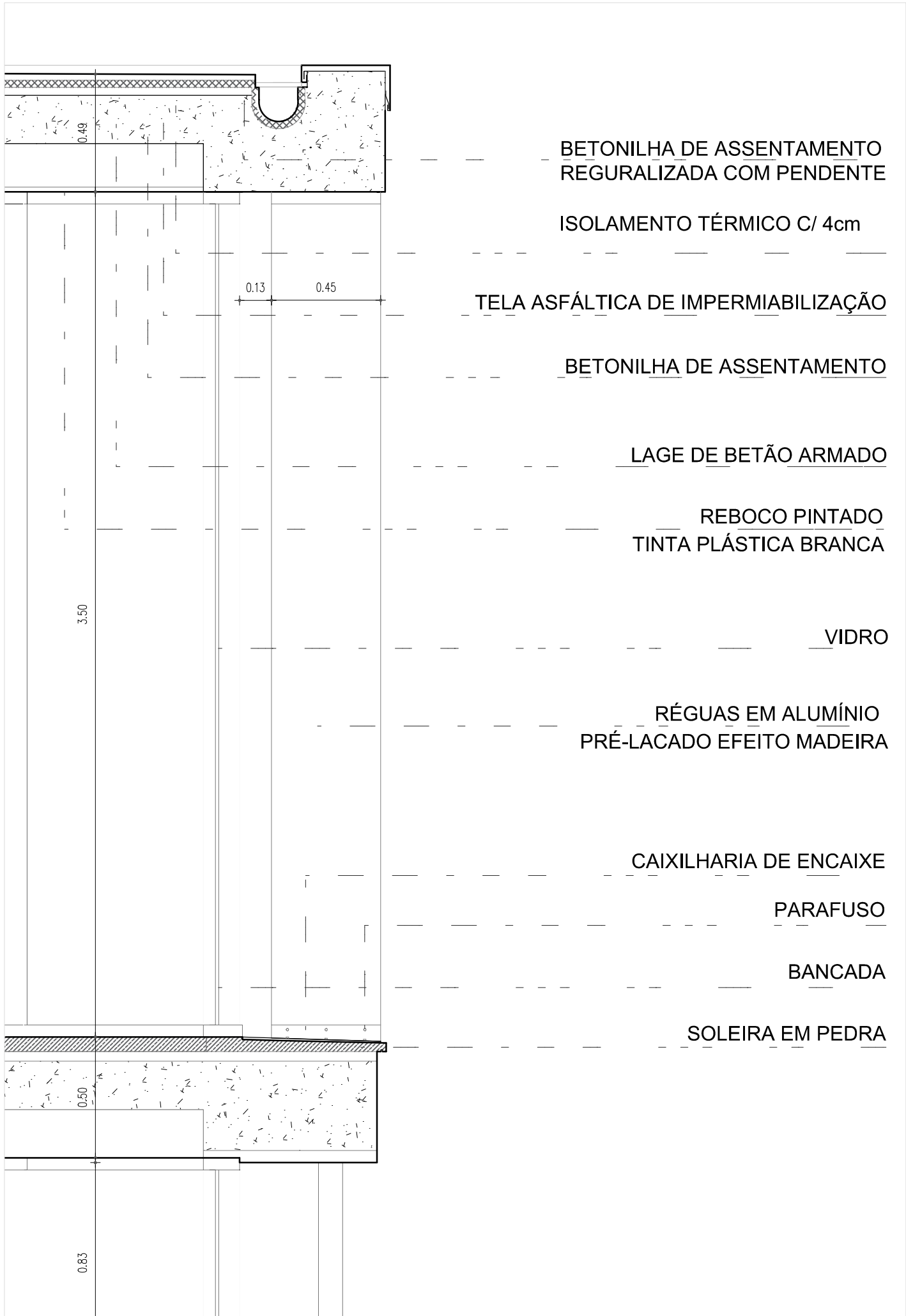
CORTE DD- Esc 1/200



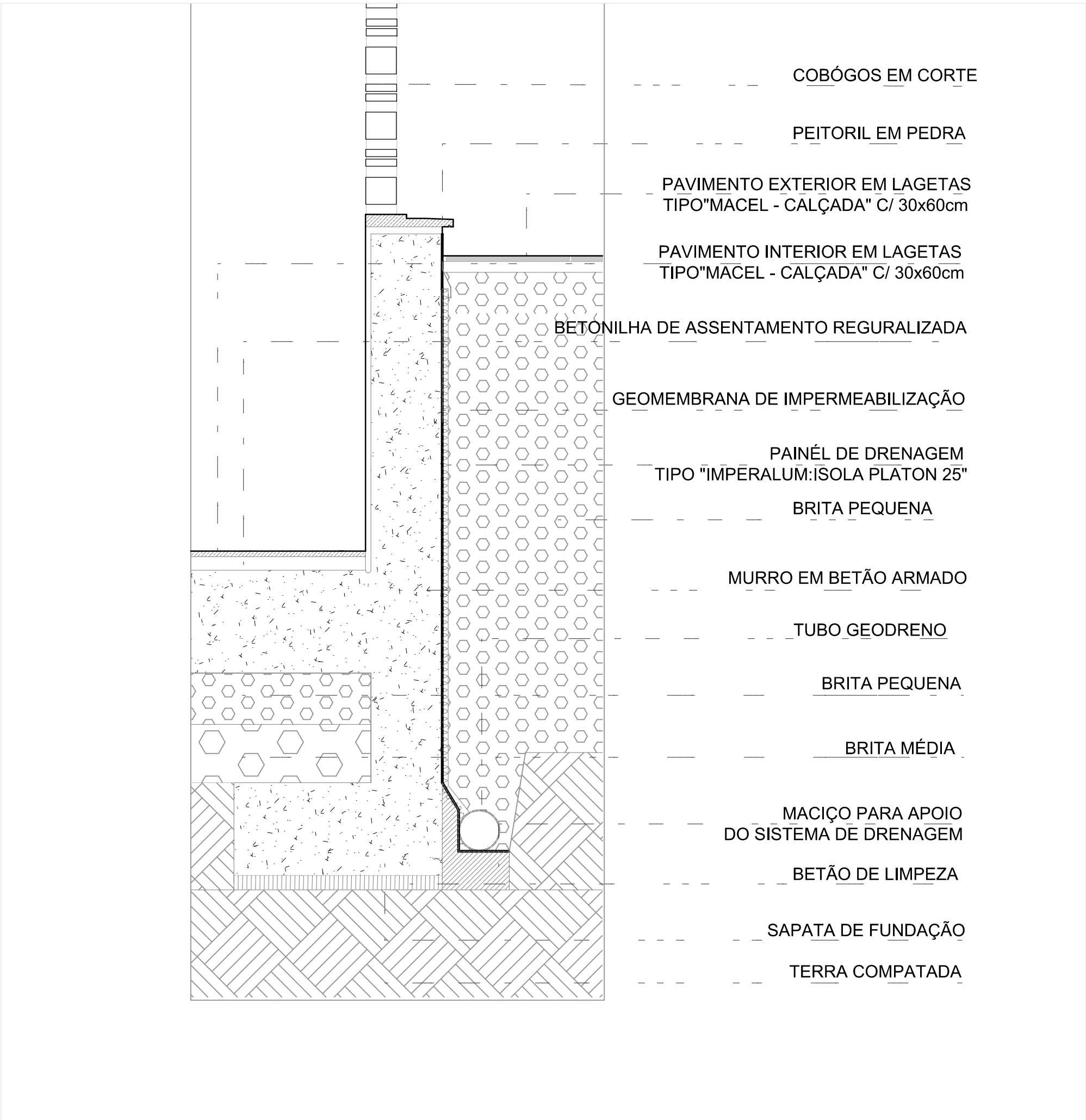




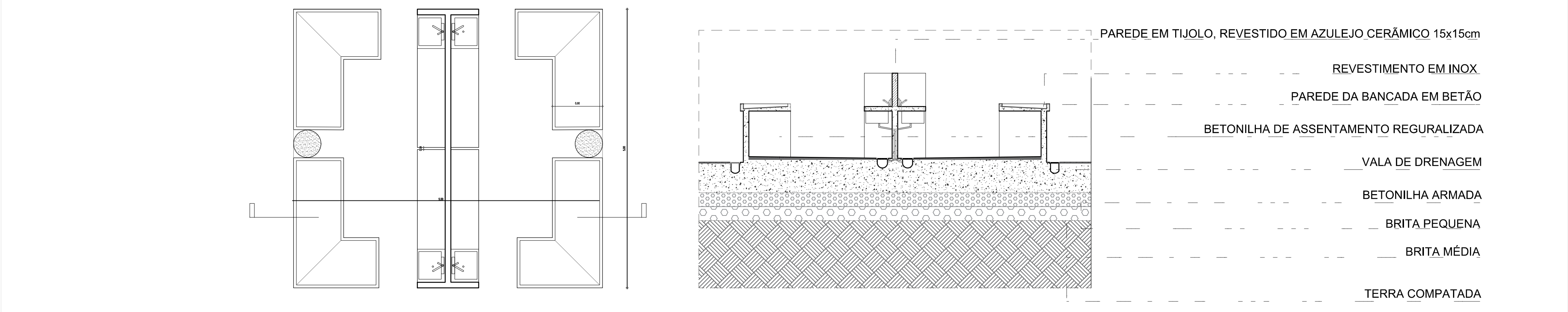
DETALHE 03 - Esc 1|50



DETALHE 04 (LAGE COBERTURA)- Esc 1|20



DETALHE 05 (ENCONTRO COM O CHÃO)- Esc 1|20



BANCADA DE PEIXE (PLANTA)- Esc 1|50

BANCADA DE PEIXE (CORTE)- Esc 1|50